

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e
Patrimônio Sustentável



**Os MOVIMENTOS INSURGENTES E O PATRIMÔNIO: O surgimento
do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais**

Liliane Augusta Moreira

Belo Horizonte, 2018

Liliane Augusta Moreira

**OS MOVIMENTOS INSURGENTES E O PATRIMÔNIO: O surgimento do
Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, tecnologia e território

Linha de Pesquisa: Conservação de bens culturais

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte, 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

M838m Moreira, Liliâne Augusta.
Os movimento insurgentes e o patrimônio [manuscrito] : o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais / Liliâne Augusta Moreira. - 2018.
156 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Cidades e vilas - Teses. 2. Centros comunitários - Belo Horizonte (MG) - Teses. 3. Movimentos sociais urbanos - Belo Horizonte (MG) - Teses. 4. Patrimônio cultural - Conservação - Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

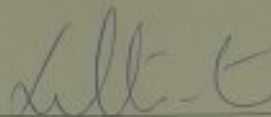
CDD 303.484

Ficha catalográfica: Preenchida pela Biblioteca Professor Raffaello Berti.

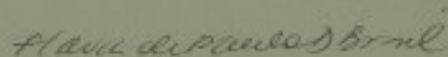
Liliane Augusta Moreira

"OS MOVIMENTOS INSURGENTES E O PATRIMÔNIO: O surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais", Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Mestrado) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

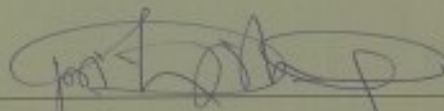
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (orientador)



Profa. Dra. Flávia de Paula Duque Brasil



Prof. Dr. José Augusto Martins Pessoa EA/UFMG

Belo Horizonte, 09 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente a Deus e demais forças espirituais que sempre caminham comigo.

Aos meus avós de linha materna e paterna (*in memoriam*): Manoel Augusto Moreira de Souza, Maria José da Silva, Veneranda Lopes da Silva, Maria da Conceição Silva, Raimundo Moreira de Souza e Patrocínia Cassimiro de Oliveira.

Aos meus pais Terezinha de Fátima Moreira e José Vicente Augusto, cuja história de vida sempre me inspira. Por seus abraços maravilhosos e orações que serviram para aliviar a caminhada. Obrigada por terem me incentivado a estudar e a desejar voos cada vez mais altos. Ao meu irmão Padre Silvio Augusto Moreira pelo apoio em todos os meus ritos de passagem nesta vida.

Ao meu Tio José Moreira de Souza que há sete anos atrás me acolheu em Belo Horizonte oferecendo oportunidades profissionais que me ajudaram a reforçar a meta de seguir com os meus estudos.

Ao Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela acolhida e boas experiências.

Ao professor Leonardo Barci Castriota pela orientação e contribuições sempre precisas ao longo de todo o processo de escrita deste estudo.

À Cida antiga secretária do PPG-ACPS, pela tranquilidade e alegria transmitidas.

À professora Natacha Rena, pela acolhida no grupo de pesquisa Indisciplinar, com breves discussões que me fizeram compreender muito do universo dos movimentos insurgentes em Belo Horizonte.

Aos professores Flávio de Lemos Carsalade e Andreia Franco por aulas tão enriquecedoras que suscitaram algumas reflexões referentes ao espaço urbano e a sustentabilidade.

À Escola de Arquitetura, lugar onde me senti em casa.

Ao Bernardo Neves e ao Luiz Henrique pelas breves conversas nos corredores da EA e na sala do Indisciplinar.

Aos colegas de mestrado pelas alegrias compartilhadas ao longo deste processo.

Aos amigos pelo apoio na revisão do trabalho ou para dividir as angústias e descobertas: Anderson Araújo, Aline Barroso, Clariza Cassimiro, Guilherme Maciel, Kelly Teixeira, Luiza Cavalcanti, Samantha Nery, Tábata Moreira e Zélia Lopes.

À minha chefe Mabel Faleiro pelo apoio e compreensão.

À minha terapeuta Laylla Mileib pela escuta e conselhos tão preciosos durante o período de mestrado, um processo que para mim significou a (re)descoberta de tantas coisas.

Agradeço ainda aos funcionários da Diretoria Municipal de Patrimônio de Belo Horizonte pela atenção com que me receberam durante as visitas ao local.

Aos professores Flávia Duque Brasil e José Augusto Martins Pessoa por gentilmente aceitarem o convite para compor minha banca de defesa e por suas preciosas contribuições.

E por fim, faço um agradecimento mais do que especial aos ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela que me receberam de maneira bastante afetuosa, saibam que esta é uma simples contribuição diante da grandiosidade da ação promovida por vocês em defesa do casarão da Rua Manaus.

RESUMO

Os recentes movimentos de ocupação urbana no Brasil advindos principalmente de um amplo processo de insurgências globais, serviram para acionar discussões potentes ligadas ao direito à cidade. No campo do patrimônio cultural, este aspecto surge influenciado pela negligência do Estado no cuidado com seus bens arquitetônicos, históricos e culturais. A este respeito, elucida-se no referido trabalho o surgimento da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela na cidade de Belo Horizonte, iniciativa que, inspirada nos ideais propagados durante as “Jornadas de Junho” de 2013 reuniu um extenso grupo de indivíduos, os quais, articulados sob princípios anarquistas fundamentais como a autogestão e horizontalidade decidiram ocupar um imóvel tombado e em deplorável estado de conservação. O lugar ocupado, o casarão da Rua Manaus, construído para ser Hospital Militar em 1913, abrigou ainda em sua trajetória diversos outros usos, sendo inclusive um hospital de neuropsiquiatria infantil. Atentos a memória do local, os ativistas se articularam no processo coletivo de restauro da edificação, medida que ancora-se em fundamentos constitucionais os quais recomendam que a preservação de bens culturais deve ser exercida por toda a sociedade. Assim, discute-se a singularidade desta ação ressaltando a importância dos movimentos insurgentes na preservação dos bens históricos e arquitetônicos tombados.

Palavras chave: insurgência, ocupação, Espaço Comum Luiz Estrela, patrimônio, cidade e Belo Horizonte.

ABSTRACT

The recent movements of urban occupation in Brazil, coming mainly from a broad process of insurgencies, global, served to trigger discussions potent linked to the right to the city. In the field of cultural heritage, this aspect appears influenced by the negligence of the State in the care of your property's architectural, historical, and cultural. In this respect then, elucidates in this work the emergence of the occupation of the cultural Espaço Comum Luiz Estrela in the city of Belo Horizonte, an initiative that inspired by the ideals propagated during the “Protests of June 2013” brought together a broad group of individuals who articulated under anarchist principles such as self-management and horizontality they decided to occupy a property listed in a deplorable state of conservation. The place occupied, the house of the Street of Manaus, built to be a Military Hospital in 1913 whose trajectory was still several uses, including being a hospital for neuropsychiatry of children. Attentive to the memory of the place, the activists articulated in the collective process of the restoration of the site occupied, a measure that is anchored in the recommendation of the constitutional of the function of the preservation of cultural assets should be exercised by the whole society. Thus, we discuss the uniqueness of this action, highlighting the importance of the movements of insurgents in the preservation of properties of historical and architectural listed.

Key words: insurgency, occupation, Espaço Comum Luiz Estrela, heritage, city and Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Conflitos pela preservação do Nieuwmarkt em 1975- Amsterdam.....	17
Figura 2- Indignados ocupam a Praça Puerta del Sol- Madrid Espanha 2011.....	24
Figura 3- Vista do Cais José Estelita no Recife- PE 2014.....	38
Figura 4 -Imagem de projeto para área do Cais José Estelita s/d.....	39
Figura 5- Movimento Ocupe Estelita 2012.....	40
Figura 6- Ativistas em ocupação no Parque Augusta - SP.....	44
Figura 7-Cine Metr�pole em seus tempos áureos s/d.....	62
Figura 8-Demolição do Cine Metr�pole década de 80.....	62
Figura 9 -Mapa do Bairro Santa Efigênia.....	74
Figura 10 - Hospital Militar em seus primeiros anos de funcionamento.....	76
Figura 11- Centro Psicopedagógico da Adolescência e Infância.....	79
Figura 12 - Conjunto Urbanístico da Praça Floriano Peixoto.....	80
Figura 13- O abandono do casarão da Rua Manaus- 2012.....	81
Figura 14- Performance Ocupação Cultural Espaço Comum Luiz Estrela out 2013....	84
Figura 15- O Luiz Estrela.....	85
Figura 16- Página do Facebook Espaço Comum Luiz Estrela.....	86
Figura 17- Agenda comum 2013.....	88
Figura 18- Convocação de apoio 2013.....	89
Figura 19- Assembleia comum- Espaço Comum Luiz Estrela.....	93
Figura 20- Escoramento do casarão- fachada.....	95
Figura 21- Escoramento do casarão- interior.....	95
Figura 22- Feirinha Estelar junho de 2016.....	96
Figura 23- Feirinha Estelar, com roda de conversa sobre a resistência indígena 2016.....	97
Figura 24- Sarau do Comum 2017.....	99
Figura 25- Ensaio da peça Escombros da Babilônia Rua Manaus 2017.....	99
Figura 26- Banner da Campanha Várias Estrelas, um casarão.....	100
Figura 27- Remanescente do período de funcionamento da Escola Yolanda Martins..	103

Figura 28-Túnel do casarão da Rua Manaus -2017.....	104
Figura 29- Detalhe de uma das pequenas salas que compõe o túnel- 2017.....	104
Figura 30- Desenho atribuído aos antigos internos do HNPI.....	105
Figura 31 -Objetos encontrados no túnel, trabalho de catalogação- 2017.....	106
Figura 32- Cartaz da Oficina de Quebrar Parede Teatro de Demolição, 2017.....	107
Figura 33 - Butterworth, na Malásia, trabalho realizado pelo artista Vhils em novembro de 2015.	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDPCM- Conselho Deliberativo do Patrimônio Municipal de Belo Horizonte

CEPAI- Centro Psíquico da Adolescência e Infância

CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural

DU- Direitos Urbanos

FELUMA- Fundação Educacional Lucas Machado

FERROBEL- Ferros Belo Horizonte S.A

FHEMIG- Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

FUNARTE- Fundação Nacional de Arte

HNPI- Hospital de Neuropsiquiatria Infantil

IAB- MG - Instituto dos Arquitetos do Brasil

IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPUCBH- Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte

MBL – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MPL- Movimento Passe Livre

OPA- Organismo Parque Augusta

PBH- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PNPI- Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

QSLT- Que se lixe a Troika

SABs - Sociedade Amigos de Bairro

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. INSURGÊNCIA E OCUPAÇÃO URBANA.....	6
1.1 O movimentos sociais entre 1960 a 1970: a sociedade se unifica.....	8
1.1.1A Europa e a origem das ocupações urbanas entre 1960 a 1970.....	11
1.2 As ocupações urbanas na atualidade.....	20
1.2.1 Tunísia e Islândia: insurgências e quebra de paradigmas dominantes.....	22
1.2.2 Os Indignados espanhóis.....	23
1.2.3 Occupy Wall Street	25
1.2.4 A geração à Rasca em Portugal.....	26
2. INSURGÊNCIA E OCUPAÇÕES NO BRASIL.....	28
2.1 As ocupações no Brasil entre 1960 a 1980: as lutas populares e o regime militar....	28
2.2 “O gigante acordou”: as insurgências no Brasil em 2013.....	33
2.3 Ocupações em Belo Horizonte: arte-ativismo e cidade democrática.....	46
3 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE.....	53
3.1 Apontamentos sobre a política de patrimônio cultural no Brasil.....	54
3.2 A coletividade e a preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte.....	58
3.3 A política de preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte na atualidade...68	
4 OCUPAR E CONSERVAR: O ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE.....	73
4.1 O casarão da Rua Manaus e seus antecedentes históricos.....	74
4.2 Vida ao casarão: nasce o Espaço Comum Luiz Estrela.....	82
4.3 Da insurgência e o restauro do casarão da Rua Manaus.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERENCIAS.....	113
ANEXOS	137
APÊNDICES.....	139

INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva abordar a importância dos movimentos insurgentes na conservação do patrimônio histórico e arquitetônico, a partir do estudo de caso do surgimento da ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A iniciativa partiu de um coletivo de ativistas e artistas da cidade, os quais ao promoverem a construção de um centro cultural autogerido, se organizaram para ocupar um imóvel localizado na Rua Manaus, no bairro de Santa Efigênia, que, tombado pelo município desde 1994 e sob os cuidados do Estado, permaneceu fechado por quase vinte anos, num ciclo de constante de degradação. Algo que poderia ser entendido como uma negligência a fatos históricos que não podem ser apagados, já que no local funcionou também um hospital psiquiátrico infantil de 1947 a 1979, uso cujos vestígios ainda permanecem fortemente na edificação e denunciam um período tenebroso das políticas de saúde mental em Minas Gerais.

É preciso ressaltar que quando iniciamos a pesquisa, pensávamos num enfoque que abordaria a construção do Espaço Comum Luiz Estrela somente visando a proposta de novo uso para o imóvel ocupado. Justifica-se que este primeiro entendimento ancorou-se na perspectiva de Janes Jacobs (2000, p. 131) em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, obra na qual a autora apresenta reflexões ligadas a sustentabilidade urbana, e neste aspecto, medidas que contemplam o novo uso para as edificações antigas, funcionam mais como uma alternativa que contribui para o planejamento urbano do que como uma maneira que possibilite unicamente a conservação de um bem histórico e cultural.

Contudo, ao longo do percurso, veríamos que a escolha deste enfoque dialogava de modo incipiente com o real significado do objeto de pesquisa aqui apresentado, já que este se mostrou como uma iniciativa dotada de um emaranhado de processos, os quais extrapolam e reconstroem o imóvel ocupado. Além do ato de ocupar com o objetivo de estabelecer uma nova funcionalidade, há também a necessidade da conservação coletiva do lugar. Neste sentido, vimos ali o surgimento de ações e redes de diálogos que convergiam para a percepção do sentido social do patrimônio.

Assim, temos como ponto principal deste estudo a perspectiva contemporânea do campo do patrimônio cultural, a qual reforça tanto o entendimento de que o bem arquitetônico conservado seja integrado ao cotidiano das cidades, quanto incentiva a participação da sociedade nas ações que objetivem a sua permanência no tecido urbano. (CASTRIOTA 2009, p.87). Desta forma, notamos que no caso do Espaço Comum Luiz Estrela o que ocorria era também uma construção de afetos com o lugar ocupado, aliada ao sentido de sua conservação, algo que ainda falta às iniciativas que prezam pela continuidade de espaços tombados, as quais ainda promovem revitalizações incorporadas mais aos valores estéticos e mercadológicos, questão apontada com acuidade pela arquiteta Lia Motta (2000) no artigo “A apropriação do patrimônio urbano: do estético – estilístico nacional ao consumo visual global”, ao mencionar que:

No modelo globalizado, o poder público situa-se como produtor de um valor que tira partido das transformações que vêm ocorrendo em virtude da globalização da economia e da cultura. Aproveita-se das novas identidades que vêm sendo forjadas em sua relação com o mercado de consumo, tratando o patrimônio como uma mercadoria ou como um atrativo para o consumidor, aderindo aos valores que estão sendo ditados pelo capital especulativo. (MOTTA, 2000 p.260)

Ressaltamos também que, ao abordar a relação entre a insurgência e a preservação patrimonial, este estudo aproxima-se do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2008), assunto que vem se tornando frequente no meio acadêmico, revestido de proposições que convergem para o desejo de um espaço urbano mais democrático e autêntico sob todos os aspectos.

Na obra *O Direito à Cidade*, escrita pelo filósofo e sociólogo marxista francês Henry Lefebvre na década de 1960, destaca-se a relação entre o valor de uso e o valor de troca, os quais surgem também sustentados pelo desenvolvimento da industrialização nas grandes cidades, indicado como um dos fatores que contribuiu para uma gradual e drástica transformação desses espaços:

Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos de tempo que permitem o *uso* pelo e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária. (LEFEBVRE, 2008 p. 139)

Lefebvre (2000) ainda nos alerta para uma apropriação do espaço urbano pelas diversas camadas sociais. Esta ideia vem sendo retomada na atualidade e surge motivada por crises no setores econômico, político e social, o que por sua vez influenciou na última década a uma eclosão de movimentos insurgentes no mundo, cujo início se deu no Oriente Médio e Europa.

No Brasil, esse evento surge em junho de 2013, época em que o país se preparava para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014. A princípio, as insurgências brasileiras reivindicavam a diminuição do preço das passagens no transporte público; porém, outras pautas foram adicionadas, atreladas à exigência de uma boa política pública de atenção básica e o combate à corrupção. Em alguns casos, ao reivindicarem a cidade como um todo, os manifestantes também foram sensíveis à memória urbana, estabelecendo disputas contra grupos hegemônicos em favor da preservação de fragmentos da história, o que pode ser exemplificado com o surgimento do Organismo Parque Augusta, em São Paulo e # Ocupe Estelita no Recife, casos que serão melhor apresentados no decorrer do estudo.

Evidenciamos que esta pesquisa é de caráter qualitativo, centrando-se inicialmente em pesquisa bibliográfica, etapa na qual consultamos artigos, periódicos e demais obras, cuja temática relaciona-se aos movimentos sociais, as ocupações urbanas, ao conceito de insurgência¹ e por fim a história da edificação que abriga a ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela. Já num segundo momento nos concentramos na pesquisa documental, analisando decretos e leis que tratam sobre a construção da política de patrimônio em Belo Horizonte, do mesmo modo verificamos os instrumentos utilizados no ordenamento urbano do município como a Lei Orgânica e o Plano Diretor. Além disso, examinamos documentos relacionados à ocupação objeto deste estudo tais como: o processo de tombamento do imóvel, o projeto de restauro escrito pelos ativistas e por fim as atas de reunião do coletivo.

Salientamos ainda que foram realizadas algumas entrevistas no ano de 2017 entre frequentadores e ativistas da ocupação Espaço Comum Luiz Estrela. Para o primeiro grupo, construímos o seguinte roteiro: grau de conhecimento sobre a história do imóvel

¹ A respeito das fontes consultadas para a elaboração deste estudo, destacamos também o uso de blogs, redes sociais (facebook) e plataformas de vídeo como o youtube. A consulta a tais instrumentos foi de grande importância por serem recursos cotidianamente utilizados pelos diversos movimentos sociais na contemporaneidade.

ocupado, frequência nas atividades culturais realizadas no local e opinião sobre a mesma. Já para o segundo grupo, a estrutura das perguntas relacionava-se aos aspectos: motivação em ocupar o imóvel, a tarefa realizada pelo entrevistado na ocupação, tempo de permanência no coletivo de ativistas e por fim, o significado da ocupação Espaço Comum Luiz Estrela para o entrevistado.

Destacamos como último recurso metodológico o uso da observação passiva e participativa (CASTRO, 2006), o que se justifica pela busca de intimidade como o objeto de pesquisa escolhido e entendimento de todas as suas nuances.

Ressaltamos que a discussão proposta neste estudo se divide em quatro capítulos. O primeiro aborda as ocupações e a cidade. Para tal, inicialmente estabelecemos um breve recorte cronológico assinalado nas décadas de 1960 a 1970, no qual apontamos algumas das características que envolviam os conflitos urbanos naquela época, alicerçados pela crise no Estado de bem-estar social e início dos movimentos *anarcopunks* em países europeus, estabelecendo as “okupas,” numa forma de construir espaços artísticos e culturais autogestionados. Num segundo momento, ainda tratando do contexto internacional, retomamos à atualidade para discutir as recentes insurgências ocorridas em todo o mundo, organizadas por sua vez no espaço cibernético das redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, recursos de comunicação dinâmicos que contribuíram fortemente para a propagação de debates e ideias em tempo real. Já no segundo capítulo refletimos inicialmente sobre algumas das lutas sociais ocorridas no Brasil no período de 1970 a 1980, que, diferente do contexto europeu apresentado no capítulo anterior, relacionam-se numa incidência maior às disputas pela cidade, como as ocupações por moradia, as reivindicações por um transporte público de qualidade e a formação de organismos autônomos, principalmente a partir da Constituição de 1988.

Ainda tratando do Brasil, já na contemporaneidade, abordamos as “Jornadas de junho” de 2013, onda de protestos que suscitou debates, numa forma de repensar o papel político dos movimentos sociais na transformação do espaço urbano. Aqui buscou-se apresentar uma breve discussão inspirada em teóricos contemporâneos, os quais primaram pelos enfoques que apontavam para a formação da sociedade em rede (CASTELLS, 2013); a constituição dos movimentos sociais, em Gohn (2013; 2014) Bringel (2013;2015) *et al*, e a questão urbana com Maricato (2013), Harvey (2014), *et al*.

Por fim, destacam-se num terceiro tópico, as lutas urbanas ocorridas em Belo Horizonte, para as quais o sentido de cidade é assinalado muito antes de junho de 2013, identificando-se já na “Praia da Estação” em 2010 e no “Fora Lacerda!” realizado no ano de 2011. Neste processo, as “Jornadas de Junho” representaram um complemento destas ações e reuniram uma amplitude de movimentos já alicerçados na cidade.

Amparando-se nesta abordagem, o terceiro capítulo versa sobre as lutas que ajudaram a formular ações para o campo da preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte. Num primeiro momento, trazemos um breve recorte sobre a política de patrimônio no Brasil, para depois reconstruirmos o percurso ligado ao tema na capital mineira, o qual se dá de maneira coletiva, motivado pela indignação provocada pela constante renovação urbana a que sempre esteve sujeita a cidade.

Por fim, o quarto capítulo acompanha o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela, ocupação cultural originada das insurgências de junho de 2013 e que representa um fato emblemático na história de Belo Horizonte. Inicialmente, tratamos do contexto histórico que circunda o imóvel escolhido para abrigar a iniciativa, para depois discorrer a respeito da relação construída entre a cidade e a ocupação, evidenciando fatos que remontam aos primeiros tempos de seu surgimento e os desafios enfrentados na sua organização como um centro cultural autogerido. Por fim, discutimos o advento de um novo momento para o Espaço Comum Luiz Estrela, percebido principalmente na prática coletiva de restauro do casarão ocupado, no qual novas memórias são construídas e se juntam às antigas.

CAPÍTULO I

INSURGÊNCIA E OCUPAÇÃO URBANA

Neste capítulo abordamos os aspectos históricos e conceituais da ocupação urbana enquanto um movimento social autônomo, reforçando o seu significado como uma prática insurgente utilizada para reivindicar a cidade em seus múltiplos aspectos.

Em David Harvey (2014), há um ponto que pode ser utilizado como justificativa para o surgimento das ocupações e outras manifestações insurgentes no espaço urbano: a gradual deformação das cidades pelo capitalismo ao longo dos anos:

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana no nosso cotidiano. (HARVEY, 2014 p. 20)

Neste sentido, percebemos que as ocupações servem para impulsionar uma outra maneira de perceber a cidade como um lugar que possa ser habitado. A partir de sua complexidade, conforme ressalta Lima (2015, p.59), ocupar representa uma tática de apropriação do espaço construído.

Desta forma, discutimos a origem das ocupações urbanas no período de 1960 a 1970 ocorrida na Europa, influenciada por crises econômicas e políticas, transformações nos movimentos sociais e pela retomada de princípios anarquistas associados a contracultura. Naquela época, a função dos imóveis ocupados transitava entre suprir a necessidade de moradia e estabelecer espaços alternativos de arte e cultura punk.

Já num segundo momento, retomamos a contemporaneidade para recordar as insurgências ocorridas na última década no contexto internacional, nas quais, a ocupação de espaços públicos foi compreendida como um símbolo de poder coletivo e a adoção das plataformas digitais e redes sociais na internet, como recursos valiosos da articulação entre os sujeitos e divulgação das suas pautas de luta.

Antes de iniciarmos o nosso percurso, cabe empreender uma rápida tentativa de conceituação do termo “insurgência” o qual utilizamos ao longo de todo este trabalho. Conforme salienta o professor espanhol Javier Jordan (2008, p.2), a insurgência não apresenta uma definição universalmente aceita, sendo mais utilizada na literatura militar americana para designar os conflitos armados. Já Andrey Cordeiro Ferreira (2016), a compreende a partir de um elenco de significados, os quais fazem com que esta palavra adquira um sentido bastante híbrido; desta forma o autor propõe conceituá-la embasando-se nesta peculiaridade:

Podemos definir a insurgência como um tipo de processo político que apresenta um conjunto de propriedades reais: 1º) é um processo que tem como centro das ações o uso da violência coletiva (violência civil não letal ou VCNL) que aparece fundida nas formas cotidianas de resistência como saques, ocupações, sabotagens, incêndios, roubos e que por si mesmo se colocam para anular relações de propriedade e apropriação econômica), e a violência militar (sob a forma de guerra de guerrilhas ou guerra regular) sendo esta violência o principal instrumento para alcançar os fins políticos ou expressar visões e antagonismos; 2º) é um processo político em que uma força social relativamente mais fraca se desenvolve fora das estruturas estatais, visando desafiar ou anular um governo e mudar as condições sociais dos grupos dominados por ele; 3º) é um processo em que uma multiplicidade de atores não centralizados se articulam por cooperação antagônica, sua forma aparenta ser descentralizada e desorganizada, quando na realidade é multicêntrica e regida por dialéticas e estruturas sociais específicas; 4º) é um processo político que neutraliza o poder do governo sobre regiões – sob tempos determinados – criando formas específicas de relações ou sistemas políticos, dualidades de poderes que podem ser estatais ou não e durarem mais ou menos tempo; 5º) por fim, é um processo que surge de maneira prática consequentemente, reversível e sujeito à opções estratégicas dos atores. (FERREIRA, 2016 p. 22)

Por último, a pesquisadora Cláudia Seldin (2015, p.2) entende a insurgência como sendo uma ação de grupos diversos que subvertem a ordem da sociedade de consumo, voltando-se para o espaço urbano, assinalando que tal prática atua numa forma de combater o processo de culturalização a que estariam submetidas as cidades na época atual.

Amparando-se nos conceitos expostos, sublinhamos que a abordagem proposta neste capítulo é mais voltada à relação dos movimentos insurgentes no contexto urbano. Em tal aspecto, compreendemos então as ocupações como prática insurgente que se ressignificou ao longo do tempo e cuja singularidade serviu como uma tentativa de apontar a decadência de políticas econômicas e sociais no mundo, ao mesmo tempo em que despertou um forte sentido de coletividade.

1.1 Os movimentos sociais entre 1960 a 1970: a sociedade se unifica

Para David Harvey (1998), o período de 1940 a 1970, determinado pelo avanço do capitalismo, acarretou um amplo investimento de capital fixo e melhorias na forma de fabricar e vender os produtos. Sendo assim:

[...] as decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa, presumindo-se, com efeito, que outros dois parceiros da grande coalizão fizessem tudo o que fosse necessário para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista [...] (HARVEY, 1998 p. 129).

Porém, era necessário ainda de acordo com este autor, um certo intervencionismo por parte do Estado, no esforço de controlar os ciclos econômicos com uma combinação de políticas fiscais e monetárias. Amparando-se no historiador Maximiliano Martin Vicente (2009) em sua obra *História e Comunicação na Nova Ordem Internacional*, tal intervencionismo simbolizava o Estado de bem-estar social, concebido inicialmente como uma medida de grande relevância para recuperar o desenvolvimento dos países capitalistas no período entre guerras.

Neste estudo, Vicente (2009) salienta ainda que o surgimento deste projeto entre as décadas de 1940 a 1960 foi denominado como a “era dourada do capitalismo”, marcada pelo desenvolvimento econômico e garantia de emprego em países capitalistas e socialistas. Contudo, a partir do início do ano de 1970 esta situação adquire novos contornos pois:

As crises do petróleo de 1973 e 1979 interfeririam de maneira decisiva no desencadeamento do fim do Estado de bem-estar social. No ambiente da guerra fria, essas crises, além de quadruplicar o valor do petróleo e do gás natural da URSS, representaram uma das jogadas do bloco soviético para estrangular o abastecimento de combustíveis da potência norte-americana. Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade. A expansão do Estado de bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980. (VICENTE, 2009 p.126)

Para complementar o que foi elucidado anteriormente, Hardt e Negri (2001, p. 228-229), avaliam que a crise vivenciada pelo capitalismo nos anos 1960, posta numa visão

marxista, estava fortemente relacionada aos meios de produção. Os autores discorrem acerca deste período, o qual, a seu ver, representou uma tentativa de ruptura com o sistema capitalista vigente e governos totalitários. Neste sentido, percebe-se uma transformação da sociedade, ainda mais fortalecida devido aos processos de luta, os quais ganham contornos mais coletivos. (HARDT e NEGRI, 2001 p. 72).

Em concordância com a afirmativa anterior, a professora Ângela Alonso (2009) destaca que houve então entre o final de 1960 a 1980 uma retomada de diversos movimentos sociais, os quais já não se prestavam às causas unicamente proletárias:

Nos anos 1960, tanto na Europa, sede do totalitarismo, quanto nos Estados Unidos, afinal a pátria da sociedade de massas, ressurgiram mobilizações. Alguns teóricos da revolução ainda as saudaram como retorno do movimento operário, mas, logo se viu, elas eram bastante peculiares. Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. (ALONSO, 2009 p. 51)

O professor Robert Ponge (2009, não paginado) sinaliza o surgimento de tais iniciativas em resposta a um Estado totalitário, concebido a partir de medidas econômicas e sociais insuficientes. Deste modo, o autor aborda exemplos bastante ilustrativos de revoltas oriundas das camadas mais jovens da sociedade que, a partir de 1968 eclodiram sinalizando em grande parte o desejo de liberdade de uma geração o que, apesar do significado fez com que faltasse a tais iniciativas uma causa concreta de luta aliada a um resultado também preciso².

Os aspectos apresentados nas afirmativas anteriores apontam também para o surgimento da “Teoria dos Movimentos Sociais”, caracterizada por uma variedade de estudos inspirados nas insurgências que atravessavam o mundo no período histórico já referido anteriormente. A este respeito, Alberto Melucci (1980) ressalta que tal corrente teórica se constrói em meio a grandes desafios, os quais estavam ancorados na complexidade que

² Ressaltam-se a Primavera de Praga (1967), na antiga Tchecoslováquia, motivada por reivindicações contra a permanência de um partido único. O “Maio de 68”, em Paris, movimento de origem estudantil que englobou também a classe operária e deflagrou uma greve geral de grandes proporções. Nos Estados Unidos as ocupações nas universidades pelo fim da Guerra do Vietnã. No México revoltas contra repressão ao movimento estudantil. (MATOS, 1998; PONGE, 2009; THIOLLENT, 1998 e VIANA, 2016)

envolvia os movimentos sociais, prevalecendo então a difícil tarefa de categorizá-los num campo específico:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva: a) baseada na solidariedade, b) desenvolvendo um conflito, c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protesto”. (MELUCCI, 1980, p. 9)

Percebemos que a complexidade dos movimentos sociais atravessava ainda o espaço urbano, não só como um lugar para acomodar os corpos que se revoltavam, mas também como uma causa para suas reivindicações.

A este respeito retomamos Henri Lefebvre (2008), que trata da cidade como um espaço que deve ser democraticamente habitado, sendo assim reforça o sentido das lutas urbanas ao ressaltar que:

Quem diz “estratégia” diz hierarquia das “variáveis” a serem consideradas, algumas das quais têm uma capacidade estratégica e outras permanecem ao nível tático- também chamado de força suscetível de realizar essa estratégia na prática. Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 2008 p.90)

Dialogando com este fato, destacamos o que aconteceu em Paris no final da década de 1960, época em que a cidade passava por um processo de revitalização urbana, ocasionado pelo crescimento industrial, o que resultou em gentrificação. Houve a destruição de bairros antigos e banimento de seus moradores para as áreas periféricas, como resultado ocorreram ações de resistência extrema: formaram comitês de discussão, ocuparam suas antigas moradias, mesmo que estas tenham se transformado em um canteiro de obras, e, por fim, tomaram as ruas com protestos que causaram conflitos sangrentos com a polícia. (CASTELLS, 1973 p.50)

A seguir continuamos com a abordagem iniciada neste tópico, destacando porém as ocupações na década de 1970. Esta prática traz nuances expressivas, caracterizando-se tanto como uma ação mais radical de jovens europeus, imersos em movimentos

contraculturais e coletivos, quanto como uma crítica a sistemas de governo aliada a transformação das cidades na época.

1.1.1 A Europa e a origem das ocupações urbanas entre 1960 a 1970

No contexto europeu, as ocupações denominadas como *squatters* ou *okupas*³ simbolizavam um movimento carregado de imensas particularidades. Um pouco diferente do que vamos perceber em outros momentos deste estudo, na Europa as ocupações funcionavam como uma prática que transitava entre, reivindicar uma política habitacional e contestar um sistema de valores da sociedade a partir de ações contraculturais materializadas na criação de centros sociais autogeridos.

Este fato fez com que houvesse uma certa dificuldade em se conceituar este movimento por parte de alguns pesquisadores. Para exemplificar a afirmativa, há o que anotam Ramon Argilés e Miguel Martinez Lopez (2004, p. 23) que chamam a atenção para as diversas tentativas com as quais buscaram definir as ocupações na Espanha:

Isso não impediu que na Espanha (embora esse discurso também possa ser visto entre ativistas de ocupações de outros países europeus) uma autodefinição interna pós-moderna tenha sido acentuada no sentido de que seus protagonistas não queiram se considerar um movimento social (por rejeição às conotações semelhantes que a expressão tem para o caso de outros movimentos mais "formalizados" como o pacifismo ou ONGs em geral), nem como um fenômeno reduzido a uma única ação subversiva (ocupação) ou a um único tema (moradia). Isso dificulta a identidade ou a localização explicativa do conceito de "movimento social". (ARGILÉS e LOPEZ, 2004 p. 23, tradução nossa) ⁴

Como um movimento libertário, as ocupações surgem na Europa na década de 1970 em meio às insurgências descritas anteriormente sob influência anarquista ⁵, termo definido

³ As terminologias *squatters* e *okupas* foram utilizadas respectivamente na Inglaterra e Espanha e designam o ato de tomar para si um imóvel abandonado sem uso social. (LIMA, 2012)

⁴ Ello no ha impedido que en España (aunque también se puede ver este discurso entre activistas okupas de otros países europeos) se haya acentuado una autodefinition interna *posmoderna* en el sentido de que sus protagonistas no quieren considerarse a sí mismos como un movimiento social (por rechazo a las connotaciones afines que tiene esa expresión para el caso de otros movimientos más "formalizados" como el pacifismo o las ONG en general), ni como un fenómeno reducido a una sola acción *subversiva* (la okupación) o a un solo tema (la vivienda). Ello dificulta la ubicación identitaria o explicativa del concepto de "movimiento social" (ARGILÉS e LOPEZ, 2004 p. 23)

⁵ Ressalta-se que historicamente o anarquismo foi fortalecido a partir de dois momentos. O primeiro deles é na Revolução Francesa no século XVIII com a difusão dos ideais de liberdade, igualdade e democracia.

por Norberto Bobbio, Nicola Mateucci e Gianfranco Pasquino (1998) da seguinte maneira:

O termo Anarquismo, ao qual frequentemente é associado o de "anarquia", tem uma origem precisa do grego *anarcia*, sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). A estes motivos se junta o impulso geral para a liberdade. (BOBBIO, MATEUCCI e PASQUINO 1998 p. 23)

Essa transformação da sociedade, perseguida pelo anarquismo (WOODCOCK, 2002, p. 7), refere-se ao aniquilamento da divisão de classes, com forte oposição ao capitalismo e a construção de uma nova ordem social caracterizada pela descentralização, horizontalidade e autogestão.

A respeito do último item mencionado anteriormente, o sociólogo Azis Simão (1989) observa que este desponta no contexto proletário da década de 1960 concebido pelo incentivo à autonomia:

O ensaio da autogestão foi feito por anarquistas nos sindicatos operários, círculos de propaganda ideológica e correspondentes formações federativas e confederativas. O indivíduo livre na associação livre foi o princípio diretor das associações gremiais, que conferia legitimidade às opiniões na concordância e na discordância, sem maiorias impositivas, nem minorias silenciadas, principalmente para o interior das organizações. (SIMÃO, 1989 p. 59)

Desta forma, a proposta das ocupações foi a de estabelecer um modo de vida alternativo representado pelo sentido da expressão “Faça você mesmo”. A iniciativa era organizada por jovens com idades variadas, em sua maioria de classe média e desempregados, com um estilo de vida construído sobre os alicerces da cultura punk.⁶

Já o segundo momento ocorre no século XIX com o movimento operário influenciado pelo marxismo com a ideia de coletividade. (BOBBIO, MATEUCCI E PASQUINO, 1998)

⁶ O movimento punk inspirado pela frustração da juventude na década de 1960, influenciou uma geração que se rebelava contra o sistema social e político da época criando um estilo de vida autônomo, fato comprovado pela utilização de elementos estéticos como roupas pretas e alfinetes no rosto. “O que eles mostram é um outro funcionamento de cidade, que eles anunciam e usam em seu protesto” (CAIAFA, 1985 p.11)

⁶Beginning in the 1970s, European squatters fought for and won control of hundreds of group houses, where they lived collective forms of life that negated the atomization of contemporary society; their egalitarian and leader less structures stood outside normal hierarchical relationships rather than reproducing them; and

Teóricos como Steen, Katzeff *et al* (2014), na obra *The City is Ours*, narram o que representaram tais insurgências com o advento dos *squatters*, em países europeus:

Começando na década de 1970, os ocupantes europeus lutaram e conquistaram o controle de centenas de casas, onde viveram formas de vida coletivas que negaram a atomização da sociedade contemporânea. Suas estruturas igualitárias e sem liderança estavam fora das relações hierárquicas normais, em vez de reproduzi-las. E campanhas e produções autonomamente determinadas evitavam a alienação do trabalho heteronomamente determinado. Em sua vida cotidiana, os ativistas viviam de forma diferente e provavam que a vida pode ser divertida, que os relacionamentos podem ser sinceros, que a dominação é desnecessária e que a vida pode ser mais do que consumir infinitos gadgets. A ocupação dos ativistas no espaço público transformou a sobrevivência individual em êxtase comunitário e autonomia coletiva. (STEEN, KATZEFF *et al* 2014 p.10, tradução nossa)⁷

Além disso, ressalta-se que a ressignificação do imóvel ocupado parte do grupo que o ocupa. Desta forma são estabelecidas práticas que objetivam a manutenção da ordem do lugar e dos relacionamentos construídos entre os ativistas. A este respeito, Lopez (2004) destaca a assembleia horizontal, um importante recurso de gestão ainda muito utilizado na atualidade:

O momento essencial do processo da autogestão é, a saber, a assembleia. A variabilidade reside aqui, principalmente em três dimensões: a frequência de sua realização, a qualificação de seus integrantes e os procedimentos empregados em seu desenvolvimento. As ocupações por moradia tendem a reduzir ao mínimo a frequência. Não obstante, uma baixa frequência (uma assembleia a cada dois meses por exemplo) pode ser menos possível a medida que cresce o número de moradores, se bem conhecemos o caso em que se tornam independentes as assembleias dos distintos andares em um edifício ocupado, ainda mais para questões menores. E a respeito dos procedimentos não poderíamos deixar de lado os conteúdos dessas assembleias: talvez a oscilação mais manifesta pode ser percebida entre aquelas assembleias rigorosamente formalizadas (preparação prévia para uma “ordem do dia”, autocontrole do tempo, moderação dos momentos da palavra, registro das atas etc) e as restantes coincidindo com as primeiras, na sua forma típica, com o caráter mais geral ou de urgência dos temas tratados (quer dizer, com um viés político: definir o projeto que se deseja seguir no centro social, adotar posições públicas e estratégias de ação na rua, decidir como atuar ante o despejo, coordenação com outras ocupações etc) e as segundas com questões menores ou de encaminhamentos correntes (limpezas, consertos, organização dos espaços e tempos para os distintos usos do local, obrigações de propaganda, protestos e propostas variadas etc). (LOPEZ, 2004 p.77- 78)

autonomously determined campaigns and productions avoided the alienation of heteronomously determined work. In their everyday lives, squatters lived differently and proved that life can be fun, that relationships can be heartfelt, that domination is unnecessary, and that life can be more than consuming endless gadgets and gimmicks. Squatters' occupation of public space transformed individual survival into communal ecstasy and collective autonomy. (STEEN, KATZEFF *et al* 2014 p.10)

Amparando-se na afirmativa anterior, percebemos que as ocupação a imóveis sem uso social a partir dos *okupas e squatters* europeus, surge a nosso ver, mais do que como um recurso de experimentação, pois além de serem ações que naquele momento incentivam a construção de uma vida em comunidade tinham como função fomentar o cuidado com o lugar habitado. Conforme ressalta Adriano Belisário (2016):

Por sua vez, os squatters promovem outro tipo de revitalização. Após limpar o prédio abandonado eles instalam serviços básicos, através de “puxadinhos” de água, luz e gás. No entanto a ocupação só é completa quando o local passa a ser sede de atividades culturais, como a instalação de bibliotecas, mostras de teatro e poesia e rádios clandestinas. (BELISÁRIO, 2016 p. 2)

A partir da afirmação anterior percebemos que no processo descrito há uma tentativa de reinserção do imóvel ocupado na cidade, algo que de início nos pareceu utópico pela maneira como ocorre. Mas com um pouco mais de atenção, notamos que as medidas empreendidas por ativistas para a reativação de imóveis abandonados traziam explicitamente outros objetivos, além da moradia ou construção de centros sociais, buscavam também fomentar a permanência de edificações ou conjuntos urbanos históricos, conforme veremos mais adiante.

Para o professor espanhol Ramon Argilés (2004, p.4) os ativistas “*consiguen reavivar ruinas en tierra de nadie*”, observação bastante precisa, principalmente se considerarmos os contextos urbanos e econômicos existentes na época analisada neste capítulo.

Em conformidade com tais argumentos percebe-se também que as ocupações se constituem como um movimento social heterogêneo e desta forma, sinalizam demandas que vão além do ato de tomar edificações sem função social. Como uma maneira de reforçar este argumento, Pruijt (2004, p.37) estabelece um elenco de tipologias, cuja função seria a de tentar conceber os movimentos de ocupação diante da complexidade de sua forma, a saber: ocupação devido à pobreza, ocupação como estratégia alternativa de moradia, ocupação empresarial, ocupação conservacionista e por fim a ocupação política.

Após este contexto geral, passamos então a abordar alguns casos de ocupação europeia, sendo eles Alemanha, Holanda e Espanha, justifica-se que a escolha de tais países envolveu critérios culturais, políticos, sociais, urbanos e ideológicos específicos, os quais serão melhor compreendidos no decorrer da abordagem.

Sendo assim, o primeiro caso apresentado, a Alemanha, nos traz particularidades importantes para entendermos os movimentos de ocupação no recorte cronológico

escolhido. O país vivenciava no período de 1960 até o final da década de 1980 a Guerra Fria, conflito que o dividiu entre duas regiões: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental. Autores como Vasudevan (2014) relata que os primeiros casos de ocupação ocorrem na década de 1970:

A recente geografia histórica da ocupação na Alemanha Ocidental não tem suas origens em Berlim, mas sim em Frankfurt, onde um apartamento abandonado em Jugendstil na Eppsteiner Strasse, no distrito de Westend, foi reocupado em 19 de setembro de 1970. A primeira ocupação em Berlim teve início em 4 de julho de 1971. Nesse dia, mais de três centenas de estudantes, ativistas e jovens trabalhadores ocuparam dois andares de uma fábrica abandonada em 13 Mariannenplatz, no distrito de Kreuzberg, visando criar um centro para jovens desfavorecidos e desempregados e “onde nós”, conforme declarou um panfleto publicado pelos ativistas, “podemos determinar por nós mesmos o que fazemos em nosso tempo livre”. (VASUDEVAN 2014 p. 131, tradução nossa)⁸

O autor elucida que, uma vez ocupados, em tais espaços incentivava-se a existência de práticas artísticas e culturais⁹, que além de reativar imóveis antes abandonados, servia também como um elemento político de grande valia, além de incentivar uma nova identidade para a Alemanha e sobretudo Berlim. Nota-se que as ocupações alemãs contavam com uma alta concentração de jovens e imigrantes, os quais buscavam áreas mais baratas para fixarem moradia e neste ponto a região de Berlim Ocidental representava um referencial bastante propício. (SELDIM, 2015 p. 74)

Contudo, observamos que as ocupações alemãs não ocorreram de maneira pacífica, havendo como era de se esperar, uma relação conflitiva com o Estado representada por confrontos violentos com a polícia. (VASUDEVAN, 2014). Outras vezes havia formas de tentar suprimir o movimento disseminando notícias falsas da ligação dos grupos ativistas com o terrorismo:

Ao mesmo tempo, as autoridades alemãs lideraram uma propaganda internacional contra invasores, tentando isolá-los e criminalizá-los, ligando-os a grupos terroristas urbanos. Os ataques policiais internacionalmente coordenados não ficaram muito atrás. A nova tática policial pode ser atribuída

⁸ The recent historical geography of squatting in West Germany does not have its origins in Berlin but rather in Frankfurt, where an abandoned *Jugendstil* apartment on the Eppsteiner Strasse in the city's Westend district was reoccupied on September 19, 1970. The first squat in Berlin began on July 4, 1971. On that day, over three hundred students, activists, and youth workers occupied two floors of an abandoned factory at 13 Mariannenplatz in the district of Kreuzberg with a view to creating a centre for disadvantaged and unemployed youth and ‘where we,’ as a pamphlet published by the activists declared, ‘can determine for ourselves what we do in our spare time’ (VASUDEVAN 2014 p. 131)

⁹Em outros autores encontramos informações parecidas a respeito do uso do recurso de arte e cultura em espaços ocupados, ponto percebido então como uma essência destas insurgências. (LIMA, 2012; SELDIM, 2015; BERQUÓ 2015; CATALÃO e MAGRINI 2017 *et all*)

a Roman Herzog, então ministro do interior em Baden-Württemberg (e, de 1994 a 1999, presidente da Alemanha), que acusou publicamente que a Facção do Exército Vermelho de estar recrutando do movimento de ocupação. Autoridades alegaram ser capazes de ligar 70 de 1.300 ocupantes conhecidos a grupos armados. Os meios de comunicação publicaram reportagens dizendo que Knut Folkers, condenado à prisão perpétua por terrorismo, havia sido preso em 1974 em uma casa ocupada, e Susanne Albrecht (então “Procurada por Terrorismo”) fazia parte de um grupo que ocupara uma casa vaga em Hamburgo em 1973.¹⁰ (KATSIAFICAS, 2014 p.11, tradução nossa)

A autora Sarah Klein (2018) trata também dos conflitos referentes ao universo dos *squatts* alemães ao narrar os acontecimentos em Frankfurt e Berlim nas décadas de 1970 e 1980. No primeiro caso, ocorreu uma forte ofensiva da polícia cujo objetivo foi a eliminação de uma ocupação na rua *Grüneburgweg*, como resposta os ativistas tiveram o apoio do *Putzgruppe*, grupo da esquerda radical que pregava a limpeza dos policiais das ruas feita por meio de porretes. Já em Berlim, ocorreu a denominada “Batalha de *Fraenkelufer*”, a qual envolveu também um grupo radical denominado de *Autonomen*. (KLEIN, 2018 não paginado)

Com o tempo tais ações trouxeram resultados positivos, já que houve em alguns momentos tentativas de acordo entre ativistas com o objetivo de tentar regularizar a situação das ocupações. A este respeito Cláudia Seldim (2015) afirma:

Entre essas medidas, estava a mediação de um acordo entre *squatters* e proprietários de imóveis que garantia a permanência dos ocupantes por vinte ou trinta anos mediante o pagamento de aluguéis predeterminados. O financiamento desse acordo ocorreu por meio de programas de bem-estar social e de renovação urbana, representando uma vitória para muitos movimentos sociais locais. Como consequência, Berlim Ocidental passou a ser vista como a única cidade alemã onde a prática de *squat* era apoiada oficialmente pelo governo – algo que logo a transformou em um destino ainda mais almejado por jovens e movimentos sociais. (SELDIM, 2015 p. 8)

Já na Holanda, ressaltamos que as ocupações foram também uma estratégia de resistência no combate a projetos de desenvolvimento urbano de caráter modernizador implementados em sua capital Amsterdam. Um exemplo emblemático foi o caso de

¹⁰ At the same time, German authorities led an international propaganda offensive against squatters, attempting to isolate and criminalise them by linking them with urban guerrilla groups. Internationally coordinated police assaults were not far behind. The new police tactic can be traced to Roman Herzog, then minister of the interior in Baden-Württemberg (and, from 1994 to 1999, president of Germany), who publicly charged that the Red Army Faction was infiltrating and recruiting from the squatters’ movement. Authorities claimed to be able to link 70 of 1,300 known squatters to armed groups. The mass media ran stories pointing out that Knut Folkers, serving a life sentence for terrorism, had been arrested in 1974 in a squatted house, and Susanne Albrecht (then ‘Wanted for Terrorism’) had been part of a group that had occupied a vacant house in Hamburg in 1973. (KATSIAFICAS, 2014 p.11)

Nieuwmarkt (FIGURA 1), uma região que preservava ainda um grande percentual de construções do século XVII. Em 1970 foi proposta a ampliação da linha de metrô que deveria passar pelo local, prevendo inclusive a demolição de edificações históricas, fato que gerou grande comoção entre os moradores locais e grupos de ativistas, os quais ocuparam imóveis abandonados numa ação deseseporada de impedir tal crime. A iniciativa infelizmente não trouxe bons resultados, ocorrendo a derrubada de grande parte das antigas construções.(KADIR, 2014 p. 28)

Para Hans Pruij (2004, p. 51), este acontecimento em Amsterdam remete a existência de ocupações de caráter conservacionista, cujos responsáveis buscavam a defesa tanto de imóveis, quanto de conjuntos urbanos antigos afim de preservar a ambiência dos bairros tradicionais livrando-os da especulação imobiliária.

Figura 1- Conflitos pela preservação do *Nieuwmarkt* em 1975- Amsterdam



Fonte: <http://revivethis.org/nieuwmarkt>

A respeito das ocupações por moradia deve ser ressaltado que no ano de 1981 havia um total de 9000 ocupações (PRUIJT 2004, p.43 apud VAN DER RAAD 1981). Tal fato influenciou na promulgação de leis que protegiam as camadas sociais existentes no prédios e casas ocupadas, como a “Lei da Casa”, instituída pelo Supremo Tribunal da Holanda, a qual previa que ocupar não era considerado algo criminoso e os ativistas tinham direito a viver uma vida de paz em suas residências sem intervenções violentas da polícia (KADIR 2014, p.27 e PRUIJT, 2004 p.44).

Já na Espanha percebe-se uma forte distinção em relação aos movimentos autônomos anteriormente apresentados. O protagonismo das ocupações espanholas partiu de outras

frentes, como a classe operária por exemplo, cuja justificativa para ocupar imóveis ociosos era sustentada por um déficit habitacional no país, este fato é comprovado por Cattaneo e Tudela (2014):

Mas Barcelona experimentou protestos dos trabalhadores radicais desde o início 1970 em diante. As políticas de desenvolvimento industrial de Franco influenciaram fortemente Barcelona e sua área metropolitana, que já era caracterizada por uma forte concentração industrial. Um grande número de fábricas foi construído e uma nova classe trabalhadora formada como resultado. Isso consistia em grande parte de migrantes vindos das regiões rurais empobrecidas da Andaluzia, Extremadura, Aragão e Galícia. Muitas vezes viviam em favelas construídas por eles mesmos. Por causa disso, um forte movimento operário, caracterizado por tendências autônomas, já havia surgido no início dos anos 70. Aqui, com “tendências autônomas”, não queremos dizer juventude contracultural, mas a dedicação dos trabalhadores à ação direta com greves, e tomada de decisão horizontal no local de trabalho através de assembleias. (CATTANEO e TUDELA 2014 p. 115, tradução nossa)¹¹

Complementando o que apontam os autores, destacamos também a ocorrência de ocupações relacionadas às práticas libertárias e contraculturais, pois além dos operários e imigrantes que desejavam se estabelecer com suas famílias em espaços nos quais pudessem habitar dignamente, em outro grupo encontramos indivíduos que buscavam produzir novas formas de viver a cidade e questionar o sistema político e econômico instalado. Neste caso, concebem-se através de movimentos libertários e anarquistas os chamados “centros sociais”, lugares de debate político e produção artística e cultural os quais também poderiam servir como moradia.¹² (LOPEZ,2004)

A este respeito ressaltamos o que aborda o professor Ramon Argilés (2004) ao afirmar que:

Respecto a las ocupaciones políticas, con”k”, la de la calle Amparo, en 1985, inicia un ciclo donde ya se habla del “movimiento okupa” (...) En los

¹¹ But Barcelona did experience radical workers’ protests from the early 1970s onwards. Franco’s industrial development policies had heavily influenced Barcelona and its metropolitan area, which was already characterised by a strong industrial concentration. A large number of factories were constructed and a new working class formed in the area as a result. This consisted largely of migrants coming from the impoverished rural regions of Andalusia, Extremadura, Aragon, and Galicia. They often lived in self-built slums. Because of this, a strong workers’ movement, characterised by autonomous tendencies, had already emerged at the beginning of the 1970s. Here, with ‘autonomous tendencies’ we do not mean counter-cultural youth, but the workers’ dedication to direct action and wildcat strikes, and horizontal decisionmaking at the workplace through assemblies. (CATTANEO e TUDELA 2014 p. 115)

¹² Em referência a tal aspecto há então conforme Barbarrusa (2004, p. 116) duas etimologias para o termo “ocupação”. A primeira, “okupa”, relaciona-se a ação de grupos anarquistas e libertários que se instalavam em edificações abandonadas nos moldes de squatters ingleses e alemães, sua preocupação não era necessariamente a moradia, mas sim um modo de vida alternativo. Já a segunda, “ocupa” se relaciona aos movimentos sociais de busca por uma moradia, ressalta-se que em tal aspecto não deixam de existir manifestações políticas, mas estas não ocorrem como um princípio do ato de ocupar.

siguientes años, proliferan los locales autogestionados, denominados centros sociales (CS, CSO o CSOA, más recientemente), además de viviendas. En muchos momentos ambos usos del espacio van unidos: Arregui, Argumosa, Pacisa, Ronda de Atocha, El Laboratorio, Seco, La Guindalera, La Nevera, La Galia, David Castilla, El Barrio, Maravillas, Antracita, La Casika, Huertax, L'aldea, etc. En todo este proceso, los cascos viejos se han ido degradando a la espera de ser derribados/desplazados por grandes proyectos comerciales o fasto global (olimpiadas, expos, etc.). (ARGILÉS, 2007 p.92)

Para autores como a professora Virgínia Gutierrez Barbarrusa, há também outros elementos que devem ser acrescentados à história das ocupações espanholas, os quais apontam inclusive para um processo drástico de transformação dos centros urbanos, principalmente a partir da década de 1970 e que vão induzir no decorrer dos anos uma crescente especulação imobiliária. (BARBARRUSA, 2004 p. 117).

Neste sentido, ocorrem na mesma época os movimentos de vizinhança, cuja função seria a de tentar preservar as cidades dos arranjos mercadológicos, ao mesmo tempo em que inicialmente também contribuíram com as ocupações na Espanha. (BARBARRUSA, 2004 p. 118; CATTANEO e TUDELA, 2014 p.107)

Diante das repercussões que os casos de ocupação ganharam da imprensa na época, os governos se viram ameaçados. Assim, ocorrem diversas tentativas que objetivavam conter tais insurgências, seja por meio de um aparato repressivo, com prisões de líderes, ou através de atos que convergiam em manipular a população, inclusive disseminando informações falsas relacionadas a uma possível ligação dos grupos anarquistas com terroristas, assim como ocorreu na Alemanha. (STEEN, KATZEFF *et all* 2014)

Percebe-se algo já levantado por Castells (1973): o Estado, ao não produzir uma política pública equânime, se vê ameaçado por movimentos sociais que se organizam para cobrar medidas concretas de garantia de seus direitos, e entende que a única maneira de contê-los é através da repressão, numa tentativa desesperada de conter tais lutas.

Vimos que o surgimento das ocupações no continente europeu serviu de alguma forma para estabelecer um diálogo mais íntimo com ambiente construído, não só pelas lutas que objetivavam o direito à moradia, ou medidas alternativas de contestação através da criação de centros culturais autogestionados, mas também pela conservação do espaço urbano enquanto lugar de memória e de trocas sociais.

Nos próximos tópicos prosseguimos com as discussões relacionadas a tais movimentos, porém fixadas na contemporaneidade, época na qual as ocupações extrapolam os imóveis,

tomam o ambiente cibernético e chegam às ruas onde estabelecem novas formas de ativismo.

1.2 As ocupações urbanas na atualidade

Na última década ocorreu o ressurgimento de uma nova cadeia de insurgências, na qual percebemos mais uma vez uma forte existência de jovens, que por sua vez, assim como a geração de 1960, ainda encara problemas associados à crises econômicas e falta de emprego. Esses jovens apresentam um perfil variado, no qual predomina em grande parte, uma formação universitária que não tem sido significativamente aproveitada pelo mercado de trabalho mundial o que lhes garante o desemprego ou a colocação em postos de trabalho precários e mal remunerados (BIHR, 2013 p. 80). Para complementar tal informação Alves (2012) nota que:

A ampliação do desemprego e da precariedade social no decorrer da década de 2000 nos EUA e na União Europeia, sobretudo a partir da crise financeira de 2008, impulsionou o radicalismo das massas de jovens (e velhos) precários e indignados com governos social-democratas e conservadores, incapazes de deter o “moinho satânico” do capitalismo global. Portanto, os novos movimentos sociais são reverberações radicais do capitalismo financeiro senil.

A crise financeira de 2008 expôs a mediocridade do governo democrata Barack Obama, que frustrou muitos norte-americanos que acreditaram que ele deteria a hegemonia financeira na política do país. A crise da dívida soberana de 2010 e a crise financeira da zona do euro expuseram a venalidade dos partidos social-democratas e socialistas e os mais fracos da União Europeia. (ALVES, 2012 p.34)

Os fatores expostos nas afirmativas anteriores dão indícios de uma luta global. Dialogando com tal aspecto, Maria da Glória Gohn (2014, p.39), ao investigar as características que permeiam os movimentos sociais urbanos em *Nova Teoria dos Movimentos Sociais*, salienta: “Ocorre que todos os movimentos sociais terão que enfrentar o dilema de atuar, agir no cotidiano mas pensar globalmente, porque são “empurrados para esse novo contexto”.

Como recurso deste processo, a internet tornou-se um elemento importante pois está presente no cotidiano dos novos ativistas. No mundo cada vez mais globalizado a este meio de comunicação coube o papel de aglutinação de indivíduos. Segundo argumentam Ricci e Arley (2014)

As redes não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização. Forjaram uma comunidade e, como toda comunidade, entrelaçada pela identidade e afeto. Mas aqui já se apresentava uma novidade. A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (e não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. Eram conhecidos e o que recebia tinha garantias que não seria um número no meio da multidão, não estaria dando consistência a uma pauta que teria sido montada alhures, em algum local não conhecido. (RICCI e ARLEY, 2014 p. 21)

Para Castells (2013, p.13), a comunicação produzida nas redes sociais, confere autonomia às insurgências que se formaram recentemente; portanto, podem dialogar de maneira ampla com o restante da sociedade, sem influências de meios detentores do poder de comunicação.

Por fim autores como os pesquisadores José Alberto A. de Miranda e Moisés Noé de Fraga (2017), ao discutirem sobre os movimentos sociais na atualidade personificados numa “insurgência global”, também avaliam o uso da internet como um instrumento bastante positivo nas seguintes passagens:

A internet e sua arquitetura promoveram a expansão da comunicação por meio de acessos facilitados de baixo custo dispersa pelo globo, o que permitiu a circulação e o acesso a uma quantidade muito grande de informações.

(...)As comunidades que estão organizadas no ciberespaço são tão reais para os participantes quanto as relações face a face. Nesses espaços, as pessoas podem ganhar ou fornecer informações, bem como debater e negociar interpretações da realidade e críticas aos seus ambientes sociais. Essas interações promovem e reconhecem novas formas de identidade, cujas expressões performativas incluem organizar ações e usar a Rede para coordenar com outros grupos (...) (MIRANDA e FRAGA, 2017 p.6)

Após as circunstâncias brevemente apresentadas, discutiremos a seguir algumas ações revolucionárias que além da objeção a um sistema capitalista hegemônico, incentivaram a reformulação de sistemas de governo e impuseram a coletividade como medida importante em processos decisórios.

1.2.1 Tunísia e Islândia: insurgências e quebra de paradigmas dominantes

Pode-se apontar que o fator culminante para a eclosão da insurgência global se dá por influência de conflitos políticos ocorridos em dois países: Tunísia¹³ e Islândia. O primeiro, a Tunísia, passava por um longo período de governos ditatoriais e desigualdades econômicas e sociais com significativo índice de desempregados. No dia 17 de dezembro na cidade de Sid Bouzid o jovem feirante Mohamed Bouazizi se suicida em protesto contra o cotidiano confisco de suas mercadorias aliado a extorsão da polícia. Toda a ação foi filmada e depois disseminada através do *youtube*, o que inspirou diversos jovens do país. (CASTELLS, 2014 p. 20)

Em janeiro de 2011 ocorreu a fuga do ditador Ben Ali para a Arábia Saudita, os movimentos populares se tornam ainda mais fortes, recebendo inclusive apoio da rede de televisão *Al Jazeera*. Os manifestantes ocuparam as ruas e praças durante quase nove meses e em outubro do mesmo ano ocorreram as eleições diretas que deram vitória a uma corrente islamita mais moderada. (CASTELLS, 2014 p. 25)

Já a Islândia, era um país que apresentava até 2007 uma situação econômica bastante favorável, sendo a renda média considerada a quinta maior do mundo. No decorrer de um ano, tal posição foi modificada devido a uma crise econômica ocasionada por uma inescrupulosa ação do sistema bancário do país. Em 20 de janeiro de 2009, milhares de pessoas se reuniram em frente ao Parlamento, ordenando a abdicação do primeiro ministro, e exigindo também a reformulação do sistema de governo existente no país. Este dia ficou conhecido como a “Revolução das panelas e frigideiras”, pois os manifestantes utilizavam tais utensílios como instrumentos de percussão. Destaca-se aqui como uma das ações resultantes desta iniciativa, a proposta de reforma da constituição que vigorava no país desde 1944, a qual inicialmente iria ser formulada por indivíduos a serem escolhidos por representantes do Parlamento, ideia que logo foi rechaçada pela população. (CASTELLS, 2014 p. 28-29; URBINATI, 2015 p. 182)

A elaboração de uma nova constituição na Islândia representa um marco extraordinário dentre as recentes insurgências, pois fortaleceu entre os cidadãos a percepção de que o

¹³ Movimento que culminou no que se convencionou chamar de “Primavera Árabe” que constituiu na queda de governos ditatoriais no Oriente Médio. (BRUM E CARGUINELUTTI, 2015)

processo poderia ser construído de maneira horizontal. De acordo com o que abordam Nichel e Oliveira (2015, p. 4)

Assim, estabeleceu-se um Conselho Constitucional formado por 25 pessoas de diferentes idades, profissões e níveis educacionais, as quais não possuíam vinculação política anterior. Estas foram eleitas por votação popular dentre 522 que se candidataram, após uma seleção aleatória de 950 cidadãos no registro nacional. Essas 25 pessoas ficaram encarregadas de criar um esboço do texto constitucional.

(...)Durante esse processo, o Conselho se utilizou de ferramentas para receber contribuições da população, ideias de matérias a serem inseridas no texto, tendências, críticas, enfim, criou-se um instrumental que proporcionou a aproximação do cidadão com o processo constituinte. *Facebook* e *Twitter* foram alguns dos meios que os cidadãos islandeses usaram para opinar sobre a nova constituição do país. Desse modo, qualquer cidadão com acesso à internet tinha a possibilidade de participar ativamente no processo de formação da Constituição de seu país, num exercício do poder constituinte originário nunca antes produzido (...)

Apesar da inovação do processo e da intensidade dos debates, o destino final para aprovação da Carta Magma seria o Parlamento, que, juntamente com a Comissão de Veneza compreendeu diversas falhas no documento apresentado, como a existência de propostas bastante vagas ou muito abrangentes. (ARAÚJO e NEVES, 2017 p. 9)

Segundo salienta Urbinati (2015), apesar da constituição elaborada não ter tido a adesão do Parlamento esperada pela população, é inegável não observar a importância da iniciativa empreendida pelos islandeses, já que estimulou a colaboração de todos numa tentativa de mudança nos rumos econômicos, políticos e sociais do país.

1.2.2 Os Indignados espanhóis

O Movimento dos Indignados na Espanha, conhecido como M15, também foi influenciado pela crise econômica de 2008. No país as consequências deste fenômeno se intensificam no ano de 2011. Houve um considerável aumento na taxa de desemprego que atingiu o índice de 22%. Numa tentativa de resolver o problema, o governo espanhol propôs em fevereiro daquele ano um corte orçamentário em sua política de assistência básica e como resposta, teve o desprezo da população. (CASTELLS, 2013 p. 70)

Em 15 de maio como uma reação à circunstância descrita, de acordo com Brum e Carguinellutti (2015), foi criando o M15 ou Movimento dos Indignados:

Era 15 de maio de 2011, uma data que logo foi adotada como nome do movimento popular – o “Movimiento 15 de Mayo”, ou “15-M” –, que buscava sair às ruas para chamar a atenção para questões que afligiam boa parte da população. O dia escolhido não era casualidade: exatamente uma semana antes das eleições municipais e autonômicas marcadas para 22 de maio. (BRUM e CARGUINELUTTI, 2015 p.2)

É fato que algumas manifestações já vinham ocorrendo desde o mês de março, quando os indignados espanhóis iniciaram intensos debates no *Facebook* com um grupo que, se a princípio parecia inexpressivo, aos poucos tomou uma grande proporção, tanto que incentivou a sociedade para que em maio, época de eleições municipais, tomasse as ruas das cidades espanholas a fim lutar contra a prática abusiva dos bancos e negligência do governo. Como marco deste movimento, ocorrem então as ocupações a Praça *Puerta del Sol* em Madrid, (FIGURA 2) no dia 15 de maio, após manifestações de rua, e no dia 16 outros grupos se reuniram na Praça Catalunha em Barcelona. (BOSQUET, 2012 e CASTELLS 2013, p. 70)

Figura 2- Indignados ocupam a Praça *Puerta del Sol*- Madrid Espanha 2011



Autor: Denis Doyle

Fonte: Revista Exame ,2011

É preciso ressaltar que, além de promover ocupações e assembleias em espaços públicos e debates na internet, alguns ativistas partiram também para ações práticas, como as tentativas de impedir o desalojamento de famílias com aluguéis e hipotecas atrasadas e que sofriam constantes ameaças por parte de bancos e imobiliárias. Além disso, ocorreu

também o incentivo à ocupação de prédios ociosos, prática que, aliás, foi retomada com intensidade após a crise econômica. (BOSQUET, 2012 p. 98)

Segundo escrevem Brum e Carguinellutti (2015, p.10), o resultado das insurgências promovidas pelo Movimento 15 M foi sentido nas urnas durante as eleições municipais de 22 de maio:

Apesar do leve aumento na votação em branco (1,94% dos eleitores no pleito municipal e autonômico de 2007 para 2,54% em 2011, cerca de meio milhão de votos a mais) e em siglas menores como a *Izquierda Unida*, o resultado final das eleições acabaria dentro do esperado, com o situacionista PSOE não suportando as pressões da crise econômica e do desemprego e perdendo espaço em todos os cantos do país para o PP. (BRUM E CARGUINELLUTTI, 2015 p.10)

Autores como Bosquet (2012), Castells (2013) e Harvey (2014) avaliam que apesar dos poucos resultados alcançados, o movimento se tornou uma referência para a cadeia de insurgências disseminada ao redor do mundo, principalmente pelo fortalecimento das ideias de horizontalidade e autogestão sempre propagadas durante os debates e assembleias.

1.2.3 Occupy Wall Street

O *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, foi concebido diante da insatisfação política e econômica, que já se arrastava desde a crise de 2008, sendo o ponto culminante, uma exacerbada decepção com o governo de Barack Obama em 2011. (CASTELLS, 2013) e (HARVEY, 2014). A disseminação dos 99%¹⁴ (HARVEY, 2014 p.61), empreendida pelos movimentos de protesto em *Wall Street* e a ocupação do *Liberty Park* iniciados em 17 de setembro, que depois se alastrou para outras partes do país, enaltecia nos Estados Unidos o espírito das ruas que se tornavam mais vivas do que nunca, além de reforçar a ideia de coletividade através das redes de diálogo construídas nas assembleias gerais.

Diante de sua rápida propagação, as ocupações construídas durante o *Occupy Wall Street* foram vistas por governantes americanos como uma ameaça, devido aos princípios de

¹⁴ A ideia dos 99% foi propagada para incutir a maioria nas ruas e relaciona-se mais a universalização da condição proletária e a uma forte diversidade social, aparece pela primeira vez nas discussões propagadas pelo Movimento 15 M na Espanha em 2011, segundo argumentam Alves (2012) e (Castells 2013).

autonomia defendidos. Assim, foram em alguns momentos duramente reprimidas, mesmo que estas se tratassem de um evento relativamente pacífico, na cidade de Oakland por exemplo, ocorreram conflitos violentos com a polícia local. (CASTELLS, 2013 p. 119)

De modo geral, assim como o ocorrido na Espanha com o M15, percebem-se no *Occupy Wall Street* também as ocupações às casas cujas famílias haviam sido desalojadas, o que funcionou como uma forma de pressionar os bancos a reestabelecerem as hipotecas canceladas. Para complementar o que já foi afirmado, Mike Davis (2012, p.41) ao avaliar o legado deixado pelos grupos insurgentes americanos, nota que aquele também foi “um momento que permitiu a derrubada de barreiras entre gerações”.

1.2.4 A geração à Rasca em Portugal

A iniciativa teve início em 12 de março de 2011, também com ampla divulgação através das redes sociais. O movimento denominado “Geração à rasca”, que, segundo define País (2014, p. 84), reflete na condição incerta enfrentada pelos jovens portugueses: “Desemprego, trabalho precário e falta de esperança em relação ao futuro geram entre os jovens sentimentos de desalento, o reconhecimento de que se está numa situação à rasca” (PAÍS, 2014)

No manifesto do movimento ¹⁵, o grupo se definia como apartidário, laico e pacífico, e sinalizava seu descontentamento ao se reconhecer como a geração que mais formação acadêmica possuía em toda a história do país, e que não se deixaria abater por perspectivas desanimadoras.

O sociólogo português José Soeiro (2014, p. 62) nota que o movimento dos jovens portugueses também é considerado intergeracional e levou meio milhão de pessoas às ruas, já que as manifestações ocorreram em diversas cidades portuguesas. Além disso, provocou outros desdobramentos como reivindicações relacionadas à gestão governamental corrupta e pouco sensível às necessidades da população. Nas

¹⁵ Protesto Geração à Rasca, manifesto. Disponível em: <<https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifest>> Acesso em abril de 2017

manifestações havia também uma forte presença de meios institucionalizados, como centrais sindicais e partidos de esquerda.

Dos episódios referentes ao ciclo de protestos promovidos pela Geração à Rasca em 2011, destacam-se também uma reunião internacional ocorrida em 10 de julho em Portugal entre ativistas, cujo objetivo era a convocação para uma jornada em 15 de outubro. O evento gerou a manifestação internacional pela mudança global e ocorreu em 951 cidades de 82 países do mundo. Em Lisboa foi registrada a presença de 100 mil pessoas. Outro momento de grande relevância foi a greve geral convocada por duas centrais sindicais em 24 de novembro em resposta a medidas contidas na proposta de orçamento do Estado tais como cortes salariais, aumento na carga horária de trabalho e eliminação de feriados. (SOEIRO, 2014 p. 64)

Já em 15 de setembro de 2012, destaca-se o protesto “Que se lixe a Troika¹⁶: queremos nossas vidas de volta” (QSLT), iniciativa articulada por um grupo de vinte nove pessoas nas redes sociais, conforme elucidam Babo e Silva (2016)

O QSLT irrompeu nas redes sociais como um movimento de cidadãos comuns, provenientes de áreas e quadrantes políticos distintos, apartidário, horizontal, espontâneo. A sua finalidade era coalizar os descontentamentos populares para promover uma grande manifestação nacional, onde os portugueses, numa demonstração de cidadania democrática, expressassem aos políticos a sua discordância em relação à austeridade excessiva que pendia sobre eles. (BABO e SILVA, 2016 p.4)

O QSLT, representou um movimento de grandes proporções com a ocorrência de 30 atos que mobilizaram milhões de pessoas (SOEIRO, 2016 p.15). Através dos protestos foi alcançado como resultado a revisão da lei trabalhista contra a precariedade nos postos de trabalho. (SILVA, 2016)

Neste capítulo apresentamos um panorama a respeito dos movimentos sociais e das ocupações urbanas, no contexto internacional, objetivando compreender tais práticas de luta, as quais visaram resistir às medidas políticas e econômicas pouco sensíveis a sociedade. A seguir, damos continuidade a esta discussão no próximo capítulo, porém mais relacionada ao caso brasileiro.

¹⁶ A Troika segundo Silva (2016) é definida como um comitê que reúne o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

CAPÍTULO II

INSURGÊNCIA E OCUPAÇÕES NO BRASIL

Neste capítulo vamos tratar do significado das insurgências no caso brasileiro, inicialmente retomamos o recorte cronológico proposto na primeira seção do capítulo anterior e abordamos algumas peculiaridades relacionadas às ocupações urbanas ocorridas no país em comparação ao contexto europeu¹⁷.

Num segundo momento destacamos as “Jornadas de junho”, ocorridas no ano de 2013 no Brasil. Neste tópico nos detemos principalmente em apresentar e avaliar a percepção de autores contemporâneos cujos estudos referem-se a este período de protestos e ainda aos reflexos deixados por tal movimento no campo das disputas pelo direito à cidade, ponto que elucidamos partindo de exemplos como o Cais Estelita na cidade de Recife em Pernambuco e Parque Augusta em São Paulo. Por fim na terceira e última parte discorreremos a respeito de Belo Horizonte para a qual as insurgências de 2013 nada mais são do que desdobramentos de outras ações que já vinham ocorrendo na cidade.

2.1 As ocupações no Brasil entre 1960 a 1980: as lutas populares e o regime militar

Apesar de suas singularidades, se comparadas com o contexto descrito no capítulo anterior, as lutas urbanas no Brasil trouxeram, no período de 1960 a 1980, um constante enfrentamento das desigualdades sociais similar aos movimentos sociais ocorridos em outras partes do mundo. É preciso avaliar, antes de mais nada, que havia naquela época uma ditadura militar instalada no país, de 1964 a 1985, assinalando um momento de barbárie na história brasileira, que acirrou fortemente as desigualdades sociais e extirpou direitos civis e políticos da população. Autores como Hur e Lacerda Júnior (2017) avaliam que o período de governos militares nos países latinos americanos repetiu uma

¹⁷ Justifica-se que neste capítulo não tratamos das ocupações anarcopunks no Brasil durante o governo militar pois estas se dão a partir da década de 1990, conforme ressalta Rudy (2011, p 3), um dos primeiros registros referentes ao movimento se dá em julho de 1993 na cidade de Florianópolis- SC no prédio da antiga Associação dos Servidores da Santa Catarina Turismo.

cadeia de violências já presente na história de cada um deles salientando que essas ditaduras:

Ocorreram quando segmentos das elites civis aliadas aos militares pretenderam manter as relações instituídas de dominação pelo uso da força direta para a tomada do poder do Estado, infringindo o regime democrático e constituindo um Estado de exceção. Perseguições, prisões arbitrária torturas e assassinatos tornaram-se algo comum. Centenas de mortos e desaparecidos no Brasil, milhares no Chile, na Argentina, dezenas de milhares em El Salvador. A sociedade não se manteve passiva com a violência de Estado, emergiram movimentos insurgentes contra a repressão, ditaduras ou governos aliados de uma burguesia articulada às políticas norte-americanas e que mantinham a população em condições miseráveis. (HUR E LACERDA JÚNIOR, 2017 p. 29)

Neste sentido, as ocupações urbanas, principalmente as que se relacionavam à moradia, naquele período, surgem como uma alternativa autônoma para os estratos sociais menos abastados dos grandes centros brasileiros. Ermínia Maricato, abordando a política habitacional implantada durante o regime militar, entende que esta era ancorada muito mais na ideia de cidade como mercadoria, do que na resolução concreta do problema de moradia para a população de baixa renda:

A orientação de forma predominante dessa mercadoria só poderia ser a da casa própria, que além de seus aspectos econômicos tem a vantagem de cumprir um importante papel ideológico. Os setores da população beneficiados por essa política constituíram, sem dúvida um sustentáculo político ao governo ditatorial. E não é apenas nas faixas dos privilegiados que a propriedade privada da casa exerce seu papel conservador. Também os deserdados por essa política habitacional são envolvidos pelas promessas de casa própria: ao organizar a provisão de residências em moldes capitalistas, centralizada fortemente por organismos federais, de forma autoritária o Estado exclui desse mercado a maior parte da população submetida ao arrocho salarial. Isso representa aproximadamente 77% da população que ganha de cinco salários mínimos para baixo. (MARICATO, 1987 p.30)

Desta forma, a força popular tornou-se um meio vital encontrado pelos excluídos do Estado como medida concreta para a resolução de suas mazelas, conforme assinala Holston (2013, p.44), que, ao descrever a trajetória de duas ocupações por moradia em São Paulo, Lar Nacional e Jardim das Camélias, expõe as disputas pela posse da terra entre moradores, grileiros e o poder público. O autor destaca ainda que a força popular, através da formação de uma associação de moradores e busca de apoio jurídico, estabeleceu um meio de resistência capaz de impor melhoramentos expressivos as referidas áreas tais como: implantação de serviços de água, luz e esgoto, creches e escolas.

Holston (2013), ainda reflete acerca da essência do movimento e cunha então o termo “cidadania insurgente” o qual descreve da seguinte maneira:

Na formulação insurgente, os moradores das periferias imaginam que seus interesses derivam de sua própria experiência, não dos planos do Estado, que são bem informados e competentes para tomar decisões a respeito desses interesses, e que suas próprias organizações podem articulá-las. Consideram essa experiência organizada a base de um exercício de cidadania por meio do qual podem participar e ser responsáveis por instituições da sociedade, do governo e da lei que produzem as condições de vida urbana. (HOLSTON, 2013 p. 50)

Outro ponto a ser destacado se refere às questões de gênero e espaços de poder nas ocupações, ideia que se configura diante da carência de infraestrutura básica naqueles lugares e que teve no protagonismo feminino um elemento marcante em processos de luta contínuos. (CORREIA, 2015) e (OLIVEIRA E MITIDIEIRO, 2014). Em Correia (2015), são narrados fatos referentes às lutas das mulheres oriundas de regiões periféricas de São Paulo pela implantação de creches e escolas em seus locais de habitação. Nesta discussão, a autora centra-se na criação dos Clubes de Mães, surgidos a princípio por influência da Igreja Católica, mas que num segundo momento se dissociaram desta afim de buscarem maior autonomia, diante da necessidade de construírem ações mais profundas relacionadas às demandas cotidianas dos bairros onde estavam instalados. Correia (2015) nota que, a contribuição de movimentos feministas durante o governo militar no Brasil foi imprescindível para fortalecer o papel da periferia como sujeito singular nos movimentos sociais da época.

A partir dos Clubes de Mães as mulheres participaram de várias lutas nos bairros desde reivindicações de serviços públicos, como água, esgoto, telefone, creche, posto de saúde, hospital, educação, limpeza pública etc., até reivindicações mais amplas, como, movimento do custo de vida, luta contra o desemprego, solidariedade e apoio aos trabalhadores, crianças, ao movimento negro, às famílias carentes, integravam a pauta. (CORREIA, 2015 p. 77)

Já Oliveira e Mitidieiro (2014, p. 49), apontam um episódio marcante referente à ocupação do Conjunto IPEC na década de 1970, na cidade do Crato no Ceará, na qual havia uma grande incidência de mulheres, que foram um importante elemento de resistência, pois exerciam o papel de sentinelas permanecendo em vigília diante da ameaça de invasão da polícia militar.

O surgimento de movimentos sociais autônomos durante o regime militar no Brasil representava um ponto significativo, pois sinalizava a força política dos indivíduos a

partir da mobilização, além de gerar reflexões profundas a respeito da produção do espaço urbano. Neste aspecto, essa prática serviu também para dismantelar ações clientelistas por parte do Estado, como as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), implementadas durante o governo de Jânio Quadros na década de 1960, as quais funcionavam como uma maneira de garantir votos aos governantes, mas pouco engajadas nos reais problemas dos lugares onde estavam implantadas. (JACOBI, 1980).

Cabe assinalar ainda que, além das ocupações, as classes populares entrincheiradas numa rede de indignação formada pela imposição da invisibilidade urbana e social, reafirmavam o desejo sempre negado de serem cidadãos e como tal pertencerem as cidades. Tal fato pode ser exemplificado com os conflitos ocasionados pelos incêndios a ônibus e composições de trens urbanos entre as décadas de 1970 e 1980, que, de início, são interpretados como atos de intenso vandalismo, e, a partir de um olhar mais atento, passam a ser pontuados como uma forma radical de chamar a atenção das autoridades para o grave problema da mobilidade urbana, algo que se perpetuaria ao longo dos anos no Brasil. (VELOSO, 2015 p.134)

Veloso (2015, p. 130) ainda evidencia que a causa para tal fato se refere à política urbana e econômica praticada no período do governo militar no país, a qual não se firmava no incentivo a diversidade de núcleos urbanos, mas sim no monocentrismo, com a concentração de meios de subsistência e serviços em áreas específicas das cidades, que, bastante afastadas da periferia, obrigava a população oriunda de tais espaços a se deslocar cotidianamente em um sistema de transporte coletivo cada vez mais precário. Para o autor, as consequências nos atos de resistência para melhoria do transporte público trazem a percepção da importância da ação coletiva, que, apesar de sofrerem medidas de repressão por parte do governo militar, resultaram em ações profícuas:

[...] Assim, para todos os efeitos o período que vai do fim da ditadura até a redemocratização, os movimentos se organizaram para reivindicar melhoria na qualidade e no quadro de horários do transporte, lutar contra aumento tarifários, pela criação de novas linhas e aumento da frota, serão denominados aqui como “Movimentos Reivindicativos por Transporte Coletivo” (MRTC)[...] (VELOSO, 2015 p.134)

As insurgências abordadas sinalizavam um desgaste da política propagada pelo Estado autoritário no Brasil, e reforçavam a necessidade de reformulação das arenas de poder. Para Maricato (1987) este fato pode ser assim descrito:

Com o fim do chamado “milagre brasileiro”, e início da crise econômica internacional, emergem os movimentos populares, movimentos revolucionários, movimentos reivindicatórios urbanos, movimentos camponeses pela posse da terra, movimentos operários por melhores salários, estabilidade no emprego e liberdade sindical. (MARICATO, 1987 p.57)

Já Tullo Vigevani (1989, p.100) encara os sujeitos fixados no processo de luta como fontes que implicariam na construção de uma nova sociedade, e que, ao se perceberem como cidadãos, foram capazes de dialogar de maneira ferrenha com o Estado na busca por seus direitos, mas não na “condição de pedintes”. Enfatiza ainda que esta ação apresentou resultados extraordinários pois:

A reação do Estado não foi homogênea. Em algumas situações, mesmo no período autoritário, dialogou e as vezes fez concessões reais. Essas condições permanecem com mais força no período de reabertura e transição. Para São Paulo, o crescimento dos serviços municipais e públicos na área social tem, portanto, uma de suas determinações na ação da população. (VIGEVANI, 1989, p.100)

Os movimentos populares contribuíram fortemente na retomada dos direitos políticos no país, pois sua resistência atrelada ao crescente incentivo da construção de organismos sociais autônomos ajudou a formar uma intensa mobilização que culminou na campanha por eleições diretas, denominada de “Diretas Já”, que teve como resultado a implementação da Constituição no final da década de 1980. (HOLSTON, 2013 p. 80-107).

Como herança do período brevemente analisado, permaneceu a criação de organizações autônomas que, aos poucos, passaram a atuar de maneira cada vez mais efetiva tornando-se entre as décadas de 1980 a 1990 instâncias de poder institucionalizadas, conforme salienta Avritzer (2012, p.48) ao avaliar a criação dos conselhos municipais.

Mais tarde, tal fato construiria outras redes de mobilização em massa, como o “Movimento Fora Collor” que, no ano de 1992, levou milhares de pessoas às ruas, tanto das capitais do país como das cidades do interior exigindo o *impeachment* do ex presidente Fernando Collor de Melo, o qual em pouco tempo de mandato já havia cometido atos de corrupção que lesaram drasticamente o povo brasileiro (CASARÕES e SALUM 2011, p.157; CONTI 2000, p. 548). Este movimento que foi protagonizado por jovens estudantes, os quais ficaram conhecidos na época como “Caras Pintadas”, pois saíam as ruas com os rostos tingidos nas cores da bandeira nacional, teve como resultado a saída do governante reforçando o poder da sociedade na luta por seus direitos.

Diante da complexidade que cercou o período assinalado pelo breve recorte cronológico proposto neste tópico, percebe-se que as insurgências promovidas pelas camadas populares, representam um divisor de águas no campo das mobilizações sociais no Brasil, assinalado não só pela busca de diálogo com o Estado, mas pela possibilidade de promover um novo momento político para o país. A seguir abordamos a retomada dos movimentos sociais no Brasil com as insurgências de 2013, na iminência de eventos esportivos, num país ainda imerso em suas mazelas sociais.

2.2 “O gigante acordou”: as insurgências no Brasil em 2013 ¹⁸

Os movimentos insurgentes ocorridos na história recente do Brasil em junho de 2013, refletem, de início, uma luta global, que, como já foi tratado, representou em alguns países do mundo, tanto a ruptura com sistemas de poder vigentes, quanto evidenciou a ponta do *iceberg* de uma crise social, política e econômica há muito tempo anunciada. Além disso, as insurgências brasileiras, assim como no contexto internacional, trouxeram novamente o protagonismo juvenil, vindo de uma geração que acompanhou intimamente o surgimento e avanço da internet e soube se utilizar disso de maneira tenaz, com o intuito de se organizar politicamente.

Antes de tratar do que representou o referido movimento, bem como suas características, ressalta-se que, de acordo com o levantamento bibliográfico para a elaboração deste tópico, devem ser destacadas as profundas controvérsias em relação ao significado real dos protestos de junho no Brasil. Autores como Mendonça (2013); Ricci e Arley (2014); Bringel (2015) entre outros, embora divergindo em suas análises consideram a potência destas insurgências, ao denomina-las como “Jornadas de Junho”.

Por sua vez, Singer (2014) avalia este termo como um desacerto de classificação, argumentando que os atos de junho deveriam possuir pautas concretas e processos contínuos de luta, até a configuração de um resultado satisfatório para os grupos insurretos. E cita para tal, inclusive o exemplo do 18 de Brumário ocorrido na França, em

¹⁸ “O gigante acordou” foi uma expressão amplamente divulgada em cartazes de protesto que circulavam nos espaços públicos durante as Jornadas de Junho de 2013, seu significado ancora-se na retomada expressiva das ruas pela multidão, algo que segundo notam Dowbor e Szwako (2013, p.44) pode ser comparado às manifestações referentes ao Fora Collor em 1990.

1848, movimento proletário que atingiu proporções inimagináveis e fez dele um acontecimento singular na história da humanidade. Diante disso, defende seu ponto de vista ancorado no seguinte argumento:

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra; porém, não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disto é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscitos para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidos quase logo depois que o mês acabou. (SINGER, 2014 p.24)

Contudo, aqui busca-se ressaltar a excepcionalidade das “Jornadas de Junho de 2013”, dado o caráter híbrido do movimento, em que se percebe uma expressiva erupção das massas diante das já recorrentes facetas das desigualdades sociais, mesmo em meio ao conjunto de políticas públicas de assistência básica implementado durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Pode-se dizer, baseando-se em Ricci e Arley (2014)¹⁹ e em Gohn (2014)²⁰, que, alicerçados numa luta global, os movimentos brasileiros, se organizaram em torno de demandas difusas, e por outro lado geraram uma diluição das pautas, o que teve como consequência, de certa forma, o enfraquecimento destas lutas.

Outro fato a ser mencionado refere-se a uma das características marcantes responsável por configurar as lutas no Brasil, que está relacionada à apropriação de recursos de comunicação cada vez mais amplos, cujo elemento principal é a internet. Através das redes sociais, foi construída uma cadeia de apoio, a formação de grupos de discussão em tempo real e a ainda a convocação para a ocupação de ruas e demais espaços públicos. (CASTELLS, 2013)

O surgimento dos protestos ancora-se inicialmente, no anúncio do aumento do preço das passagens no transporte coletivo nas capitais do país. Tal fato provocou uma intensa rede de mobilizações, cuja aglutinação possui forte influência do Movimento Passe Livre

¹⁹ Os autores tratam do que representou o movimento de 2013 para o Brasil desde os fatores que culminaram na sua concepção até as consequências geradas.

²⁰ A autora destaca num dos capítulos de sua obra “*Novas teorias dos movimentos sociais*”, as modificações sofridas pelas investigações relacionadas ao estudo dos movimentos sociais no decorrer dos anos. Num dos vários pontos que aborda, sinaliza a incorporação do que ela denomina de “Novíssimos sujeitos”, os quais são assim denominados pois estão ligados as lutas anti e alter globalização. Neste aspecto, trata da ampliação das lutas sociais, que segundo ela se internacionalizam de maneira rápida, aqui evidencia também que este tema na transição do século XX para o XXI é algo que “rompe as barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional”. (GOHN, 2014 p. 42-47).

(MPL)²¹, que já havia convocado outras manifestações conforme descrevem Ricci e Arley (2014)

Em março, três meses antes da explosão social nas ruas, já havia ocorrido manifestações mais modestas, vitoriosas, em Porto Alegre, pela redução da tarifa pública do transporte público. Os estudantes secundaristas paulistanos também organizaram protestos contra o aumento da passagem em maio, tendo à frente alunos da E.E. Ermano Marchetti, em Pirituba. Com apoio do Movimento Passe Livre e dos batuques rebeldes da Fanfarra do Mal, 200 estudantes ocuparam o Terminal Pirituba e a estação da CPTM, queimaram uma catraca e bloquearam vias importantes da região. Nos dias seguintes, outros atos em escolas se seguiram nas regiões de D. Pedro, no Jaguaré, Lapa. M 'Boi, Grajaú. (RICCI e ARLEY, 2014 p. 18)

As manifestações atingiram diversas partes do país. O contexto que as causou também teve influência na Copa das Confederações, realizada no Brasil naquela época, fato que motivou reflexões sobre a fragilidade das políticas sociais, que, apesar dos avanços durante os dez anos de governo do PT entre as gestões do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, não conseguiram resolver por completo questões específicas como a mobilidade urbana e habitação social. (SILVA, 2014 p.134)

O fato de ser escolhido para sediar a Copa do Mundo que ocorreria em 2014 e as Olimpíadas de 2016 trouxe também por parte de algumas camadas sociais indignação e uma profusão de questionamentos. Outro ponto estava atrelado aos escândalos relacionados à corrupção envolvendo o PT, o que fez com que aquele junho de 2013 trouxesse a disseminação da ideia de uma sociedade que desejava um novo país.

No trato das características que permearam as insurgências de 2013, devem ser destacadas a formação de camadas conectadas à multidão que protestava nas ruas do Brasil. Além do perfil básico dos manifestantes cuja faixa etária variava entre 15 a 40 anos (SINGER, 2013 p. 28), sendo em sua maioria de classe média (MARICATO, 2013 p. 17), era nítida também, na multidão a existência de partidos políticos. Porém, “todas as bandeiras partidárias foram rejeitadas nas manifestações gerando, inclusive tumultos entre os que insistiram em desfraldá-las”. (GOHN 2014, p. 433). Já Chauí (2013, não paginado), argumenta que a participação dos partidos de esquerda na manifestação e também de direita, principalmente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), denota a

²¹ De acordo com Ricci e Arley (2014) O Movimento Passe Livre surgiu em 2005 a partir da aglutinação de diversos coletivos por ocasião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o que motivou a criação desta organização foi a demanda por passe livre estudantil em diversas capitais brasileiras.

necessidade de apropriação dos movimentos de 2013 como um recurso político diante de sua inexpressividade naquele momento.

Analisando as insurgências de junho dentro das cidades, podemos mencionar alguns pontos que merecem destaque, já que são fatores singulares no contexto das lutas urbanas recentes no Brasil. O primeiro deles diz respeito às intervenções indiscriminadas ocorridas no grandes centros urbanos do país, traduzidas pela criação de cenários a serem utilizados nos grandes eventos esportivos mencionados anteriormente. Neste aspecto houve a construção de estádios, ampliação de equipamentos hoteleiros e criação de modernos complexos esportivos. Uma das consequências de tal fato reflete no que é mencionado pelo o professor Carlos Vainer (2015) a seguir:

Estima-se entre 200 a 250 o número de pessoas removidas, quase sempre reassentadas em conjuntos precários, em zonas carentes de urbanização, distantes da antiga moradia e do mercado de trabalho.

Estão emergindo dos megaeventos cidades mais desiguais, socialmente mais segregadas, nas quais os eventuais benefícios dos investimentos realizados são apropriados pelas camadas de renda média e alta, mas sobretudo pelos detentores da propriedade fundiária e pelos capitais da promoção imobiliária. (VAINER, 2015 p. 59)

Para Maricato (2013, p.21) a pilhagem de fundos públicos ocasionados pelo mercado de capital, por ocasião dos grandes eventos esportivos no país ajudou a colocar mais “lenha na fogueira” do ciclo de indignações pois teve como resultado a forte propulsão de elefantes brancos espalhados em diversas regiões brasileiras.

Já o segundo ponto reflete na ocupação das ruas, as quais representaram a transmutação das discussões já postas na internet (PLEYERS, 2013 p. 89). Como espaço físico fortemente simbólico, a rua foi transformada ora em um campo de combate com forças militares imbuídas da repressão aos atos de protestos legítimos e garantidos em Constituição, ora vista como um lugar com forte potencial para o incentivo de discussões práticas com temáticas alicerçadas no rumo da política no Brasil.

Destacam-se, por fim, as fortes sublevações plasmadas nos quebra- quebra, promovidos como “*Black Blocs*”, que, apesar de conter incidências em pequenos grupos, foram compreendidos por alguns pesquisadores como um ponto que compunha os protestos de 2013, não podendo portanto, serem percebidos como simples atos de vandalismo, conforme o que foi divulgado por diversos meios midiáticos da época (SOUZA, 2016). Logo, tanto Gohn (2014) quanto Bringel (2013) os percebem como uma tática de luta

atrelada à onda de indignação. Souza (2016), por sua vez, lembra que: “A cidade é a causa, mas, sobretudo, o meio pelo qual estes manifestantes efetivam um discurso político”. O autor mencionado ainda destaca que as cidades se transformaram em “espaços de disputa política” e neste aspecto são construídos sistemas de apropriação deste lugar, cujo mote pauta-se no entendimento do que seja “direito à cidade” e de forma mais profunda, do que seja direito e do que significa cidade:

Tem-se como exemplos as demandas em relação à revitalização de áreas e edifícios históricos abandonados, transporte alternativo, direito à ocupação cultural em espaços urbanos, moradias coletivas contraculturais anticapitalistas como as “Ocupas”, o encorajamento de obras de acesso à cidade e outras agendas que apontam para a pluralização dos temas da “questão urbana”. Essas demandas direcionadas à produção de uma cidade com mais qualidade de vida ou espaços autogestionários também concorrem com condutas políticas mais tradicionalistas de mobilização. (SOUZA, 2016 p. 129)

Dentro deste panorama, podemos constatar que as insurgências de junho trouxeram como herança a percepção da cidade como espaço vivo em todos os seus aspectos e na demanda de preservação da memória, gerou e fortaleceu casos emblemáticos entre os quais podem ser citados: o Cais Estelita no Recife, o Parque Augusta em São Paulo e por último o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais, a ser melhor apresentado no quarto capítulo. Observa-se, assim, que do ponto de vista das ocupações culturais, seu objetivo central foi destacar as deficiências ainda existentes na política de preservação do patrimônio cultural no país.

O primeiro desses exemplos, o Cais José Estelita, é um elemento urbano que compõe significativamente a memória da cidade de Recife, seja atrelado ao comércio de açúcar representado pela existência de antigos galpões e demais equipamentos portuários, ou aos remanescentes do transporte ferroviário diante de construções cujo uso anterior era destinado a ser moradia de funcionários que trabalhavam na antiga Rede Ferroviária Federal (BUENO, 2014 p.3). O espaço se localiza em uma área central de Recife, próxima à Bacia do Pina, e vizinho do bairro de mesmo nome. Considerado uma área nobre da cidade e uma das mais caras do país, o Cais Estelita está em um terreno com extensão territorial de mais de 100 mil metros quadrados, e é caracterizado como um belo conjunto paisagístico (FIGURA 3). (GIRARDI E SILVA 2016, p. 4)

Figura 3 Vista do Cais José Estelita no Recife PE- 2014



Fonte: <http://cadernorecifense.blogspot.com.br/2014/08/imaginando-o-estelita.html>

Em 2008, conforme Melo (2016), o Cais Estelita se torna mais uma vítima da especulação imobiliária induzida pela aliança entre poder público e empresas particulares, ato instituído através de um leilão, no qual toda a área foi arrematada pelas construtoras Moura Dubeaux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos as quais passaram a ser denominadas como “Consórcio Novo Recife”. (MELO, 2016 p. 52)

O Consórcio Novo Recife fixou suas diretrizes no desejo de transformar a região num empreendimento (FIGURA 4), que além de não dialogar com a materialidade histórica, se mostrava pouco sensível para com as demandas urbanas e sociais do local, haja vista o que elucida David Barbosa (2017) a seguir:

Apesar de ser apresentado como uma proposta de intervenção privada ao Cais José Estelita, interpretamos o Novo Recife enquanto um projeto desenvolvido numa parceria entre setor público e a esfera privada, visto que numa série de documentos e apresentações sobre o empreendimento o projeto é apresentado como produzido em parceria com a Prefeitura da cidade do Recife e com o Governo do Estado do Pernambuco, num trabalho coletivo de construção de um “novo bairro” para a cidade. Segundo o relatório de empreendimento de impacto do Novo Recife o projeto caracteriza-se por ser uma intervenção de uso múltiplo, numa área total construída de 335. 000 m², desenvolvido por três escritórios de arquitetura no Recife.

As torres propostas variam entre 21 e 41 pavimentos, estando acompanhadas de cinco torres garagens anexadas a cinco quadras, além da implantação de um píer, da construção de uma plataforma de acesso ao píer sobre a Avenida José Estelita e restauração de alguns armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas. (BARBOSA, 2017 p. 3)

Figura 4 -Imagem de projeto para área do Cais José Estelita s/d



Fonte: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/urbanismo/>

A imagem acima já demonstra as consequências da inserção desse projeto na área do Cais José Estelita, percebendo-se uma modificação drástica da paisagem local, que irá ocasionar mudanças climáticas irreversíveis, já que claramente se extirpam elementos naturais.

Os novos planos para o Cais José Estelita tiveram como consequência uma intensa mobilização a partir de 2012, com a formação de grupos como o Direitos Urbanos (DU), do qual originou o “Movimento Ocupe Estelita”, (FIGURA 5), cujas ações iniciais objetivavam acompanhar as reuniões ocorridas entre representantes da Prefeitura Municipal e Consórcio Novo Recife (GIRARDI e SILVA, 2016), realizando também por três vezes, entre março e maio do mesmo ano, uma ocupação na calçada do Cais Estelita em repúdio ao projeto²².

²² Conforme publicação no Blog Direitos Urbanos. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/cais-jose-estelita/page/3> . Acesso em agosto de 2018

Figura 5- Movimento Ocupe Estelita 2012



Fonte: CCJ Recife

Este grupo composto por um conjunto variado de atores, em sua maioria, estudantes, profissionais já graduados e professores universitários, representou um espaço autônomo de discussões e ativismo engendrado entre a disseminação de conteúdo via internet e a ocupação propriamente dita da região do Cais José Estelita.

Amparando-se no que anotam Christofolletti e Torres (2015, p. 4) e Melo (2016, p. 61), este movimento social, em sua essência insurgente, denunciou a falta de sensibilidade do poder público em dialogar de maneira aberta com a população e de comercializar um espaço de grande relevância histórica, para a construção de um empreendimento, agindo contra os princípios presentes na Lei nº 10.257 de 10 de junho de 2001, também conhecida como “Estatuto da Cidade”, que estabelece em seu artigo 43º que a participação popular deve ser uma prática vital na construção da política urbana.

Além disso há também outras nuances que refletem o campo de disputas no qual o Ocupe Estelita está inserido. Conforme ressalta a pesquisadora Eutálita Silva (2017, p.5), ao mesmo tempo em o grupo combatia ações negativas de reprodução do espaço urbano, também causava um certo desconforto em parte da comunidade residente no entorno do cais, oriunda de camadas sociais marginalizadas, que por sua vez acreditava fielmente nos benefícios que poderiam ser gerados a partir da execução do projeto “Novo Recife” como a geração de postos de trabalho. Esses grupos entendiam a ação dos ativistas como uma atitude leviana, já que são categorias distintas que apesar de estarem na mesma cidade não comungam da mesma realidade social.

Ainda assim diversas ações de combate a aprovação do Projeto Novo Recife foram sendo realizadas, inclusive ocupações a prefeitura municipal da cidade entre novembro e dezembro de 2012, apesar da iniciativa o projeto foi aprovado em segredo com o aval do (CDU) Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade do Recife (Barbosa 2017, p. 12-13).

Apesar de sua aprovação pela prefeitura municipal, mesmo diante das graves irregularidades que o Novo Recife apresentava, sendo inclusive embargado em 2013 pelo (MP) Ministério Público (NEXO JORNAL, 2018), Cris Bueno (2014) apresenta um fato marcante ocorrido em maio de 2014:

Apesar de toda mobilização social, em 2014 o Consórcio Novo Recife deu início a demolição do cais. A operação começou por volta da meia noite chamou a atenção de um dos ativistas que enviou imagens da destruição por celular para outros ativistas que espalharam a notícia pelas redes sociais. As pessoas reunidas decidiram passar a noite no local vigiando para que as máquinas não voltassem a derrubar os armazéns. O acampamento era para ser por uma noite acabou durando 58 dias atraindo cada vez mais pessoas. A pressão popular foi tanta que a prefeitura teve que abrir o diálogo com os ativistas e estava concordando em renegociar o projeto Novo Recife. (BUENO, 2014 p. 8)

O ato começa a gerar resultados num primeiro momento, pois segundo Lyra (2015, p. 100) um dia após a ocupação do cais, 21 de maio de 2014, a demolição foi embargada tanto pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) quanto pelo Juiz Federal Francisco Antônio de Barros Silva e Neto a pedido do MPF (Ministério Público Federal).

A iniciativa de ocupar o Cais Estelita gera ainda outros desdobramentos os quais ativam fortemente o significado das iniciativas populares e da potência de suas práticas em favor de um ordenamento mais sensível às necessidades urbanas de Recife. Assim ocorrem em junho as ocupações a Câmara de Vereadores, Shopping Rio Mar e ainda em frente a casa do ex prefeito Geraldo Júlio. (ALCÂNTARA e BORGES, 2015 p. 99-100)

Apesar da truculência na reintegração de posse do Cais empreendida em meados de junho de 2014 pela Polícia Militar, (MELO, 2016 p. 59), notamos que as tentativas de proteção do local não se encerram ali, pois no levantamento de informações cujo objetivo era a compreensão do caso apresentado, foi percebida a ocorrência de eventos que a nosso ver trazem esperança e apreensão em relação ao destino do Cais Estelita.

O primeiro momento refere-se ao ano de 2015, sendo divulgada uma petição on line pelo tombamento do cais²³, e ainda a continuidade de audiências as quais já vinham sendo realizadas desde julho de 2014, cuja discussão principal centrava-se no redesenho do projeto Novo Recife. Já em maio deram-se mudanças no Plano Diretor bem como na Lei de Uso e Ocupação do Solo em Recife, fato resultante da aprovação do projeto de lei nº 8.138/2015, que institui o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga. (NEXO JORNAL, 20 de novembro de 2018)

Outro episódio é descrito por Carla Lyra, (2015) abaixo:

Entretanto, na manhã da quarta-feira, 30 de outubro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a operação *Lance Final* para apurar fraudes no leilão ocorrido em 2008 que permitiu a compra do terreno do Cais José Estelita baseado na suspeita de que o Consórcio Novo Recife arrematou o terreno por um preço inferior ao do mercado em quase R\$ 10 milhões. (LYRA, 2015 p. 15)

Já nos anos posteriores ocorrem tentativas do Consórcio Novo Recife de reverter a decisão da justiça. Em novembro de 2017, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) não reconheceu a ilegalidade do leilão, contudo as obras no Cais José Estelita ainda não poderiam ser realizadas pois aguardavam um parecer do IPHAN relacionados aos levantamentos arqueológicos no local.²⁴

Por fim em 2018, época em que finalizamos este estudo, a situação do Cais Estelita parece não apresentar ainda uma resolução, sendo que a demolição dos armazéns históricos não pode se efetivar pois apresenta um embargo do IPHAN além de receber apoio do Ministério Público Federal (MPF), órgão que reconhece as irregularidades do projeto Novo Recife e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para impedir a demolição das construções históricas existentes no Cais Estelita²⁵.

Já sobre o Parque Augusta na cidade de São Paulo, ressalta-se inicialmente que este é considerado uma importante área de preservação ambiental, conforme Luísa Nasraui e Carlos Lúcio (2016):

²³ Movimento # Ocupe Estelita e Direitos Urbanos / Recife mobilizam petição on line pelo tombamento do Cais José Estelita. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/blog/antonio-nelson/movimentooocupaeestelita-e-direitos-urbanos-recife-mobilizam-peticao-online-pelo-tombamento-do-cais-jose-estelita> > Acesso em setembro de 2017

²⁴ Conforme notícia veiculada no Portal G1 em 17 de novembro de 2017. Disponível em:

²⁵ Conforme publicação no portal Jusbrasil.com. Disponível em: <<http://pgr.jusbrasil.com.br/noticias/199549571/pr5-mpf-recorre-ao-stj-para-impedir-demolicao-de-armazens-do-cais-jose-estelita> > Acesso em agosto de 2018

É caracterizado por uma área de 24 mil m², localizado na Rua Augusta, entre a Rua Caio Prado e Rua Marquês de Paranaguá, no Bairro da Consolação. Ainda que seja propriedade privada, o terreno na década de 1970, com a demolição do Colégio Des Oiseaux – sediado no local desde 1907 foi declarado de utilidade pública e, além disso abriga vegetação de mata Atlântica nativa, tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (CONPRESP) em 2004 (NASRAUI; LÚCIO, 2016 p.1)

Diante de sua importância histórica e ambiental, moradores vizinhos ao parque vem lutando há mais de quatro décadas para torná-lo aberto ao público, demanda que não foi até então efetivada pela Prefeitura de São Paulo, que alega que a desapropriação da área oneraria bastante os cofres públicos. (LEVY e LIGUORI, 2016 p. 18)

Porém um fato “inusitado” ocorreu em 2013, como mostram Nasraui e Lúcio (2016): em setembro, as construtoras Cyrela e Setin compram o Parque Augusta e planejam a construção de um conjunto de prédios residenciais e comerciais no local. A partir de então, são fortalecidas ações em defesa do parque e na mesma época é formado o Organismo Parque Augusta (OPA), composto por um grupo homogêneo, em sua maioria de classe média, que propôs um movimento que culminou na ocupação do parque.

Sendo horizontalizado, o grupo propôs a organização de assembleias para discutir e promover ações de resistência em defesa da área verde, dentre as quais pode-se destacar: a realização de assembleias públicas, postagens em redes sociais na internet, e ações ativistas nas ruas. A articulação em rede, tão característica dos movimentos sociais contemporâneos, rendeu ao OPA uma ampla cadeia de apoiadores, salientando a importância de se discutir o significado do direito à cidade na prática, com ações populares que visavam à proteção da área do Parque Augusta e seu usufruto democrático para a população em geral.

Em levantamentos bibliográficos, foi encontrada uma publicação do movimento na qual, além de sua descrição e objetivos, havia também uma extensa apresentação de eventos ocorridos em 2014 (FIGURA 6), mesmo diante do fechamento do parque no final de 2013. Ali se mesclavam assembleias, piqueniques, jogos de peteca, luais, entre outros, que chamam a atenção para o fato de que as insurgências se mostram como um importante aglutinador social, onde as atividades propostas sejam elas de que natureza for, servem para produzir reflexões críticas a partir da cidade e, desta maneira, gerar a construção de meios práticos na luta contra a especulação imobiliária.

Figura 6- Ativistas em ocupação no Parque Augusta – SP



Fonte: Organismo Parque Augusta, 2014

Os atos coletivos pela proteção e abertura do Parque Augusta, levaram as construtoras que detêm a sua posse a tomarem medidas drásticas, como a repressão policial em 2015 expulsando os ocupantes de maneira violenta e a proibição de entrada ao local. (CARTA CAPITAL, 2015)

A urbanista e professora Raquel Rolnik, no texto “Parque Augusta e o sentido público” (2015), assinala que o entendimento do que seja público é deturpado quando se percebem manobras que burlam atos públicos legítimos, como a proteção conferida ao parque, em nome de tornar áreas comuns da sociedade em simples mercadorias. No caso de São Paulo, a gravidade se configura pelos impasses ocasionados pela gestão municipal da época, que dizia inviável a compra de algo que já era público - o valor dado pela reintegração de posse do terreno do parque era de 70 milhões, quantia que avalia Rolnik (2015), poderia vir de desvios provocados na gestão do ex-prefeito Maluf, ao que a autora entende de modo alarmante como sendo uma medida irônica em que um ato de corrupção serve para abarcar outro, como a compra de uma coisa pública.

Atualmente o Parque Augusta ainda é sinônimo de reivindicações, sendo alvo de discussões infundáveis entre as construtoras e a Prefeitura Municipal de São Paulo. Em notícia veiculada pelo “Jornal Rede Brasil Atual”, em 2017, o prefeito João Dória havia se reunido com as construtoras Cyrela e Setim para assinatura de termo de criação do Parque Augusta, sem contudo mensurar valores e formas de permuta. Esta ação foi bastante temida por ativistas, pois havia a possibilidade de o acordo ser mais vantajoso para as empresas.

Já em agosto de 2018 após diversos embates e práticas de resistência o caso do Parque Augusta encontrou uma solução o que passa a ser elucidado por Aneas e Rolnik (2018, não paginado):

O acordo firmado no dia 10 de agosto entre Ministério Público, a Prefeitura e as construtoras Cyrela e Setin para tornar o Parque Augusta um bem público oficializa uma solução que há anos vem sendo apontada por urbanistas e ativistas como viável, justa e digna: as empresas doam o terreno para a Prefeitura em troca da transferência do potencial construtivo da área, considerando o atual zoneamento do local, hoje restrito por se tratar de uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM).

A partir do que foi discutido neste tópico, percebe-se a insurgência como mecanismo de defesa da sociedade perante a perpetuação da desigualdade social e corrupção imbuídas na trajetória do Brasil. Como uma ação que significa para muitos talvez o caos, ela serve para denunciar, também no ambiente das cidades, a criação de lugares disformes e desprovidos de sua história, fortemente distantes do que seja considerado público. Retomando Rolnik (2015), trata-se de espaços entrincheirados na lógica da segregação imposta pelo mercado em aliança com o Estado, a qual visa a construção de ambientes “comuns”, um comum que agrada a tais sistemas, muito diferente do que vem sendo proposto desde antes dos movimentos de 2013 e que fora cotidianamente discutido de maneira coletiva em todo o Brasil naquela época.

Se para autores como Singer (2013), houve inúmeras falhas nas insurgências de 2013 como a falta de um objetivo claro de luta, e até a continuação efetiva das mesmas, interessa neste estudo defender a existência de tais ações como a reafirmação do poder popular para as mudanças diversas, sejam elas políticas ou sociais. As redes de indignação em todo o mundo e no Brasil inclusive produziram isso, percebidas como algo que pode ser ativado sempre que seja necessário. No próximo tópico pretende-se prosseguir com a discussão proposta, adotando-se o recorte espacial que envolve a cidade de Belo Horizonte, onde a existência dos “movimentos multitudinários” ²⁶(RENA, 2015), serviu para incentivar uma nova maneira de perceber a cidade.

²⁶ A expressão remete ao conceito de “multidão” criado por Hardt e Negri (2004) relacionado a luta de classes, sob uma perspectiva ampliada, se comparada ao que era tratado no século XIX, em estudos que limitavam este termo aos levantes promovidos por operários nas fábricas em favor da garantia de seus direitos trabalhistas. Os autores então assinalam que, a multidão, representa as camadas sociais de trabalhadores assalariados sob o jugo do capitalismo. Destaca-se que este termo ganhou ainda mais popularidade nos estudos contemporâneos principalmente a partir das recentes insurgências já elucidadas neste capítulo. Neste sentido a professora Natacha Rena aborda o conceito reforçando a relação entre os movimentos insurgentes e o espaço urbano.

2.3 Ocupações em Belo Horizonte: arte-ativismo e cidade democrática

Este tópico aborda os recentes movimentos insurgentes deflagrados em Belo Horizonte na última década, na tentativa de compreender de que forma tais iniciativas contribuíram para a discussão e a prática de apropriação do espaço urbano. Neste sentido, interessa aqui realizar um breve apanhado de quais foram essas ações e que importância tiveram no fazer urbano recente da capital mineira. Outro ponto a ser destacado se refere à estética de tais movimentos, alicerçados na arte como um importante elemento político, e que, como aponta Berquó (2015), torna-se também um recurso para proteção dos grupos ativistas, já que permite a aglutinação de pessoas, representando também um meio capaz de gerar discussões e reflexões críticas e por fim um ambiente para a construção de afetos. Essa característica que permeia as insurgências ocorridas em Belo Horizonte é esboçada a partir da abordagem do sociólogo Breno Bringel (2015), que, ao discutir as singularidades dos protestos de 2013 no Brasil, entende os ativismos incrustados na capital mineira do seguinte modo:

Embora em alguns casos haja um distanciamento entre uma nova geração de ativistas e a militância mais experimentada (o que nos obriga a repensar os espaços e as fórmulas de diálogo geracional), em outros aparecem confluências criativas, como é o caso de algumas sinergias entre redes submersas e iniciativas artístico – culturais no engajamento político (algo habitual em cidades como Belo Horizonte). (BRINGEL 2015, p. 8)

Além de Bringel (2015), outros autores como Ricci e Arley (2014), Mayer (2015) e Rena, Berquó e Chagas (2014) também sinalizam o significado das ações artístico-culturais como elemento ativista de grande vitalidade nas lutas urbanas em Belo Horizonte. Dito isto, podemos, então, partir para a apresentação desses movimentos na cidade, que tem como marco o ano de 2010 com a Praia da Estação, cujo palco foi a Praça Rui Barbosa ou Praça da Estação, evento que, caracterizado pela ousadia de seus participantes, se tornou o embrião para o surgimento de outras ações posteriormente.

A Praça da Estação, ambiente histórico de Belo Horizonte, localizada na região do hipercentro, foi construída em 1904 para atender ao fluxo de passageiros da então recente capital de Minas Gerais. Passando por algumas reformas ao longo de sua história,

constitui hoje o que se denomina Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa²⁷(LIMA e AMORIM, 2014 p. 3), tombado em nível estadual e municipal.

Conforme trata Migliano (2012), o lugar passou por um processo de requalificação urbana entre o início dos anos 2000 até 2008, com a reforma da praça, implantação de jardins e criação do Museu de Artes e Ofícios no prédio da antiga Estação Central. Já em 2009, segundo ressaltam Rena, Berquó e Chagas (2013 p. 10), há a promulgação do decreto 13.863 pelo então prefeito Márcio Lacerda:

O decreto limitava a realização de eventos na Praça da Estação, área da região central da cidade que apresentava qualidades físicas para receber eventos de grande porte: é grande e permite aglomeração de grande número de pessoas. Esta medida polêmica deu continuidade às políticas urbanas de cunho nitidamente mercadológico emplacadas pelo prefeito desde o início de seu primeiro mandato. (RENA, BERQUÓ e CHAGAS, 2013 p. 10)

O que se observa depois vai ser uma resposta à altura desta medida imposta por Márcio Lacerda: um evento articulado via internet previa a união da sociedade em ato performático, procurando resistir e ocupar a Praça da Estação de maneira democrática, propondo assim a “Praia da Estação”, caracterizada à medida dos “*happenings*” europeus, que em sua generalidade são de acordo com Hamann, et al. (2013) descritos desta forma:

Entende-se que neste processo de desenvolvimento do acontecimento, firma-se uma dinâmica de construção do *eu* e da noção dos *outros*, e em tal dinâmica, cabem cumplicidades e antagonismos, onde a construção da alteridade (e por tanto da identidade *relacional*, em relação aos *outros*), se implica com processos sociais de mais vasto alcance, ocupando um espaço comunicacional de *fronteira*. É este espaço, pois, que se acoplam uma diversidade de pontos de vista e que não fazem parte propriamente de nenhum deles, está em todos e é possível somente em relação, pois esta fronteira pressupõe sempre duas ou mais posições (vozes, maneiras de ver o mundo) em algum tipo de tensionamento. O *happening* se constituiria, pois, como experiência urbana em que estes tensionamentos se mostrariam presentes. Fomentando diálogos e ressignificações na cidade, essa concepção de acontecimentos impõe a problematização do conceito autor/audiência, remetendo-nos a construção de subjetividades nos espaços da urbe. (HAMANN et.al 2013 p.5)

Essa associação se justifica pela proposta articulada pelo grupo responsável pela criação da Praia da Estação, na qual, após inúmeras discussões via fóruns em blogs, chegou-se

²⁷ O Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa do qual fazem parte o prédio da Estação Central, a casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, antiga Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG, antigo Instituto de Química e Pavilhão Mário Werneck, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) em 15 de março de 1988 através do Decreto 27.927. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2014 p. 255)

finalmente a ideia de conceber, em meio aos prédios e concreto, uma praia, convite inusitado, marcado para o dia 16 de janeiro de 2010 onde os ativistas e quem mais quisesse fazer parte deveria ir trajado com roupas de banho e prontos a se refrescar junto às águas que jorravam das fontes da praça .Conforme ressalta Migliano (2012)

O objetivo principal que era compartilhado por todos era que ali estávamos, em protesto, contra o decreto, para se banhar nas fontes luminosas que são ligadas cotidianamente 11h da manhã. Mas as fontes não foram ligadas. E o calor do piso de concreto crescia cada vez mais. Ao contatarmos os funcionários do Museu que têm controle sobre as fontes, fomos informados de que o desligamento havia sido demandado por ordem superior. Como a vontade de tomar um banho coletivo apenas aumentava, os banhistas recorreram “à carta na manga” que seria usada caso houvesse algum problema com as fontes. O caminhão-pipa, encomendado na tarde anterior para ser desaguado na Praça da Estação às 14h da tarde do sábado foi acionado. Para arcar com a despesa de R\$ 150,00 passamos um chapéu na praia e arrecadamos o montante. O caminhão chegou e como que em êxtase por realizar um desejo coletivo de uso da Praça como praia urbana, as pessoas se colocaram diante da mangueira, sentaram-se no chão e refrescaram-se, lado a lado. (MIGLIANO, 2012 p. 46)

Atualmente o evento ainda ocorre porém não com tanta periodicidade como naquela época e ainda guarda as mesmas características iniciais, atraindo a cada ano mais adeptos. Entendemos que a “Praia da Estação” surge como uma manifestação importante para o incentivo ao uso democrático dos espaços urbanos em Belo Horizonte, tanto que se torna depois um elemento de influência em demais debates neste sentido, ideia que também defendemos. Contudo, é preciso observar que, a Praça da Estação além de ser um espaço público é também tombado pelo IEPHA. Sendo assim, a recomendação do limite no número de pessoas em eventos no local, proposta no *Decreto 13.863 de 29 de janeiro de 2010*, refletia também o cuidado com conjunto arquitetônico protegido naquela região. Esta afirmativa pode ser comprovada de acordo com o artigo 2º da referida lei, que trata das funções da comissão responsável por regulamentar os eventos na Praça da Estação as quais seguem abaixo:

- I. Consultar os órgãos técnicos pertinentes, para subsidiar as propostas para a criação de condições adequadas de uso do espaço público;
- II. Realizar estudos técnicos e avaliar os impactos da realização de eventos na Praça da Estação;
- III. Realizar debates, audiências e consultas públicas sobre a utilização da Praça da Estação para a realização de eventos;
- IV. Propor instrumentos que viabilizem a realização de eventos na Praça da Estação, capazes de garantir a segurança, a limpeza e a proteção do patrimônio público;
- V. Definir regras especiais que resguardem o interesse público para a utilização da Praça da Estação como espaço para a realização de eventos.

As discussões iniciadas pela Praia da Estação geraram os seguintes resultados: a suspensão do decreto após três meses de atos de resistência e debates oriundos do movimento (MIGLIANO, 2016 p. 3) e o incentivo a outras insurgências na cidade. Esses desdobramentos trouxeram o “Fora Lacerda!” no ano de 2011, descrito como “um movimento independente e suprapartidário que surgiu dentro da Praia, com o intuito de reunir pessoas insatisfeitas com a atuação elitista do prefeito Márcio Lacerda em Belo Horizonte”. (RENA; BERQUÓ e CHAGAS, 2013 p.12). Além disso, há também o fortalecimento do carnaval, festa que na cidade ocorria com pouca expressividade até o ano de 2010, quando nasce o bloco Praia da Estação, responsável por reunir uma massa consciente de seu papel na cidade, cumprindo mais uma vez o direito de ocupar seus espaços públicos. (MIGLIANO 2016; RENA et al 2013; RICCI e ARLEY, 2014).

Em junho de 2013, quando o Brasil vivencia as chamadas “Jornadas de Junho”, Belo Horizonte já possuía uma gama de movimentos sociais articulados por pautas variadas e que, juntos, se organizaram, somando-se à multidão que tomou conta das ruas da cidade. Para Ricci e Arley (2014):

Pela narrativa definida por nexos causais que formam uma trilha coerente é possível reconstruir um caminho organizativo que teve em uma articulação nitidamente de esquerda um fio condutor. Contudo não foi este fio condutor que efetivamente atraiu dezenas de milhares de belo-horizontinos às ruas. Outras histórias se cruzaram com esta, como as intervenções urbanas de alguns coletivos anarquistas. Também derivam para algumas formas de organização próprias, como a Assembleia Popular Horizontal e seus grupos de trabalho. Mas até mesmo a articulação de esquerda, ora conformada no Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC), ora mais limitada a reuniões que ocorriam na sede de um sindicato de funcionalismo público, não foi absolutamente linear e definida por padrões políticos comuns ao século XX. Havia algo de geracional em toda esta novidade. Algo de intuitivo. Algo de Improvisação. (RICCI; ARLEY, 2014 p. 130)

Aqui é importante anotar que a condução das manifestações por organizações políticas e sociais fortemente inclinadas aos ideais da esquerda, diferenciava fortemente as insurgências sucedidas em Belo Horizonte das que ocorreram no restante do país. (RICCI e ARLEY, 2014)

Como resultado, esses acontecimentos reverberaram em outras práticas, que, após junho, serviram para reforçar a necessidade de se discutir a condução das políticas de planejamento urbano e desenvolvimento social no município. Neste sentido, Berquó (2015, p. 187- 191), destaca a criação do evento, “A Ocupação”, articulado em julho de 2013, dentro do meio acadêmico, a Escola de Arquitetura da UFMG, sendo o produto

final da disciplina UNI009, que propiciou discussões relacionadas ao constante processo de gentrificação a que a cidade sempre esteve sujeita, tema ainda mais observado naquela época devido à criação do Corredor Cultural na Praça da Estação. O evento reuniu movimentos já consolidados e outros surgidos no calor das insurgências de junho, podendo-se elencar: Comitê de Arte & Cultura de Belo Horizonte, Assembleia Popular Horizontal e Família de Rua. (BERQUÓ 2015, p. 187)

Além disso, a autora ainda cita a ocupação da Câmara Municipal em 23 de junho do mesmo ano, ocorrida como uma forma de pressionar o prefeito em relação às irregularidades existentes no Projeto nº 417/ 2013, o qual concedia isenção no Imposto sob Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) às empresas de transporte público da cidade, prevendo a diminuição de R\$0, 05 no valor da passagens. Foram ao todo nove dias de ocupação, na qual, para além de discussões políticas, o uso da arte, recurso político valioso dentro das insurgências belo-horizontinas foi expressado através de pinturas feitas nas paredes da Câmara Municipal e até mesmo na guarda municipal, e no apagar das luzes um cortejo com a presença dos blocos carnavalescos Pena de Pavão de *Krishna* e Chama o Síndico (PORTAL UOL, 2013)

Além dos movimentos já evidenciados, não se poderia deixar de enfatizar, ainda que brevemente, as ocupações urbanas por moradia, as quais denunciam fortemente as deficiências da habitação social no município. Autoras como Libânio e Morado (2016, não paginado), em *Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, argumentam que esse movimento a partir dos anos 2000 representa um importante campo de investigação, que vai além de um simples estudo de caso de grupos de pesquisa das instituições de ensino superior, mas pelo contrário, incentivam a construção de redes de diálogos solidárias com a questão do direito à cidade.

As autoras, através do levantamento realizado em 24 ocupações surgidas em Belo Horizonte entre 1996 a 2015, destacam que, mesmo diante do ambiente de tensão ocasionado nos atos de resistência e pela precariedade ou falta dos serviços sociais de atenção básica, há nesses locais um forte exemplo de união entre seus moradores, percebendo-se ali a construção de uma outra cidade, mais colaborativa, algo também já mencionado por Mayer (2013, p. 3). Além disso, ao mesmo tempo, existe a permanência de uma efervescência cultural significativa, a qual transmite através de modalidades artísticas diversas tais como grafite, grupos de rap ou teatro a realidade vivenciada no dia a dia das ocupações. (LIBÂNIO e MORADO, 2016 não paginado)

Retomando ainda um ponto já mencionado por Libânio e Morado (2016), destacam-se as redes de apoio às ocupações que se formam em várias frentes: Coletivo Margarida Alves de apoio jurídico a estes movimentos²⁸, Brigadas Populares²⁹, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MBL)³⁰ e ainda grupos de pesquisa no meio acadêmico, sendo um deles o Indisciplinar grupo existente na Escola de Arquitetura da UFMG e coordenado pela arquiteta e professora Natacha Rena, composto por professores e estudantes que além de investigar a cena insurgente em Belo Horizonte, oferece apoio aos diversos movimentos existentes sendo um forte exemplo as disputas ocorridas na Região da Izidora³¹.

Por fim, dentro das demandas relacionadas ao desenvolvimento de uma política social em Belo Horizonte, deve ser destacada também a ocupação Tina Martins, surgida no ano de 2016, encabeçada pelo Movimento Feminista Olga Benário, que tem como objetivo dar assistência às mulheres vítimas de violência, tendo se abrigado inicialmente no antigo restaurante do prédio da Escola de Engenharia da UFMG, pertencente hoje ao Tribunal Regional do Trabalho. As mulheres que estavam naquele espaço, em torno de dez, enfrentaram dias de fortes conflitos com a Polícia Militar e se valeram também de práticas artísticas como forma de resistência e uso das redes sociais como o Facebook, uma importante ferramenta de apoio (JORNAL O TEMPO, 2016). Atualmente tal ocupação ainda segue na ativa, porém com sede própria: uma casa localizada na Rua Paraíba próximo à Escola de Arquitetura, cuja existência evidencia a importância do poder

²⁸ O Coletivo Margarida Alves surgiu Belo Horizonte no ano de 2012 e atua prestando assessoria jurídica popular aos movimentos sociais, ocupações urbanas entre outras iniciativas coletivas e autônomas na cidade, possui também ações de caráter formativo. (Coletivo Margarida Alves, 2017)

²⁹ As Brigadas Populares têm sua origem no ano de 2011 na cidade de São Paulo, apresentam pautas variadas de luta tais como: apoio às ocupações urbanas, combate ao racismo, machismo e a violência policial, e por fim medidas contra o prejuízo ambiental provocado por mineradoras. (BRIGADAS POPULARES, 2017)

³⁰ O MBL surgiu na cidade de Belo Horizonte em 1999 a partir da desfragmentação de alguns dos movimentos sociais que ajudaram a construir em 1996 a ocupação Vila Corumbiara, localizada na Região do Barreiro. Apesar de sua origem mineira, a primeira ocupação organizada pelo MBL ocorreu no Recife, na cidade de Jaboatão dos Guararapes em 2002. O movimento atua contra a especulação imobiliária e luta por moradia digna. (SILVA, 2012 p.71; MBL, 2017).

³¹ A região da Izidora teve seu processo de ocupação iniciado em 2013, está localizada no vetor norte de Belo Horizonte, faz divisa com a cidade de Santa Luzia e engloba ainda três ocupações: Rosa Leão, Esperança e Vitória. São ao todo 8 mil famílias que moram no local que representa um dos maiores conflitos latifundiários da América Latina nos últimos anos. (RODRIGUES, 2016 p. 15; FARIA e FRANZONI, 2017, não paginado). As autoras Faria, Franzoni e Rena (2016) descrevem a “Rede Resiste Izidora”, criada a partir do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, a qual constou de uma forte articulação nas redes sociais como o Facebook. Na página do movimento buscava-se apoio para as ocupações existentes na região, além divulgar denúncias ligadas aos desmandos e a truculência do poder público municipal nos conflitos existentes naquele território.

popular diante da tentativa de resolução de demandas que deveriam estar a cargo do Estado.

Neste capítulo tratamos de algumas das insurgências ocorridas no Brasil, numa tentativa de estabelecermos um marco conceitual o qual representa uma base de grande relevância na discussão proposta neste estudo. Vimos que os movimentos aqui apresentados produziram significados valiosos os quais legitimam intensamente o papel do cidadão a partir de seu poder de mudança social e política.

No caso específico de Belo Horizonte, percebemos partir dos eventos expostos neste tópico que os atos insurgentes em algumas de suas facetas, representaram uma forma tanto de experimentar quanto de defender esta cidade, questionando seu modelo de planejamento urbano e o uso democrático de seus espaços públicos.

A seguir avançamos nesta temática, porém apresentando outras narrativas, as quais relacionam-se aos movimentos coletivos em favor da preservação dos bens arquitetônicos de valor histórico e cultural na capital mineira ocorridos entre 1970 a 1980, motivados pelo constante processo de renovação urbana.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE

Permanece, todavia, sem uma colocação precisa o problema de fundo: a cidade moderna não pode se agregar e funcionar a não ser à custa, pelo menos em parte da cidade antiga. Uma vez que nem tudo pode ser conservado, é preciso estabelecer o que deve ser preservado custe o que custar. (ARGAN, 2005 p.77)

A citação escolhida como epígrafe deste capítulo advém de reflexões relacionadas à negação da memória urbana, personificada em seus bens patrimoniais de natureza arquitetônica. Esse fato vem sendo cada vez mais debatido nos meios acadêmicos, sempre motivado pela crescente preocupação com a condução da política urbana no Brasil na contemporaneidade, ainda mais nos grandes centros. Nesses espaços, vemos surgir a negligência para com o patrimônio cultural edificado em favor de preceitos urbanos contemporâneos que percebem a cidade como mercadoria. Contudo, destacam-se também ações singulares de cunho popular, que têm como mote resistir à perda de elementos históricos das cidades. Aqui ressaltamos que a apropriação pela sociedade de bens de natureza patrimonial ressoa na função primeira do campo do patrimônio cultural, já destacada por Françoise Choay (2001):

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir – faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001 p. 11)

Tal entendimento, também reafirmado por Castriota e Braga (2016, p.4), é inserido neste capítulo por concordamos que é de suma relevância que o indivíduo se reconheça no espaço onde habita, podendo criar vínculos profícuos que só são possíveis a partir da continuidade dos elementos históricos urbanos os quais também lhes pertence. Desta forma, buscamos discutir neste capítulo a trajetória da política de preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte, a qual tem sua construção intimamente ligada à iniciativa da comunidade local combinada aos avanços advindos da promulgação da Constituição Federal em 1988, a qual estabelece em seu artigo 216 parágrafo primeiro

que: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”(BRASIL, 1988 p. 123). Os avanços propostos pela Constituição atrelam-se também a formação de iniciativas autônomas da sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1970, as quais resultam na formação de instâncias de poder que vão contribuir significativamente no desenvolvimento das políticas urbanas e da conservação do patrimônio cultural nos municípios brasileiros. Em Belo Horizonte este processo culmina com a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural na década de 1980, ação que representa um marco importante na cidade.

3.1 Apontamentos sobre a política de patrimônio cultural no Brasil

No século XIX a então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, passava por um grande processo de higienização urbana, fator que nos traz reflexões acerca da necessidade da construção de instrumentos capazes de preservar os remanescentes da memória do país já naquela época. O pesquisador Haroldo Leitão de Camargo (2004) descreve da seguinte forma a este episódio:

Desapropria-se e destrói em escala gigantesca as edificações legadas pela colônia, dos tempos do rei – velho (D. João VI) e parte do casario que sobrevivera do segundo reinado. A construção da Av. Central desventrou o Rio Antigo. Também o porto era modernizado, aterrando e retificando o traçado, melhoramento que inseriu o chafariz que dava água aos navios diante do Largo do Paço do antigo palácio dos vices – rei, em praça pública, soterrando as velhas rampas e escadarias que levavam ao mar. Posteriormente em 1921, a obra se completa: é arrasado o morro do Castelo, com sua igreja e conjunto jesuítico, referência e marco histórico da cidade. (CAMARGO, 2004 p.77)

Com ações como a relatada acima, muitas das edificações que possuíam valor simbólico para a nação se perderam no tempo, em nome de uma modernidade onde não cabia o que parecesse “velho” e “ultrapassado”. Tal situação começa a se modificar a partir da década de 1920 quando são instituídas as primeiras inspetorias estaduais de monumentos históricos, as quais funcionavam de modo ainda incipiente (FONSECA 2005, p. 95).

Já na década de 1930, surge o primeiro órgão federal com a função de cuidar do patrimônio brasileiro, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, cuja sede funcionava no Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro. Sendo comandada por Gustavo Barroso, diretor do museu na época, a Inspetoria tinha por funções fiscalizar imóveis históricos, impedir o contrabando de peças de valor histórico para a nação e fomentar a salvaguarda dos bens imóveis. (JULIÃO, 2006 p. 21). Contudo, atentando-se às medidas de proteção de bens arquitetônicos, segundo relata Magalhães (2015), estas eram ainda pouco abrangentes, pois a tarefa da Inspetoria consistia apenas num levantamento prévio de edificações que poderiam ser consideradas monumentos nacionais a título de sugestão, sendo que a decisão final cabia somente ao Governo Federal.

Assim, era necessária a criação de uma instituição mais potente, capaz de proteger o patrimônio cultural brasileiro de maneira eficaz. Os fatores que culminaram na efetivação deste plano estão ligados a três acontecimentos. O primeiro se relaciona às viagens realizadas pelos modernistas Rodrigo de Mello Franco de Andrade, Aloísio Magalhães e Mário de Andrade a Minas Gerais, quando foram geradas ao mesmo tempo boas impressões relacionadas à beleza da arte barroca mineira e o receio de que tudo se perdesse com o tempo. O segundo fato a ser levantado refere-se à Semana de Arte Moderna em 1922, evento que serviu para reafirmar a cultura brasileira, sendo importante destacar aqui a figura de Mário de Andrade, que mais tarde seria convocado a escrever o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). E por último, o Governo Vargas, ocorrido no período de 1930 a 1945 no qual imperava um forte nacionalismo, fator que influenciou decisivamente na implementação da política de preservação patrimonial no país. (FONSECA, 2005 p. 87)

No ano de 1936, o SPHAN dá início a seus trabalhos que primeiramente consistiram em um levantamento de todos os bens patrimoniais brasileiros. Em 1937 é instituída a lei de criação do órgão, o Decreto Lei número 25 de 30 de novembro, que representa ainda na atualidade um instrumento importante para nortear a atuação da instituição nas medidas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Com a criação do órgão institui-se o regime de tombamento de obras que apresentavam grande relevância histórica e cultural para o país. Esta ação representava uma forma bastante eficaz de evitar a mutilação de bens patrimoniais. Uma das fases mais marcantes do SPHAN é a que é caracterizada nos anos iniciais de sua criação, 1937 a 1960, conhecida como “fase heroica”, quando o órgão luta ferrenhamente para a proteção do patrimônio brasileiro. Até o ano de 1969 foram

tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais. (FONSECA, 2005 p. 113). Apesar da importância do SPHAN, é preciso notar segundo Silvana Rubino (1996) que:

Em um país de grandes dimensões, o SPHAN desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto dos bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, fechando conjuntos fechados e finitos. (RUBINO, 1996 p. 97)

Em concordância com a afirmativa anterior, é importante mencionar que as atuações do SPHAN não contemplavam ainda a preservação dos bens de natureza imaterial, algo que se afastou do projeto inicial apresentado por Mário de Andrade. Este fato pode ser justificado pela ideia de uma identidade brasileira, criada na época, a qual ainda era muito relacionada à figura do colonizador português, materializada nas igrejas barrocas do século XVIII ou em conjuntos arquitetônicos coloniais, cuja importância histórica é inegável. Mas é sabido que o Brasil não se formou somente a partir da etnia europeia portuguesa e sim também da indígena e africana, sendo imprescindível que houvesse a proteção de marcos históricos e patrimoniais desses povos, o que só vai acontecer mais tarde.

Este fato viria a ser criticado ao longo dos anos, conforme notamos em fragmento do artigo “Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil” do historiador Pedro Paulo Funari (2001):

[...]O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação e os vestígios esqueléticos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo[...] (FUNARI, 2001 p.5)

Porém na década de 1970, de acordo com Chuva (2009, p. 157), há uma mudança na trajetória da política de patrimônio cultural, a qual começa a se direcionar inclusive para os bens de natureza imaterial. Naquela época no Brasil foi implementada a Política Nacional de Cultura, que geraria transformações relevantes para o Brasil. Em 1975 ocorreu a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e, logo após, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que nos traz um dado interessante: a recomendação de novas maneiras de perceber tanto o campo do patrimônio cultural, quanto do folclore os quais, instalados então numa perspectiva ampliada, passam a ser

encarados respectivamente dentro de esferas do bem cultural e da cultura popular. (CASTRIOTA, 2009 p.214; CHUVA, 2012 p. 158)

Em 1988, o Brasil comemorava um evento de grande singularidade em sua trajetória, que já abordamos em capítulo anterior: a promulgação da Constituição Federal, marco que sacralizava a reafirmação da democracia e a valorização dos direitos sociais do povo brasileiro. Esta reafirmação se refletia também na consagração da cultura popular e na recomendação de que o patrimônio cultural é considerado um legado nacional e, desta forma, deve ser protegido por todos, estando atribuído ao Estado aliado à sociedade, ações que fomentem a sua continuidade. (BRASIL, 1988)

Outro avanço viria 12 anos depois, com a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituído pelo Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, cujos objetivos são:

1. Implementar política de inventário, Registro e Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial;
2. Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os seguimentos da sociedade;
3. Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõe o patrimônio cultural brasileiro;
4. Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

Com a implementação do PNPI, a valorização do saber popular se consolida para além do olhar das instituições públicas, se fortalece mais nas comunidades detentoras de práticas culturais pois, são elas que mais compreendem o significado do que é executado.

Retomando o campo do patrimônio cultural edificado, notamos avanços na percepção de que o bem tombado tem seu significado pautado muito além da “pedra e do cal” (expressão que caracterizava os elementos culturais protegidos quando dos primeiros anos do SPHAN), sendo percebido dentro de um universo muito maior, a cidade, local onde ocorrem além de trocas sociais e culturais vigorosas, um forte dinamismo, ponto que fez no passado com que esta relação ficasse bastante delicada.³²

Ainda sobre este assunto destacamos que esta relação estabelece também, a nosso ver, a retomada da construção social do campo do patrimônio, pois o bem protegido passa a ser

³² A este respeito apontamos Castriota (2009, p. 89) e Chuva (2012) os quais abordam o assunto identificado na perspectiva do patrimônio ambiental urbano.

integrado à sociedade que reconhece o seu valor, processo que é incentivado por ações de educação patrimonial as quais têm um lugar recente na história das políticas de patrimônio no Brasil. Na atualidade o agora Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecido como um órgão de referência nacional na preservação do patrimônio cultural no Brasil, tem suas ações cada vez mais voltadas para a participação da sociedade.

Por fim destacamos que a abordagem apresentada neste tópico é justificada pelo fato de entendermos que a política de patrimônio nacional não aparece como um elemento descolado do que foi construído em outras instâncias de poder no Brasil principalmente no nível municipal. Ao contrário disso, a vemos como um fator de embasamento principalmente entre 1970 a 1980 quando eclodem iniciativas autônomas, tanto no que concerne à gestão urbana quanto na salvaguarda de bens culturais, que foi personificada na figura dos conselhos municipais. Assim, tratar primeiro da política nacional nos traz também uma base processual e conceitual importantes para o que viria depois nos municípios. No caso de Belo Horizonte, município que tem uma política de patrimônio instituída tardiamente a partir da década de 1980, vamos encontrar uma característica marcante neste processo, a construção coletiva deste instrumento influenciada por ações autônomas da sociedade.

3.2 A coletividade e a preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte

A construção da política de preservação dos bens de patrimônio arquitetônico e cultural em Belo Horizonte, iniciou na década de 1980, com a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. (CUNHA, 1997). Cabe destacar que tal processo foi um pouco tardio, se comparado ao contexto nacional, cujo início da política de patrimônio cultural se dá em 1937, conforme já elucidamos.

Essa distância histórica, pode ser justificada pelo contexto urbano a que estava submetida Belo Horizonte desde o início de sua formação. Ao ser fundada em 1897, esta cidade foi edificada sob uma perspectiva fortemente moderna e higienista. Interessava à Comissão Construtora, chefiada por Aarão Reis, projetar um traçado urbano moderno com ruas e avenidas largas e uma arquitetura que em nada remetesse à antiga capital do estado Ouro Preto, presa num passado colonial, o qual desejavam firmemente abolir. (SINGER, 1968).

Tal fato explica muito do que viria no decorrer dos anos: a cidade não aprendeu a reverenciar suas memórias. Para reforçar tal observação, recorremos ao texto “Belo Horizonte ou o estigma da cidade Moderna” escrito pela professora Thais Velloso Pimentel em 1997, época em que a cidade completava 100 anos de existência, no qual a autora tece reflexões a respeito da dicotomia entre antigo e moderno. Ao fazer um apanhado da trajetória urbana da cidade ela salienta que a produção deste espaço alicerçava-se tanto no mercado de capital, quanto nas forças políticas, sob um constante jogo de interesses.

Além disso, entre as décadas de 1960 e 1970 nota-se um intenso crescimento urbano e populacional em Belo Horizonte, que tem como consequência um constante processo de destruição de alguns dos remanescentes arquitetônicos de um passado pouco distante. Apenas a partir de 1974, dá-se a instituição da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo, numa tentativa de frear tal empreitada. (PIMENTEL, 1997 p. 65)

Cabe ainda mencionar Alicia Penna (1997), que faz uma importante análise da rápida obsolescência das edificações imposta a Belo Horizonte. Como mostra bem a autora, a cidade não era sensível às questões ligadas à memória urbana, mas sim ao valor do solo, problema este que ainda hoje ocorre, mesmo diante dos avanços na política de ordenamento urbano:

Enquanto o edifício era construído para permanecer, enquanto encravava-se no solo e este, por sua vez era empregado de maneira estável, o valor de ambos era indissociável. Quando se passa a considerar o edifício como algo que passa a ser substituído, contudo ocorre uma dissociação: O valor do solo torna-se independente. Isso significa que o valor do terreno edificado vai variar não conjuntamente com algo que incorporava a ele, que se encravava nele, pois não é mais essa feição do edifício, mas unicamente “de acordo com as circunstâncias” tal como o valor do terreno edificável. Mas qual o valor de uso de um terreno? Que utilidade para o usuário pode ter um terreno edificável senão o de ser edificado? Quando o valor de uso do terreno passa a ser mediado pelo seu valor de troca, o edifício passa ser mediado pelo terreno. (PENNA, 1997, p. 110)

Dito isto, parte-se então para a abordagem de fatores que influenciaram de modo expressivo numa mudança gradual deste quadro, os quais se referem às ações coletivas em favor da defesa do patrimônio cultural na cidade, cujo resultado foi o surgimento de uma política pública capaz de ações ampliadas de salvaguarda. Neste sentido, percebe-se que os movimentos sociais em favor da preservação do patrimônio cultural em Belo

Horizonte, iniciam-se a partir de meados da década de 1970 (MAGNI 2012, p. 63 e MIRANDA, 2007 p.70).

Nesta linha, evidenciam-se aqui alguns episódios responsáveis por elucidar a importância das práticas coletivas, que como já tratado, parece ser uma constante na apropriação da cidade. Em 1976, acontece o primeiro deles quando há a perda de parte dos jardins da Igreja São José, localizada na área central de Belo Horizonte, para dar lugar a uma edificação comercial licenciada pela prefeitura municipal. (MAGNI 2012, p. 64). Os sentimentos provocados por esse ato produziram as mais variadas reações, sendo uma delas, ainda conforme Magni (2012, p.65), a do poeta Carlos Drummond de Andrade, que, abalado com a inescrupulosa onda de demolições exigida pelo progresso em Belo Horizonte, publica o poema “*Tristes Horizontes*” cujo trecho segue abaixo:

(...) Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte,
que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira.
Quero não saber da traição de seus santos.
Eles a protegiam, agora protegem a si mesmos.
São José no centro mesmo da cidade,
explora estacionamento de automóveis.
São José dendroclasta não deixa de pé sequer um pé-de-pau
Onde amarrar o burrinho numa parada no caminho do Egito.
São José vai entrar feio no comércio de imóveis,
vendendo seus jardins reservados a Deus.
São Pedro instala supermercados.
Nossa Senhora das Dores,
Amizade da gente da Floresta,
(vi crescer sua igreja à sombra do Padre Artur)
abre caderneta de poupança,
loja de acessórios para carro,
papelaria, aviário, pães- de- queijo (...)

O poeta, ao demonstrar sua indignação com o que a cidade vai se transformando, deixa pistas de outros crimes contra o patrimônio como o caso da Igreja de Nossa Senhora das Dores no Bairro Floresta, região leste da cidade, que perdeu seu adro que se transformou num espaço para locação de casas comerciais (MAGNI, 2012 p. 65)

Ainda na mesma década, as atenções se voltam também para um elemento paisagístico que depois se tornou um dos símbolos da capital mineira, a Serra do Curral, área bastante castigada pela mineração, que ainda hoje suscita inúmeros debates que objetivam a sua proteção. De acordo com Euclides (2012, p. 72), tal conjunto foi tombado em 1960 pelo SPHAN como forma de conter a indústria minerária na região. Porém, tal medida garantia apenas a preservação de parte da serra, e ainda na mesma época há uma associação entre a prefeitura e a empresa Ferros de Belo Horizonte S.A (FERROBEL), que intensificou ainda mais a exploração de minério de ferro, algo que soa incongruente já que foi o próprio prefeito da época a solicitar o tombamento junto ao órgão federal. A este respeito, deve ser elucidado algo ainda mais preocupante, conforme Batista (2004, p. 138, *apud* EUCLYDES 2012, p.56):

A negligência do poder público em relação ao tombamento persistiu ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando foram criadas a Companhia Urbanizadora da Serra do Curral – Ciurbe – e, mais tarde, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado – Codeurb –, para conduzir a ocupação da zona sul da capital, sem, contudo, submeter seus planos ao Sphan. Esse órgão só se manifestaria novamente em meados dos anos 1970, propondo medidas para mitigar os impactos sobre a área tombada e retificando os termos do tombamento, por meio da definição de seis marcos instalados em pontos da serra.

De acordo com Mendes e Gontijo (2015, p. 4), o fato leva a uma intensa mobilização por parte da sociedade de Belo Horizonte, que reclamava a proteção da Serra junto ao poder público, já que a colocação de explosivos na vertente sul colocava em risco a permanência do espaço. Um exemplo disso vai ser a ação do artista belo-horizontino Manfredo de Souzanetto, que, a partir das inquietações provocadas pela iminente destruição da Serra do Curral, produz um material gráfico de grande significado, um adesivo onde se lia a inscrição “Olhe bem as montanhas”, o qual passou a circular por toda a cidade afixado nos automóveis. (MAGNI,2012 p.67)

Na década de 1980, a série de crimes contra o patrimônio arquitetônico e cultural em Belo Horizonte compõe-se basicamente de dois eventos que acionam um sentimento de indignação ainda maior, o qual daria força para a tentativa de implementação de medidas eficazes para proteção do patrimônio arquitetônico e cultural no município. O primeiro deles é a destruição do Cine Metrôpole, edificação em arquitetura *art déco* cuja construção datava de 1942, para dar lugar a um prédio com características contemporâneas, cuja funcionalidade seria a de abrigar um banco. (LOTT e JESUS 2005,

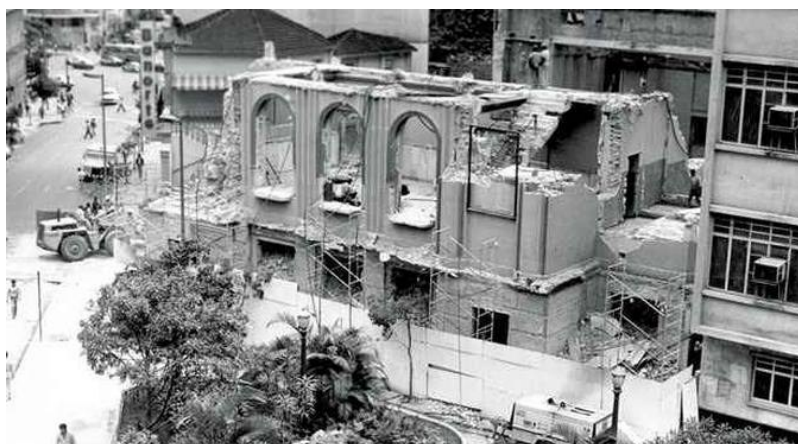
p. 2). A seguir são destacadas as figuras 7 e 8 as quais retratam o Cine Metrópole em dois momentos respectivos. Na figura 7 vemos o cinema em pleno funcionamento já a figura 8 retrata a época de sua demolição na década de 1980.

Figura 7-Cine Metrópole em seus tempos áureos s/d



Fonte: Blog História do Cinema Brasileiro, 2012

Figura 8-Demolição do Cine Metrópole década de 80



Fonte: JORNAL ESTADO DE MINAS, 1983

Nota: A autoria - Pedro Graeff

Ainda tratando do Cine Metrópole, encontramos uma reportagem veiculada pelo *Jornal Hoje em Dia* datada de 12 de maio de 2013. A mesma narra o triste fim do referido cinema sob a ótica do historiador Carlos Henrique Rangel, o qual já de início caracteriza demolição do imóvel como uma derrota para o IEPHA então uma instituição jovem (criada em 1971) que segundo o entrevistado empenhou-se em seu tombamento.

O Metr pole funcionou como cinema de 1942 a 1983. Antes, no local funcionava o Teatro Municipal, constr ido em 1906. O estilo eclético foi substit ido, no final dos anos 30, pelo *art déco* a pedido do então prefeito Juscelino Kubitschek. "Apesar da reforma, eles sentiram que era necessário algo maior. Já pensando na constru o do Palácio das Artes no Parque Municipal, venderam o prédio para ser cinema", relata Rangel. Em 1983, quando a Cinemas e Teatros de Minas Gerais anunciou a venda do cinema a um banco, o Iepha fez um tombamento provisório. "Os proprietários recorreram, contratando arquitetos que deram pareceres contrários, alegando que a arquitetura era pobre, o prédio novo e de interesse apenas local".

Para se tornar definitivo, o tombamento precisava ganhar a forma de decreto assinado por Tancredo Neves, o que não aconteceu. Ele preferiu criar uma comissão especial formado por nomes da cultura, como os escritores Affonso  vila e Murilo Rubião, o diretor teatral Jota  ngelo e a pintora Sara  vila.

"O Affonso saiu da comissão alegando que a existência dela não tinha sentido e que seu único papel seria o de referendar o conselho do Iepha. Os que ficaram não chegavam a um consenso até que a presidente do Iepha, Suzy de Mello, soltou um parecer, dizendo que já não cabia mais a preserva o depois que os proprietários haviam destruído internamente o prédio", detalha Rangel. Resultado: a comissão seguiu o parecer de Suzy – que um mês depois se demitiu, alegando problemas de saúde – e Tancredo Neves deixou de tombar o prédio. "Hoje percebemos que seria viável, mesma para a época, a reconstru o interior do prédio", lamenta. (JORNAL HOJE EM DIA, 2013)

A partir do fragmento que fazemos questão de destacar, percebe-se que a falta de sucesso em rela o   tentativa de tombamento realizada pelo IEPHA deveu-se propositalmente a uma manobra política e mercadológica na qual um bem histórico e arquitetônico se torna mais uma vez moeda de troca entre poder público e empresas particulares.

Além do Metr pole, um outro acontecimento referente ao descaso com o patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte, segundo Miranda (2007, p.67), se refere   ameaça de demoli o do conjunto arquitetônico da Praça da Esta o, com a finalidade de ampliar os serviços de transporte coletivo na cidade o qual teve como resultado, uma intensa mobiliza o do Instituto dos Arquitetos do Brasil em Minas Gerais (IAB- MG), em defesa deste espaço. A institui o buscou parcerias na cidade e lançou um evento revolucionário para a época, com intensos debates e sensibiliza o da sociedade: o I Encontro em Defesa da Praça da Esta o ocorrido no ano de 1981. O autor ainda afirma:

O seminário teve por objetivo discutir e traçar uma política que defina diretrizes para a conserva o da área da Praça da esta o e a compatibiliza o dos projetos ali executados, como o de alargamento do canal do Rio Arrudas, PACE e Trem Metropolitano, para que fossem implantados sem interferência no Patrimônio Histórico. Mo es foram propostas no sentido de montar uma Comissão que funcionaria como uma Câmara Consultiva, que acompanhasse todos os processos de interven o em áreas de interesse para preserva o. Esta comissão seria integrada por órgãos públicos, de planejamento e execu o de obras, pela Escola de Arquitetura, IAB e outras entidades civis. No caso da Praça da Esta o, foi sugerido que os prédios a serem preservados, na medida

do possível, fossem transformados em centros de atividades culturais; que o paisagismo da Praça da estação, já alterado, fosse feito apenas com espécies nativas e, principalmente fosse constituída a Comissão Municipal de Tombamento, sob a presidência do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, além da criação da Fundação Municipal de Cultura. (MIRANDA, 2007 p. 67)

Os fatos descritos contribuíram fortemente para a construção da política de patrimônio no município, na tentativa de preservar o que ainda fosse possível. Em 1984, se dava então a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM). (LOTT; JESUS, 2005 p. 1)

Ainda conforme os autores, os primeiros anos do Conselho não trazem grande expressividade; algo que só irá mudar a partir de 1989 quando houve uma variação no número de participantes, de nove para quinze, os quais eram provenientes de diversas instituições, a saber: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e SPHAN. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1989). De acordo com Cunha (1997), o aumento e a interdisciplinaridade dos seus participantes gerou uma abrangência nas ações realizadas pelo Conselho tanto que:

Ao final de 1992, ainda na gestão passada, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural havia efetuado um total de vinte tombamentos, em sua maioria de prédios pertencentes ao poder público estadual. Entre os bens tombados encontravam-se um teatro, a Biblioteca Pública Estadual, dois colégios e o Palácio Arquiepiscopal Cristo-Rei. O tombamento do Conjunto Urbanístico da Praça da Liberdade é, sem dúvida, o mais significativo e o único abrangendo um conjunto arquitetônico e não um bem isolado. (CUNHA, 1997 P.7)

Essa nova expressividade adquirida pelo CDPCM de Belo Horizonte deve ser entendida à luz de um contexto nacional, no qual a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, há um forte incentivo da presença da sociedade na elaboração de políticas públicas diversas, e nas medidas relacionadas à preservação do patrimônio cultural, tal fato é ainda mais latente. Além disso, percebe-se também o estímulo para autonomia dos municípios, sendo que alguns criam estruturas mais democráticas e participativas. (CALABRE, 2013 p. 8)

Ao mesmo tempo percebe-se que o fortalecimento do CDPCM se baseia também em arenas políticas que no caso de Belo Horizonte no início da década de 1990 contribuem

positivamente no objetivo de manutenção do patrimônio histórico da cidade principalmente a vitória na eleições da Frente BH Popular encabeçada pelo PT. A este respeito observamos o que ressalta o professor Sergio de Azevedo (2000) no texto “Políticas Públicas e governança em Belo Horizonte”.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município beneficiou-se, na gestão da Frente Popular (1992/96), de recursos institucionais já existentes, que foram reinterpretados e adaptados às orientações do referido governo. Nesse sentido, merece registro o esforço de qualificação técnica dos quadros da Secretaria da Cultura de forma a melhor assessorar os conselheiros. Ressalte-se, ainda, a mudança de enfoque do processo de tombamento, que abandona a posição clássica de privilegiar os grandes monumentos para dar ênfase à preservação flexível de conjuntos urbanos. (AZEVEDO, 2000 p.70)

Alinhando-se à afirmativa anterior, percebe-se que a política de patrimônio em Belo Horizonte ao se fazer também atrelada aos recursos de ordenamento urbano do município, reforçou a necessidade de desenvolver um olhar mais sensível às causas de preservação do patrimônio histórico da cidade, levando em conta seu dinamismo. A este respeito Lott e Jesus (2005) citam as negociações urbanas, surgidas a partir de 1992 como forma de garantia dos tombamentos realizados, conforme o exemplo descrito a seguir:

O exemplo mais claro desta política foi o da casa onde morou Antônio Aleixo, destacado político mineiro. Por se tratar de uma construção localizada em um bairro de alta valorização imobiliária, o local estava sendo pleiteado por uma grande construtora. Após as “negociações urbanas”, a prefeitura autorizou a construção em parte do terreno em troca da restauração da casa, que abrigou o Centro de Referência Audiovisual da cidade e hoje é a sede da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano. (LOTT; JESUS, 2005 p.6)

No ano de 1993 a política de patrimônio em Belo Horizonte se expande com a criação da Diretoria de Patrimônio Cultural cujas atribuições estão ligadas à “gestão e monitoramento das áreas protegidas e de interesse de proteção histórica e cultural e apoio técnico e administrativo ao CPDCM- BH”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE s/d)

Em consonância com a compreensão das perspectivas que comportam a ideia de patrimônio ambiental urbano, percebe-se em Belo Horizonte medidas relevantes as quais se tornam um referencial para o Estado de Minas Gerais e até para o país. A este respeito rememoramos aqui um momento importante, sucedido no ano de 1994 com o tombamento de conjuntos urbanos na cidade, fato narrado por Luciana Andrade e Tarcísio Botelho (2002)

Em 1994 ocorreu o tombamento de 11 conjuntos urbanos na área central da cidade: Praça Rui Barbosa e adjacências; Praça da Liberdade- Avenida João Pinheiro e adjacências; Praça da Boa Viagem e adjacências; Avenida Afonso Pena e adjacências; Rua da Bahia e adjacências; Rua Caetés e adjacências; Praça Floriano Peixoto e adjacências; Praça Hugo Werneck e adjacências; Avenida Álvares Cabral e adjacências; Avenida Assis Chateaubriant e adjacências. (ANDRADE e BOTELHO, 2005, p. 92)

Além do episódio apresentado na afirmativa anterior, ressaltam-se também outras empreitadas as quais seguiram dialogando com o incentivo de uma relação ampliada entre o campo do patrimônio cultural e a cidade. Aqui evidenciamos então que a partir de 1994 vamos encontrar em Belo Horizonte uma medida extraordinária no cuidado com referenciais históricos locais: trata-se do Inventário de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), que segundo Leonardo Castriota (2009) é descrito da seguinte maneira:

Tentando responder à ampliação do conceito de patrimônio, é compreendendo a cultura como processo muito mais do que uma série de bens, o IPUCBH constitui-se numa pesquisa sistemática que, ao reconhecer e documentar o patrimônio, entendido em sua forma mais abrangente e contemporânea, possibilita a elaboração de proposta de preservação integradas com a política urbana geral para o município. Para isso procurou-se desenvolver uma metodologia de diagnóstico urbano, que permitisse tanto entender e registrar minuciosamente as áreas estudadas, quanto propor alternativas de política de desenvolvimento, compatíveis com as suas especificidades. (CASTRIOTA, 2009 p.194)

O IPUCBH cuidou de fortalecer a cultura e história de regiões então esquecidas de Belo Horizonte e que a àquela altura passavam por tristes processos de descaracterização devido a especulação imobiliária. A este respeito, menciona-se então o inventário do Bairro Lagoinha que se torna uma prerrogativa importante para medidas de proteção ao patrimônio daquela região a partir de um plano de revitalização urbana para a área. (CASTRIOTA, 2009 p.247; MACHADO e PEREIRA, 1997 p. 47)

Sendo uma iniciativa do poder público municipal integra também a comunidade que é incentivada a participar de todas ações que envolveram a revitalização do seu bairro. (CASTRIOTA, 2009 p.252). Aqui o que vemos é uma demonstração de sensibilidade da Diretoria Municipal de Patrimônio de Belo Horizonte, já que é de grande relevância para o bom andamento deste tipo de ação o envolvimento da comunidade que pode compartilhar suas memórias coletivas ligadas a região e desta forma se apropria do que é proposto pelo poder público o que tornou a iniciativa mais autêntica. Tal afirmativa pode

ser comprovada quando observa-se no que resultou o plano, fato demonstrado por Machado e Pereira (1997) logo abaixo:

O Plano de Reabilitação Integrada do Bairro Lagoinha entrou em execução no mês de maio de 1996. No final de dezembro do mesmo ano, o prefeito Patrus Ananias entregou à população um conjunto de obras: a Praça Vaz de Melo, o Mercadinho da Lagoinha, a recuperação de passeios e arborização da Rua Itapecerica, a reforma do Hospital Odilon Behrens, a reurbanização da favela Senhor dos Passos. Estão em andamento os programas de incentivo às principais linhas de comércio do bairro- contando com a parceria do SEBRAE/MG-, tendo sido realizado o 1º Leilão de Móveis Antigos da Lagoinha (em novembro de 1996). Outra frente de trabalho foi iniciada: trata-se da recuperação e conservação dos imóveis do bairro feita em conjunto com moradores e comerciantes locais e contando com a parceria da iniciativa privada. (MACHADO e PEREIRA, 1997 p. 48)

Já em 1996, promulga-se a Lei nº 7.165 de 7 de agosto a qual institui a criação do Plano Diretor do município de Belo Horizonte, que no inciso quinto de seu artigo 3º traz como objetivos relacionados a permanência dos bens culturais na cidade: “preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico, artístico e arqueológico municipal”. (BELO HORIZONTE, 1996)

E ainda no mesmo ano é estabelecido como recurso para a permanência de bens culturais imóveis o uso da transferência do Direito de Construir, no qual o proprietário vende o potencial construtivo de parte do terreno onde está situado o bem tombado. Tal medida age na tentativa de que alterações drásticas provocadas na malha urbana de Belo Horizonte relacionadas a sua paisagem sejam contidas, como no caso da verticalização. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2016)

O conteúdo apresentado neste tópico, voltado para a constituição da política de patrimônio cultural em Belo Horizonte ressoa nas particularidades deste instrumento, alinhavado em princípio pela iniciativa da sociedade, amparando-se em perspectivas avançadas no campo do patrimônio. Além disso, vimos também que tal percepção influencia no significativo tombamento de conjuntos urbanos, medida de vital importância. A seguir finalizamos este capítulo abordando a política do patrimônio cultural no município de Belo Horizonte na atualidade com o objetivo de apresentar os avanços ocorridos.

3.3 A política de preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte na atualidade

Anteriormente tratamos dos primórdios da política de patrimônio em Belo Horizonte, com a criação do CDPCM. Aqui buscamos elucidar brevemente os avanços ocorridos nos arranjos que convergem para a proteção do patrimônio cultural na cidade na época atual.

No início da década de 2000, conforme abordamos no primeiro tópico, no contexto nacional surge o Decreto número 3551, o qual versa sobre o registro de bens ligados ao patrimônio imaterial. Neste instrumento jurídico observa-se o incentivo à ações que abarcam um conjunto maior de atores no fomento a salvaguarda dos elementos de natureza imaterial. Nesta empreitada recomenda-se a participação dos municípios, que devem estabelecer políticas culturais efetivas para este fim. Assim, Belo Horizonte promulga em 2004 o Decreto número 9000 de 29 de dezembro, o qual institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial, sendo a tarefa de alçada do CDPCM. (BELO HORIZONTE, 2004)

Em 2011 ocorre o registro do Fotógrafo Lambe-lambe, sendo instituído em sessão ordinária do CDPCM realizada em 14 de dezembro do mesmo ano, conforme ressalta a comunicação apresentada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte publicada em 22 de dezembro:

Para efeito de cumprimento à Lei Municipal nº 9000, de 29 de dezembro de 2004, ficam comunicados para os devidos fins que, em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2011, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH deliberou pelo registro imaterial como Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte do Ofício de Fotógrafo Lambe-lambe, por se tratar de manifestação cultural de relevante valor histórico, social e cultural para a cidade, conforme inventariado no dossiê elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultural – Processo Administrativo nº 01.110149.11.29. Comunicamos aos interessados e a seus possuidores que, por deliberação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH, que o bem cultural a ser inscrito no Livro de Registro dos Saberes está sob a tutela do CDPCM-BH e que sua preservação contempla medidas de salvaguarda e formas de cautelamento, devendo qualquer alteração em sua configuração, seja através de lei, decreto, procedimento administrativo ou outra forma de intervenção, preceder a análise e acompanhamento do órgão de proteção do patrimônio cultural do município.

No ano de 2014 destaca-se, conforme Deliberação 136, a ocorrência de dois registros. O primeiro inserido no Livro de Registro dos Lugares, destaca a importância histórica dos

seguintes teatros da cidade: Teatros Francisco Nunes, Teatro Marília, Grande Teatro Palácio das Artes, Teatro da Associação Mineira de Imprensa (AMI), Teatro da Cidade, Teatro de Arena Lagoa do Nado e Teatro Kleber Junqueira. Já o segundo inclui no Livro de Registro das Formas de Expressão, o Teatro de Palco, o Teatro de Rua e o Teatro de Bonecos. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, 2014)

A estas medidas, seguiram-se outras de igual valor e importância e no decorrer de quatorze anos de instituição da Lei número 9000, observa-se gradualmente um reconhecimento preciso de outras manifestações da cultura popular na cidade. Atualmente temos a existência de outras categorias culturais em processo de registro sendo quatorze no total: Palácio das Artes: espaço de formação artística, promoção e fomento cultural; Manifestações das festas juninas; Mercado Central de Belo Horizonte; Polo Moveleiro - Avenida Silviano Brandão; Samba; Carnaval; Dança e circo; Práticas culturais ciganas; Pedreira Prado Lopes; Lugares de memória da Ditadura Militar; Irmandade Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário; Feira de Arte e Artesanato da Avenida Afonso Pena; Ofício de calceteiro e por fim as Comunidades quilombolas de Belo Horizonte. (GUIMARÃES e PEREIRA 2017, p.10)

Referente aos registros mencionados anteriormente, chamamos atenção para dois deles os quais ocorreram recentemente: práticas culturais ciganas e as comunidades quilombolas de Belo Horizonte. Este reconhecimento representa um ponto vital que vem a se somar as discussões cada vez mais frequentes que ressaltam a igualdade racial e cultural no Brasil.

O processo para registro das práticas culturais das comunidades ciganas partiu inicialmente da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (CPIR), que fez a solicitação à Fundação Municipal de Cultura. A medida tem como objetivo oferecer proteção aos acampamentos dos ciganos *Kalon* localizados há três décadas nos bairros São Gabriel e Céu Azul em Belo Horizonte.³³

Já com respeito às comunidades quilombolas, realizou-se em 2018 o registro de três delas em Belo Horizonte: Luízes (Bairro Grajaú), Mangueiras (Bairro Aarão Reis) e Manzo Ngunzo Kaiango (Bairro de Santa Efigênia), iniciativa que foi bastante aplaudida, ainda

³³ Conforme reportagem publicada no Jornal Hoje em dia 24 de outubro de 2014. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/almanaque/cultura-cigana-%C3%A9-reconhecida-como-patrim%C3%B4nio-imaterial-de-belo-horizonte-1.281523> Acesso em: maio de 2018

mais pela fragilidade atual de territórios quilombolas no Brasil. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2018)

Retomando as iniciativas ligadas à preservação dos bens culturais arquitetônicos em Belo Horizonte, inicialmente cabe destacar o “Decreto número 16.184” instituído em 23 de dezembro de 2015, o qual versa sobre as demandas referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Taxa de coleta de resíduos (TCR), Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte (TFAT) e Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública (CCIP). Tal instrumento jurídico aborda em seu artigo 26 acerca da isenção de IPTU para proprietário de imóveis tombados:

Art. 26 Fica isento do IPTU o imóvel tombado no município por meio de deliberação de seus órgãos de proteção do patrimônio histórico cultural e artístico, sempre mantidos em bom estado de conservação:

§ 1º - A isenção do IPTU poderá ser estendida a bens imóveis tombados por órgãos do patrimônio histórico, cultural e artístico, do Estado de Minas Gerais ou da União desde que o tombamento seja ratificado pelos órgãos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º - O titular do imóvel poderá apresentar o requerimento diretamente à Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultural (DIPC/FMC), que deverá observar, para a respectiva abertura do processo administrativo de isenção, todas as condições estabelecidas neste decreto. (BELO HORIZONTE, 2015)

A iniciativa destacada representa um meio eficaz na proteção da memória local, na medida em que, ao isentar o proprietário de imóveis tombados do pagamento do IPTU, desperta no mesmo a sensibilidade no cuidado com o espaço edificado.

O segundo ponto a ser destacado refere-se à criação do “Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural”, através do Lei nº 10.499, de 02 de julho de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº 15.158, de 1º de março de 2013. Essa medida “visa dar apoio financeiro em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural do município”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2017). Conforme informações concedidas via email pela Diretoria de Patrimônio Municipal de Belo Horizonte o fundo ainda está em processo de implantação, necessitando apenas de alguns ajustes.³⁴

Outra forma relevante no cuidado com os bens culturais imóveis de Belo Horizonte são as “Medidas Compensatórias ou Contrapartidas do CDPCM”: a Deliberação 051 de 18

³⁴ NEIVA, Ismael. Pesquisa. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lilianexp@yahoo.com.br> em 2 de maio de 2018 (Ver apêndice I)

de maio de 2016 define os critérios para a forma de execução de tal recurso. No site da Fundação Municipal de Cultura consta a seguinte definição:

As Medidas Compensatórias ou Contrapartidas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte/CDPCM-BH correspondem às ações de proteção, preservação, promoção, valorização e salvaguarda do patrimônio cultural, material ou imaterial, em estudo, inventariado, registrado, tombado, inserido em área protegida ou na respectiva vizinhança, em decorrência de construção, regularização, modificação ou demolição de edificações, bem como instalação de antenas de telecomunicações, que importem ou possam importar impactos não mitigáveis para o patrimônio cultural.

Conforme previsto no artigo 16 do Plano Diretor de Belo Horizonte, Lei nº. 7166/96, os investimentos relacionados à implementação decorrente das contrapartidas estabelecidas pelo CDPCM-BH são realizados preferencialmente em áreas e imóveis vinculados ao poder público, numa perspectiva que potencializa o acesso público às intervenções realizadas.

Há, por fim, o Programa “Adote um Bem Cultural” e a Lei de Incentivo à Cultura. O primeiro refere-se a uma ação ímpar caracterizada como um esquema de cooperação entre poder público municipal e iniciativa privada para a preservação de bens culturais. Já a segunda iniciativa, assinala a captação de recursos destinados a preservação da edificação tombada através de lei de incentivo municipal. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2017)

As soluções apresentadas, para além de constituírem numa forma de amparo ao patrimônio cultural, funcionam também como uma maneira de sensibilizar a toda a sociedade na importância da permanência deste elemento na composição do espaço urbano de Belo Horizonte. Guimarães e Pereira (2017, p. 13), destacam os resultados importantes no campo do patrimônio cultural na cidade: das medidas compensatórias já houve 20 iniciativas contempladas e no Programa Adote um Bem, foram atendidos 56 bens culturais no município.

Neste tópico abordamos os principais avanços da política de preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte, que foi sendo construída de maneira coletiva, o que pode ser percebido na concepção dos recursos utilizados para sua manutenção que visam incentivar a participação da sociedade como um todo.

Contudo mesmo diante do que foi discutido, percebemos ainda lacunas em relação a política construída, fato exemplificado no próximo e último capítulo no qual tratamos da ocupação Espaço Comum Luiz Estrela, inserida numa edificação tombada e de grande relevância na história de Minas Gerais e Belo Horizonte e que, apesar de protegida não

foi alvo de maiores cuidados por parte do poder público já que foi encontrada em vias desabamento.

CAPITULO IV

OCUPAR E CONSERVAR: O ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

*Casa ocupada, casa encantada.*³⁵

(Sin Diós, 1991)

Esta frase é o título de uma música da banda espanhola *Sin Diós*, lançada na década de 1990. Ela retrata o significado dos movimentos okupas como ações capazes de trazer novas características ao imóveis abandonados, numa tentativa de resgatar a sua funcionalidade dentro do espaço urbano além de permitir a continuidade de sua história.

Esta importância dos movimentos de ocupação urbana é retomada aqui, com o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela. Iniciativa corajosa de um grupo de ativistas de Belo Horizonte, um “coletivo de coletivos”, como eles se definem, que ocuparam um imóvel em processo de desabamento, o casarão da Rua Manaus, afim de construir ali um centro cultural autogerido.

O imóvel escolhido, tombado desde 1994 pela Diretoria de Patrimônio Municipal de Belo Horizonte, é um referencial importante para a história da cidade. A trajetória deste lugar aparece permeada por diversos usos, sendo um dos mais significativos o período em que a edificação abrigou o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) de 1940 a 1979, época que reflete na trajetória da política de saúde mental no Estado de Minas Gerais, conforme vamos destacar.

A ocupação deste imóvel ocorre em outubro de 2013, época em que ainda vivíamos sob a efervescência provocada pelas “Jornadas de junho”, com o coração aquecido pelo desejo de que algo mudasse no Brasil, ao mesmo tempo em que assistíamos ao advento de iniciativas que traziam em sua essência uma herança daqueles tempos. Neste processo, percebe-se o incentivo às ações coletivas para as quais a retomada de princípios anarquistas ajudou a tecer um caminho que, no caso do Espaço Comum Luiz Estrela, induziu ao cuidado efetivo com um imóvel tombado. Além disso, estimulou também a

³⁵ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5QKj4YxmcWo> > Acesso em: maio de 2017

A história do bairro aciona elementos importantes que refletem na organização de Belo Horizonte enquanto uma cidade planejada. Inicialmente conforme já destacamos no capítulo anterior, quando de sua fundação em 1897, foi prevista pela Comissão Construtora, a divisão espacial desta cidade alicerçada sob os ideais modernos advindos da República. Autores como Araújo (1997, p.51) e Passos (2013, p.10) salientam que a este respeito, a cidade foi dividida da seguinte maneira: zona urbana como um lugar organizado para abrigar estratos sociais mais abastados; a zona suburbana lugar onde havia infraestrutura e serviços precários, para onde se dirigiam operários e imigrantes e por fim a zona rural cuja função era realizar o abastecimento da Nova Capital.

Amparando-se neste aspecto, o Bairro de Santa Efigênia pertencia a região suburbana da cidade, sendo um dos bairros de ocupação mais antiga, já que integrava junto com o atual Bairro Santa Tereza uma região de duas colônias agrícolas: Córrego da Mata e Bias Fortes, característica que se deveu a existência de dois vales de córregos que ajudavam a compor o Ribeirão Arrudas e tornava tais lugares ponto de abastecimento de Belo Horizonte. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2008 p.19)

Além disso, o bairro recebeu a construção do Quartel do Primeiro Batalhão de Polícia do Estado de Minas Gerais em 1897, localizado à Praça Floriano Peixoto, servindo para alojar os policiais que foram transferidos de Ouro Preto, quando Belo Horizonte foi inaugurada, sendo, por isso, denominado inicialmente como “Bairro do Quartel”. Ali também recebeu a construção da Igreja de Santa Efigênia, considerada padroeira dos militares. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2017)

Diante do breve quadro apresentado, temos então a partir de 1913 a construção do Hospital da Força Pública do Estado de Minas Gerais ou Hospital Militar, localizado na Rua Manaus 348, com predominância arquitetônica do estilo eclético tardio com influência neoclássica (FIGURA 10) (CASTRO, 2006). Conforme elucida a ficha cadastral do imóvel, este apresenta ainda as seguintes características:

Originalmente apresenta partido retangular, desenvolvendo-se em pavimento único sobre porão alto. A fachada frontal possui composição simétrica e variada, pela disposição tamanho e forma dos vãos. As vedações recuadas no plano da fachada enquadram-se nas marcações retangulares da alvenaria. Nas sobrevergas aparecem duas ou três aberturas em formas arqueadas, que alinham com vãos inferiores. Pilastras delimitam os três panos da fachada, sendo que o pano central, mais vazado, compõe-se em vãos largos ladeados por outros mais estreitos. A porta principal é de madeira trabalhada em almofadas com detalhes decorativos. A platibanda segue a demarcação dos

panos, alteando-se me curvas coroada na extremidade central por pináculo. As pilastras sobem acima da fachada, sendo arrematadas na forma piramidal.³⁶

Figura 10- Hospital Militar em seus primeiros anos de funcionamento s/d



Fonte: Blog BH Nostalgia

A construção deste hospital se dá por demanda da então Força Pública, que, ao possuir uma enfermaria própria na Santa Casa de Misericórdia, reclama dos serviços que lhes eram prestados ali, exigindo, desta forma, junto ao governo de Minas Gerais, a construção de um hospital que pudesse atender efetivamente a corporação. Sua inauguração ocorre em 1914, sendo então o terceiro hospital de Belo Horizonte. (NÚCLEO DE RESTAURO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015, p. 10).

Contudo, Lipp (2015, p.12) e Moreira (2015, p.74) *et al*, afirmam que a permanência do Hospital Militar na Rua Manaus, prolonga-se até 1947, época em que suas atividades são transferidas para a Avenida do Contorno, endereço no qual ainda permanece nos dias de hoje. A partir de então, o imóvel ganha uma nova finalidade, que era a de abrigar o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI), que funcionou no local até o final da década de 1970. Este fato representa um ponto singular na história da edificação aqui descrita,

³⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. Ficha cadastral do imóvel da Rua Manaus 348.

pois o campo da saúde mental sempre significou algo delicado dentre as políticas públicas de saúde, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais até recentemente, e no caso específico da psiquiatria infantil tal aspecto torna-se mais visível.

Desta forma, através do Decreto Lei 2.094, é então criado em Belo Horizonte no ano de 1947 o HNPI e ainda o Instituto de Psicopedagogia, os quais eram subordinados à Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica do Estado de Minas Gerais (MORETZSOHN, 1989 p.139). Sendo uma das primeiras intuições para tratamento infantil de Minas Gerais³⁷, de início o mesmo funcionava somente de forma ambulatorial; porém o serviço de internações começa a partir de 1949. (NUCLEO DE RESTAURO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015)

Porém deve ser destacado que, como o HNPI fora inaugurado às pressas não foram efetivados os reparos necessários na edificação para que fosse oferecido um ambiente mais saudável no tratamento das crianças, o que comprometeu também a qualidade das atividades do Instituto de Psicopedagogia as quais foram realizadas na mesma instituição até o ano de 1952. (MOREIRA, 2015).

Devido ao contexto descrito anteriormente, relacionado à falta de cuidado na adequação da infraestrutura física da edificação para receber crianças, percebia-se que o HNPI não oferecia qualquer estímulo para melhora de seus pacientes. (ELEUTERIO, 2015, p. 157). De acordo com Lipp (2015), em 1964 a estrutura do prédio dá sinais de esgotamento quando a enfermaria feminina desaba, e suas pacientes são transferidas para o Hospital Galba Veloso, que atendia somente mulheres, portadoras de transtornos psicológicos, sendo então criada uma quinta enfermaria no HNPI.

Além disso ressalta-se os tratamentos desumanos a que eram submetidas as crianças internadas no local, a este respeito mencionamos um trecho da reportagem publicada no Jornal Hoje em Dia em 28 de novembro de 2013 o qual apresenta um depoimento do ex diretor do HNPI José Raimundo Lipp:

[...]O médico não apenas confirma os horrores cometidos no prédio centenário, como garante que coube a ele fechar, no seu primeiro ano de gestão, as alas no interior do casarão destinadas a acolher as crianças internadas mais “agitadas”. “Até 1969 aquilo não era um hospital. Não existia sequer um ambulatório para atender aquelas crianças”, recorda o médico, que também foi professor da

³⁷ Em Dias (2015, p.36) são apresentados registros que dão conta de que no ano de 1922 ocorreu a criação de pavilhões para atendimento às crianças portadoras de transtorno psiquiátrico, sendo um deles no Hospital Colônia de Barbacena e o outro em Belo Horizonte a partir da criação do antigo Instituto Neuropsiquiátrico o qual também dispunha de laboratórios para testes de sanidade mental em crianças.

Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Associação Brasileira de Neuropsiquiatria Infantil (de 1978 a 1986). Lipp explica que quando assumiu a direção do hospital, os pacientes não contavam com amparo de profissionais. “Antes de 1969, as crianças eram apenas internadas. Não existiam medicamentos eficazes, por isso o eletrochoque era tão utilizado, muitas vezes sem anestesia” [...] (HOJE EM DIA, novembro de 2013)

Alinhando-se aos fatos mencionados ao se tornar diretor do HNPI em 1969, José Raimundo da Silva Lipp encontrou inúmeros desafios, e durante sua gestão buscou formas de aprimorar os serviços oferecidos na instituição. Assim criou um grupo de estudos do qual participaram profissionais renomados com o objetivo de debater sobre o rumo psiquiatria infantil no estado (LIPP, 2015). Logo, na instituição percebem-se mudanças significativas conforme descreve Cirino (1992, p. 72 *apud* MOREIRA 2015, p. 94):

Em 1969, ocorreu ao que parece, a primeira mudança na diretoria do HNPI. Integrado nesse momento à Fundação de Assistência Psiquiátrica (FEAP), uma nova proposta assistencial assentada em três princípios foi apresentada ao hospital: “assistência intramural (internação), assistência extramural (externato, hospital dia e ambulatório) e assistência paralela (prevenção e equipes volantes para a capital e interior)”

Ressalta-se também o surgimento da Unidade Psicopedagogia (UNIP), cujo objetivo era prestar atendimento gratuito às crianças de escolas públicas da cidade com dificuldade de aprendizado, e que em 1975 se torna uma unidade independente do HNPI. (NÚCLEO DE RESTAURO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015)

A partir da década de 1970, o campo da saúde mental é tema de diversas discussões, o que se deveu à influência das reportagens com denúncias das condições de tratamento existentes nos hospitais psiquiátricos em Minas Gerais, que vem se somar aos debates envolvendo profissionais de saúde na época e ainda à visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia, famoso por aplicar o método de tratamento extramural a seus pacientes, o que fortaleceu ainda mais as discussões existentes em Minas Gerais. (ARBEX, 2013)

Nesta mesma época cerca de 33 crianças são transferidas para o Hospital Colônia de Barbacena provenientes do Hospital Colônia Oliveira, que em 1946 passou a atender o público infantil, sem que contudo fossem implementadas práticas terapêuticas que alcançassem um resultado satisfatório nos pacientes. Já na década de 1980 as crianças chegaram ao HNPI sem qualquer estímulo social, tendo que passar por um intenso

trabalho para que pudessem aprender ações como comer sozinhas, ir ao banheiro etc. (MOREIRA, 2015 p.80; DIAS,2015 p.37)

Diante da confluência de todos os elementos mencionados, em 1979 as atividades do HNPI são encerradas e as últimas crianças internas, remanescentes de Barbacena³⁸, são transferidas para a unidade anexa a edificação denominada Centro Psicopedagógico da Adolescência e Infância (CEPAI), (MOREIRA, 2015), o qual aparece na figura 11 a seguir com os muros pintados na cor azul.

Figura 11- Centro Psicopedagógico da Adolescência e Infância



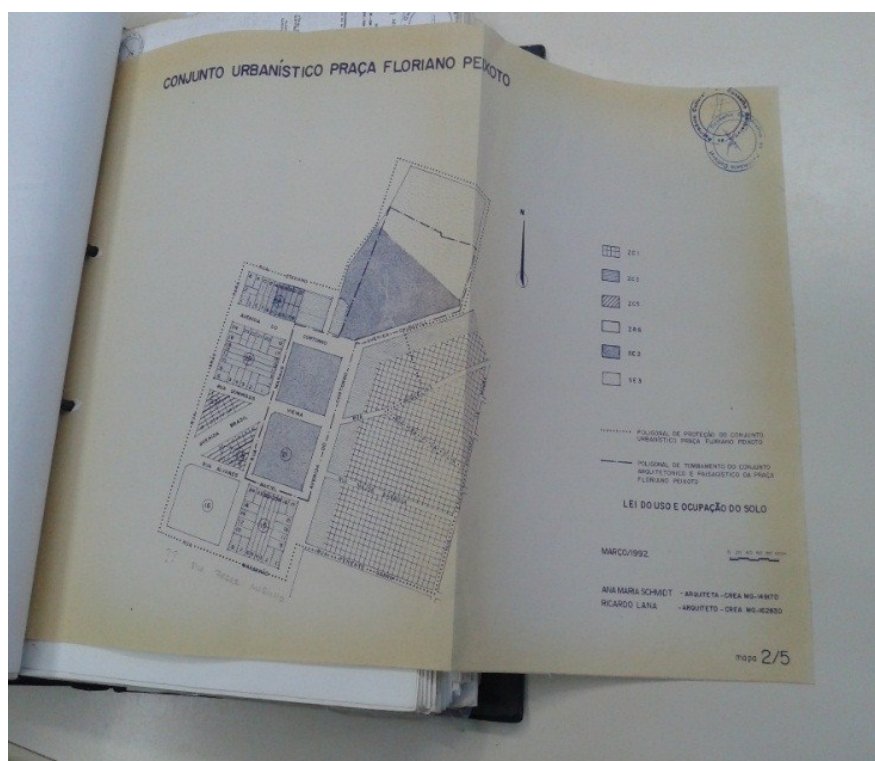
Fonte: acervo pessoal. Liliane Augusta Moreira, agosto de 2017

O casarão se transforma na Escola Yolanda Martins, especializada no ensino de crianças com dificuldades de aprendizado, função esta que permanece até o início da década de 1990, quando a edificação é fechada, devido a graves problemas em sua estrutura.

³⁸ Das antigas crianças oriundas de Barbacena restaram apenas sete, das quais não foram encontrados vínculos familiares, além disso, seis delas ainda possuem graves transtornos neurológicos que as impedem de realizar de maneira independente ações cotidianas como cuidado com sua higiene pessoal, alimentação e vestuário. Na década de 1990 os profissionais de saúde ligados ao CPP (Centro Psicopedagógico) atual CEPAI, começaram a se preocupar com os pacientes descritos, pois os mesmos já em idade adulta necessitavam de um ambiente para cuidados mais específicos. Desta forma, em 1998 é fundado o Lar Abrigado, residência terapêutica com uma estrutura bastante acolhedora.(FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1998 não paginado). Visitamos o local em março de 2017, e em conversa com a responsável pelos pacientes, a religiosa Irmã Mêrces Hatem Osório, pudemos conhecer um pouco do trabalho realizado com cada um deles, fato que nos comoveu bastante devido a sensibilidade das práticas terapêuticas realizadas, a partir do esforço diário de se construir um ambiente saudável e afetivo.

Ainda na mesma época, dá-se o reconhecimento da importância histórica do prédio com a instituição de seu tombamento em fachada e volumetria, fazendo parte do conjunto urbanístico da Praça Floriano Peixoto (DIRETORIA DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE s/d), cujo mapa da área, elaborado na época aparece na figura 12 abaixo.

Figura 12 - Conjunto Urbanístico da Praça Floriano Peixoto



Fonte: Diretoria de Patrimônio Municipal de Belo Horizonte, setembro 2017

Apesar do esforço de tombamento, o prédio de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), permaneceu por quase vinte anos fechado e, por conseguinte, em constante degradação.

Em 2007, a FHEMIG, com o objetivo de dar um novo uso para o imóvel, propõe a construção do Núcleo de Ação Cultural Educacional e Inclusão Social (NACEIS), o qual teria como função promover atividades de cunho educativo e cultural a serem ofertadas a crianças e adolescentes com transtornos mentais. (NUNES FILHO, 2007 p. 10)

A proposta não foi concretizada e o imóvel seguiu fechado, sendo que já em 2012 surge como tema de uma reportagem veiculada pelo Jornal Hoje em Dia, publicada na data de 2 de agosto, destacamos a seguir um trecho da mesma:

Um casarão abandonado da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), localizado na Rua Manaus 348, no Bairro de Santa Efigênia, região Leste de Belo Horizonte, virou esconderijo de ratos baratas e escorpiões. Mas agora é uma árvore da espécie mirindiba, popularmente conhecida como “gameleira” que chama a atenção de quem passa pelo local. Ela cresce na parede do prédio que está fechado desde 1990. O casarão construído no início do século XX já abrigou enfermarias do Hospital Militar, na década de 1930, mas agora ameaça desabar. (JORNAL HOJE EM DIA, AGOSTO DE 2012)

Esta reportagem nos chamou bastante a atenção pois, sendo a edificação tombada por um órgão de patrimônio municipal e ainda propriedade de uma instituição estadual seu abandono surge como algo contraditório. Abaixo vemos a figura 13, uma foto que foi utilizada para ilustrar a matéria mencionada anteriormente, nela podemos ver claramente diversos problemas causados pela negligência a este bem arquitetônico.

Figura 13 O abandono do casarão da Rua Manaus- 2012



Fonte: Skyscrapercity.com

Retomando a cronologia do imóvel, em junho de 2013, foi concedido à Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA), o termo de cessão do imóvel da Rua Manaus, para que fosse criado um memorial em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitscheck, que exerceu a medicina naquele espaço quando este ainda era o Hospital da Força Pública. A Fundação, então, se compromete junto ao Ministério Público (MP) a iniciar, no prazo de sessenta dias, as obras emergenciais, fato que não ocorre. É solicitada uma extensão de prazo de 180 dias, apelo prontamente atendido pelo MP, que o concede

até abril de 2014. (NÚCLEO DE RESTAURO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015 p. 9)

Porém, do mesmo modo esta iniciativa não chegaria a ser concretizada, o que vemos depois é a permanência da destruição, mas num segundo momento o ano de 2013 nos apresenta um dado novo que mudaria a situação do imóvel, o qual passamos a abordar no próximo tópico.

4.2 Vida ao casarão, nasce o Espaço Comum Luiz Estrela

Neste tópico vamos tratar de um recomeço na história do prédio do antigo HNPI, uma proposta de reutilização do imóvel, a qual vai trazer a valorização da memória deste lugar, relegada a anos de abandono e esquecimento.

O surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela, serviu para despertar um outro sentido de cidade, reforçando discussões que partiam tanto do desejo de ocupá-la, quanto de combater às ações que pautavam-se na descontinuidade de seus espaços de memória em detrimento dos arranjos puramente mercadológicos. A afirmativa anterior suscita também a abordagem de "patrimônio insurgente" conceito defendido fortemente por Castriota e Braga (2016), para os quais os movimentos populares ao tomarem para si a tarefa da garantida da preservação do patrimônio cultural, através de ações sociais expressivas, exercem sua função de cidadãos, direito já garantido constitucionalmente e travam lutas significativas que buscam resistir contra os desmandos propalados pelo poder público.

O conceito surge aliado a uma perspectiva contemporânea a qual parte da ação direta em favor da cidade e contra grupos hegemônicos, processo constantemente discutido nos últimos anos, e neste aspecto, vemos no patrimônio cultural em sua essência insurgente uma apropriação que lhe é bastante natural devido ao valor social que este campo congrega.

A atitude de ocupar o casarão da Rua Manaus proveio de um grupo específico de ativistas locais, em sua maioria jovens, com faixas etárias variadas, entre estudantes e profissionais já graduados em diferentes áreas de formação. Entre os anos de 2010 a 2012, Belo Horizonte experimentou algumas insurgências como o Fora Lacerda! e a Praia da Estação, já mencionadas no capítulo 2. Estes momentos serviram também para motivar encontros

que, conseqüentemente criariam laços de amizade, dos quais vieram outros desdobramentos como a ideia da construção de um espaço cultural que fosse autogerido e livre de burocracias. Uma das ativistas nos relata como foi este momento:

Então essa questão rende muita coisa, surgiu de um grupo, de uma necessidade de ocupar um espaço que fosse público, que estivesse abandonado, obsoleto e sem função social e que pudesse transformar esse espaço num espaço de livre criação, num espaço de formação, discussão política e surgiu do desejo do teatro assim de dois atores que ficavam pensando num espaço para ensaiar e aí desses dois foi chamando outras pessoas que aumentaram o grupo que ficou por oito meses discutindo e planejando essa ocupação(...) (Paula Kimo em entrevista realizada em setembro de 2017)

Conforme Joviano Mayer (2015, p.199), as reuniões do coletivo se iniciaram em abril de 2013, e se tornaram semanais. Foram construídas comissões de trabalho, responsáveis por tarefas variadas a saber: mapeamento dos imóveis, comunicação, programação, infraestrutura, alimentação e eventos com o objetivo de angariar fundos. Já em setembro, no dia 7, o grupo se reuniu para aprovar os princípios e deliberar sobre as tarefas relevantes de organização da nova ocupação.

Na potência do encontro, a escolha do espaço a ser ocupado não ocorre de forma fácil, os mapeamentos realizados pela cidade de imóveis com potencial de ocupação sempre passavam pelo casarão, que era constantemente levado como tema nas reuniões ocorridas na sede das Brigadas Populares e rechaçado, até que, num dia de discussões intensas, foi escolhido, como relembra um dos ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela:

Nas reuniões com os coletivos sempre o tema do casarão da Rua Manaus era recorrente, pois havia uma parte do grupo presente na época que não concordava em ocupá-lo. Mas o assunto vinha e voltava, então **não escolhemos o casarão foi ele quem escolheu a gente**. (Entrevista realizada em abril de 2017, grifo nosso)

A frase destacada foi bastante recorrente em conversas com algumas pessoas do coletivo no Espaço Comum Luiz Estrela e significa que, pela triste situação na qual foi encontrada a edificação esta seria considerada a última opção para ocupar. Escolhido o imóvel, o próximo passo seria preparar a entrada ao local, a qual deveria acontecer de modo diferente. Sendo assim, o grupo utilizou-se da arte (FIGURA 14) como recurso estratégico para a ocupação. Segundo Mayer (2015), o processo ocorre desta forma:

O plano de entrada no casarão, coletivamente construído constitui no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta-feira, foi realizado um

“ensaio geral” do “espetáculo que teria estreia nos próximos dias. Nesta noite de quinta-feira duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança que nem passou por lá no momento do ensaio.

Essas duas pessoas que ficaram todo o tempo conectadas com o grupo externo depois de adentrar no casarão, faziam ao longo do dia 25 de outubro um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura por dentro das portas principais do casarão para que no alvorecer do dia 26 de outubro, um sábado de primavera pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela. (MAYER, 2015 p. 203)

O uso da performance artística como maneira de ocupar um casarão tombado e em processo de desabamento expõe tal recurso como um ato político de grande singularidade, pois promove reflexões críticas que trazem a necessidade do entendimento da memória guardada no espaço e da sua preservação.

Figura 14- Performance Ocupação Cultural Espaço Comum Luiz Estrela out 2013



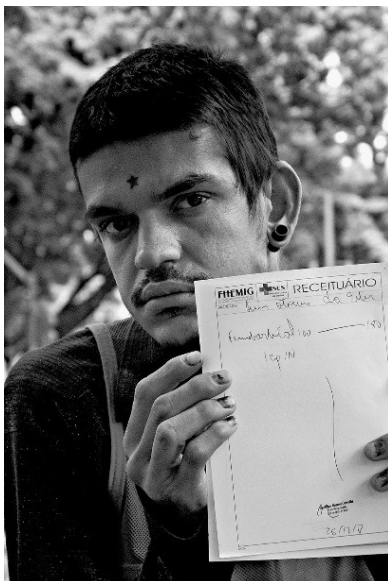
Fonte: Página da ocupação no Facebook. Autor desconhecido

Tal ponto vai de encontro ao que trata o professor Miguel Chaia (2007) em “Artivismo política e arte hoje”, no qual o autor, ao tecer reflexões relacionadas ao surgimento do termo “artivismo” dentro da sociedade contemporânea, irá caracterizá-lo diante de sua relação com o sujeito ligado às práticas políticas e coletivas:

O artivismo distingue-se pelo uso de métodos colaborativos de execução do trabalho e de disseminação dos resultados obtidos. Desta forma é característico desse tipo de arte política a participação direta, configurando formatos de situações que vai do artista crítico até o engajado ou militante. (CHAIA, 2007 p.10)

A respeito do nome escolhido para a ocupação, trata-se de um tributo a Luiz Otávio da Silva, conhecido como Luiz Estrela, artista e morador de rua, negro, portador de transtornos psíquicos e homossexual, integrante da Gang das Bonecas, um coletivo de homossexuais em situação de rua que faziam da arte um ato político nas lutas pela causa LGBT em Belo Horizonte. Foi morto no dia 26 de junho de 2013, em circunstâncias não esclarecidas³⁹. (ELEUTERIO, 2015; MAYER, 2015; MOREIRA, 2015)

Figura 15- O Luiz Estrela



Fonte: Evoé Cultural. www.evoecultural.com/luizestrela

Em reportagem da Revista Piauí, publicada em dezembro de 2013, encontramos ainda outras informações a respeito da trajetória deste personagem as quais merecem destaque:

Luiz Otávio da Silva era bonito e inteligente, mas nunca teve vida fácil. Aos 5 anos assistiu à separação dos pais e à chegada de um padrasto como qual nunca se deu. Por ser um menino afeminado, foi vítima de preconceito e do que hoje chamamos de bullying. Aos 15, assumiu a homossexualidade e foi internado pela família num centro de recuperação, onde ficou quatro meses antes de fugir. Não quis voltar a viver com a família e errava pelas casas de amigos e conhecidos. Fazia artesanato, vendia e gastava o dinheiro com facilidade incomum. Escrevia poemas, recitava Drummond e Ana Cristina Cesar, ao mesmo tempo em que bebia cachaça a talagadas e ficava cada vez mais dependente do álcool. Entre moradores de rua, é lembrado pela indumentária exótica, com colares, brincos e meia arrastão. (REVISTA PIAUÍ, dezembro de 2013)

³⁹ Na data mencionada além de uma partida de futebol entre Brasil e Uruguai no Mineirão ligada a Copa das Confederações, ocorreu também um expressivo protesto referente ainda às “Jornadas de Junho” que reuniu cerca de 50 mil manifestantes e que foi duramente reprimido pela Polícia Militar fato que desencadeou ainda em outras mortes. (RICCI e ARLEY, 2014)

Percebemos que o nome escolhido para esta ocupação também é um elemento performático, pois incentiva discussões que fazem parte da construção deste centro cultural autogerido: reflexões sobre gênero e sexualidade, preservação de memórias, as quais também reforçam o sentido da luta antimanicomial, a valorização da população em situação de rua, reflexões sobre a igualdade étnico-racial, o feminismo e por fim o direito à cidade.

A ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela propôs um espaço coletivo para trocas diversas ancoradas na arte e cultura através da criação de um centro cultural autogerido. Para o fortalecimento da iniciativa, o uso da internet foi imprescindível. As redes sociais foram, então, uma importante ferramenta, tanto para a divulgação de eventos, quanto na formação de apoiadores para as causas que envolvia. A página de Facebook (FIGURA 16), já nos primeiros dias da ocupação cultural contava com 10 mil curtidas e as atividades artísticas e culturais eram bastante frequentadas. (MAYER, 2015 p.203)

Figura 16- Página do Facebook Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: facebook.com.br/espacocomumluizestrela 2017

A este respeito, cabe retomar Chaia (2007), que ao discutir sobre os deslocamentos entre os espaços da arte e da política para o espaço público, aponta também para a internet, meio que se destaca nos tempos atuais como um importante veículo de comunicação.

Já Alves (2012, p.32) afirma que a redes sociais associadas aos movimentos insurgentes na atualidade funcionam como mecanismos que produzem “sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada”. Ponto que também já tinha sido notado por Castells:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de auto- comunicação – uso da internet e das redes sem fio como plataformas de comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. (CASTELLS, 2013 p. 40)

As redes sociais, no surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela, foram também naquele momento, um meio para sensibilizar a comunidade quanto à conservação de um bem cultural, a partir do apoio à proposta de novo uso empreendida pelos ativistas conforme carta publicada na página da ocupação e reproduzida abaixo:

NASCE UMA ESTRELA EM BELO HORIZONTE
Sábado de primavera, 26 de outubro de 2013. Nasce hoje o Espaço Comum Luiz Estrela. Com amor e afeto, convidamos os moradores do bairro Santa Efigênia e de toda a cidade de Belo Horizonte a partilharem dessa nova experiência de criação artístico-cultural autônoma, autogestionada, construída por pessoas comuns que acreditam na memória viva da cidade e na construção coletiva. Somos artistas, educadores, comunicadores, profissionais autônomos, livres-pensadores e ativistas de diversos setores da sociedade. O Espaço Comum Luiz Estrela deu vida a um antigo imóvel público abandonado, um casarão construído no início do século 20, que abrigou enfermarias do Hospital Militar na década de 30. Desde 1980, a linda casa Eclética, localizada à Rua Manaus, 348, se encontrava em estado de completo abandono, em descumprimento à função social da propriedade (art. 5º, inc. XXIII) e ao dever constitucional do Poder Público de proteção do patrimônio histórico cultural (art. 216, § 1º). Daremos vida a essa casa pública com atividades formativas, vivências artísticas, culturais e políticas abertas, propostas por todas as pessoas interessadas em participar desta construção colaborativa. Tudo isso em harmonia e em conjunto com nossos vizinhos. Dessa maneira, convidamos a todos para adentrarem nesta casa e experimentarem, nesse espaço o comum. (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2013)

A convocatória destaca a apropriação pela comunidade de um imóvel até então relegado à destruição pelo poder público; num segundo momento, incentiva a conhecer a trajetória histórica que permeia o espaço, chamando a atenção para o fato de que os ativistas acreditam na “memória viva da cidade”, que denota que o entendimento do bem cultural tombado fortemente inserido no cotidiano de Belo Horizonte e a proposta de outro uso não somente para criar um novo espaço cultural, mas principalmente uma forma de conservação do mesmo. O apoio da comunidade foi um fator de grande destaque para a permanência da ocupação, para comprovar tal afirmativa destacamos o relato de um dos ativistas que nos narra o que significou para ele os primeiros meses da ocupação:

Eu estava logo no primeiro dia da ocupação não participei das reuniões anteriores não, nos três primeiros meses que a gente ficou na ocupação porque ainda não tinha a cessão de uso, não me lembro exatamente, foi um momento muito mágico, muito legal. Era muita energia para a coisa acontecer, teve muita doação aparecia muita gente aqui contribuindo o tempo inteiro, por exemplo se a gente não tinha água aparecia um carro com 40 litros de água ...Se a gente precisava de alguma coisa geralmente aparecia alguém e daí não dava nem tempo de você reclamar e as coisas já estavam sendo feitas. (MANOEL em entrevista realizada em agosto de 2017)

Além disso, em levantamentos realizados na página de Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela encontramos um dinamismo bem característico dos movimentos de ocupação. Havia a divulgação de eventos diversos, os quais traziam como objetivo a revitalização do lugar ocupado. Assim realizavam-se mutirões de limpeza, oficinas de yoga, aulas abertas com professores da UFMG, intervenções artísticas, saraus, reuniões com a comunidade do entorno entre outros eventos. Na figura 17 abaixo, encontramos um exemplo da agenda de atividades realizadas no local.

Figura 17- Agenda comum 2013



Fonte: www.facebook.com/espacocomumluizestrela/photos

Além das atividades culturais, destaca-se ainda a organização interna dos ocupantes do casarão, a qual se dava por meio de reuniões e assembleias horizontais com o objetivo de tratar de questões práticas de conservação do local e demandas de resistência (limpeza, comunicação, segurança, cozinha entre outras).

Além dos afetos propagados pelo encontro e o desejo de construir um lugar para a difusão artística e cultural, onde também eram empreendidas as práticas de conservação coletiva do imóvel, vemos ainda que este primeiro momento de existência do Espaço Comum Luiz Estrela é marcado por disputas pela reintegração de posse do casarão ocupado protagonizadas pelo Governo de Minas Gerais e FELUMA.

No dia 31 de outubro os ativistas foram surpreendidos pela presença de policiais militares e um oficial de justiça que foram ao local com objetivo de cumprir o mandado de reintegração de posse do imóvel. Um dos advogados da ocupação, o ativista Joviano Mayer salientou que a decisão era arbitrária uma vez que não foi feita uma publicação da mesma, e que o “verdadeiro crime era a omissão do poder público quanto a proteção do bem tombado” (MAYER, 2015 p. 201 e JORNAL CONTRAMÃO, 2013).⁴⁰

Em 1 de novembro parece que a situação começava a ter algum progresso, pois foi agendada uma reunião entre os ativistas e Governo do Estado de Minas Gerais. Já no dia 2 do mesmo mês, na página do Espaço Comum Luiz Estrela no facebook é realizado um convite a toda a cidade para que participasse de um grande ato em apoio a ocupação (FIGURA 18).

Figura 18- Convocação de apoio,2013

Participe do Primeiro Grande Ato de Apoio ao nosso Centro Cultura, sábado, 2 de novembro.

A concentração acontece às 14h na Rua Manaus, 348, sede do Estrela.

Confirme presença e convide seus amigos ->

<https://www.facebook.com/events/657626007621602/>

Demonstre seu apoio em nosso abaixo assinado!

Imprima uma cópia e colha assinaturas na sua faculdade, trabalho, com amigos e quem mais quiser!

Veja o documento> <http://bit.ly/1cpqe7W>

Vida longa para o Espaço Comum Luiz Estrela!!!!!!

Fonte: Página de facebook do Espaço Comum Luiz Estrela

Já na data de 5 de novembro, ocorre uma reunião aberta à comunidade, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a participação de ativistas, representantes da FHEMIG, FELUMA, Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Saúde do Estado, IPHAN, IEPHA, Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de BH/ Fundação Municipal de Cultura (FMC), Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal de Vereadores.

Por fim, diante de uma grande resistência no dia 18 de dezembro, após 54 dias de ocupação, foi concedido pela FHEMIG o termo de cessão de uso aos ativistas do Espaço

⁴⁰Diálogo com a PM no Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lj1hNFo22rs>> Acesso em: fevereiro de 2016

Comum Luiz Estrela cujo prazo de duração é de 20 anos, cancelando-se o termo anteriormente concedido a FELUMA, que não se opõe à decisão.

Contudo, considerando-se que o Espaço Comum Luiz Estrela não dispunha de uma constituição jurídica, era necessário que alguma instituição pudesse responder pelo centro cultural oficialmente, função que coube na época a Oficina de Imagens Comunicação e Educação que de todas as instituições pesquisadas era a única a possuir utilidade pública.⁴¹

Pelo exposto podemos perceber que transcorreu um período mínimo entre o início da ocupação e a conquista da cessão de uso do espaço, 54 dias, um dado relevante, que resulta de alguns fatores os quais passamos a destacar a seguir. O primeiro refere-se ao momento político vivenciado naquela época no Brasil pós “Jornadas de Junho”, no qual conforme já elucidamos no segundo capítulo, ocorre um desgaste na relação entre sociedade e Estado o que resulta numa certa fragilidade deste último.

O segundo fato se refere a uma expressiva cobertura por parte de diversos meios de comunicação ao longo dos primeiros meses de ocupação, o que trouxe uma forte visibilidade a este movimento.

(...) Aqui é uma ocupação cheia de privilégios... porque na verdade nunca teve uma ameaça da polícia, as ameaças de reintegração de posse elas eram na verdade discutidas... As mesas de negociação eram abertas com muita agilidade pelo Estado e foi uma ocupação que teve uma projeção de mídia e de apoiadores assim muito grande e muito rápido né? Então o próprio Estado queria resolver a situação porque estava tendo uma visibilidade e uma exposição muito grande (...) (PAULA KIMO em entrevista concedida em agosto de 2017)

Em consulta a algumas reportagens publicadas na época, notamos uma frequência significativa de matérias divulgadas pelo jornal belo-horizontino Hoje em Dia, o qual consideramos ter um compromisso importante no processo do termo de cessão do imóvel em favor dos ativistas, pois publicou uma série de reportagens cujo conteúdo sempre registrava o descaso e abandono do imóvel da Rua Manaus. A seguir gostaríamos de destacar dois trechos:

[...] Em agosto do ano passado depois de o Hoje em Dia publicar uma foto do prédio abandonado mostrando um arbusto que florescia na fachada do antigo Hospital Militar, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG prometeu que iria salvá-lo da destruição. Mas o assunto ficou esquecido até o

⁴¹ Informação verbal, setembro de 2017

dia 26 de outubro deste ano, quando a edificação histórica foi ocupada por um grupo de artistas e ativistas que o rebatizaram com o nome de Espaço Comum Luiz Estrela[...]

[...]Ninguém mais parece desejar esquecer o lado escuro do Hospital Militar, que virou Hospital Psiquiátrico Infantil e, como revelou o HD no domingo, um local, onde no passado o tratamento não se diferenciava, muitas vezes de um doloroso ato de tortura de crianças indefesas. Não deixar que um passado que assombra os que dele tomam conhecimento agora seja esquecido em pouco tempo, é uma forma de garantir que não se repitam no futuro tragédias como essa[...] (JORNAL HOJE EM DIA, “Marcas de Tortura no Hospital da Força Pública”, 26 de novembro de 2013)

[...] O casarão da Rua Manaus, no bairro Santa Efigênia não será mais um memorial dedicado apenas a Juscelino Kubitschek. Após a denúncia exclusiva publicada ontem no pelo jornal Hoje em Dia- a de que o prédio preserva um sítio arqueológico urbano com vestígios de terror, clausura e sofrimento dos pacientes que passaram por lá enquanto Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (1947-1979) -, o governo do Estado, por meio do chefe da Assessoria de Articulação, Parceria e Participação, Ronaldo Pedron, garantiu que o espaço não contará mais a história de uma pessoa e sim de todos que passaram por lá[...]

[...] “É evidente a importância de JK, não só como um dos políticos mais influentes do Brasil, como também por ter atuado como médico no local em 1933, mas concordamos ser mais significativo fazer do casarão um lugar vivo, que pode representar um espaço na história da cidade e dos que passaram por ali. Acreditamos que a loucura, o espaço como manicômio e os tratamentos realizados são componentes mais fortes para construirmos um espaço a partir desse olhar” afirma Pedron [...] (JORNAL HOJE EM DIA, “Governo recua e já admite nova destinação do casarão”, 25 de novembro de 2013)

Destaca-se, também a emblemática cobertura jornalística realizada pela rede de televisão venezuelana, *Telesur* em 5 de novembro de 2013⁴². Na matéria apresentada são realizadas entrevistas com alguns dos ativistas os quais salientam a importância da ocupação para a preservação do bem cultural ocupado, além disso é destacado também o não cumprimento do compromisso no cuidado com o imóvel por parte do poder público. A reportagem veiculada num canal de televisão estrangeiro, reforça a singularidade da iniciativa para salvaguarda de um bem patrimonial na capital mineira como algo exemplar.

Por fim temos a resistência dos ativistas, os quais desde o início encararam com bastante seriedade a missão de cuidado com o casarão abandonado estabelecendo entre si uma forte articulação. Segundo o ativista Manoel, o sucesso da ocupação também se deveu

⁴² Jóvenes brasileños transforman la cultura en Belo Horizonte. Disponível em: <<https://videos.telesur.tv/video/160392/jovenes-activistas-brasilenos-transforman-la-cultura-en-belo-horizonte/>> Acesso em novembro de 2016

muito a interdisciplinaridade do grupo e revelou a força da coletividade, no sentido de constituírem uma “cidade diferente”:

[...] Então tinha desde a galera punk que pulou a janela aí, quebrou as fechaduras e entrou, até a galera que foi trabalhar na assessoria de imprensa, até a pessoa que foi trabalhar no jurídico, audiovisual, artista, o teatro né que foi essencial, aliás aqui começou com o teatro. O modo como entramos no casarão foi através do teatro. Então assim, essa multiplicidade de pessoas e trabalhos foi o que mais somou mesmo, diferente de outras ocupações com focos específicos aqui era todo mundo junto e isso foi muito legal. E o legado deixado é que é possível fazer uma cidade diferente, para mim mostrou que a gente tem força assim[...] (MANOEL antigo componente do Núcleo de permacultura em entrevista realizada em agosto de 2017)

Neste entendimento das diversas nuances que cercam a missão do Espaço Comum Luiz Estrela, insere-se o conceito de “comum” que, cunhado por Dardot e Laval (2016), surge como uma resposta contra o sistema hegemônico proposto pelo Estado e influenciado pelo capitalismo, o qual condena a união social e “propõe uma forte extensão da propriedade privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016 p. 6). A seu ver o fortalecimento do comum, pode ser notado principalmente diante das recentes insurgências mundiais, ocorridas na última década, as quais não devem jamais serem vistas como lutas caóticas, mas sim ações capazes de propor um novo tipo de democracia, irão representar também um anseio coletivo de mudança o que se tornará extremamente perigoso. (DARDOT e LAVAL, 2016).

O perigo mora na coesão do grupo social, trilhada pelos diversos significados do comum, o que torna as lutas contra o Estado mais organizadas e ocasiona a independência dos sujeitos. Esta afirmativa diz muito do que configura as características que regem a gestão do Espaço Comum Luiz Estrela, a qual cabe relatar de início é realizada em sua maioria por mulheres:

As *minas* (meninas, nota da autora) daqui são muito importantes para o espaço, as mulheres que tocam isso aqui, os caras só apoiam. E ver isso de perto, você tá numa sala numa reunião de restauro com as arquitetas é muito maravilhoso...(BARBARA, ativista do Espaço Comum Luiz Estrela faz parte do Núcleo de Audiovisual em entrevista concedida em agosto de 2017)

Neste sentido, este centro cultural autogerido pode ser definido da seguinte maneira: “trata-se de território autônomo, feminista, aberto e horizontal e democrático cujos princípios decorrem de sua construção processual imanente, relacional, afetiva e dinâmica”. (MAYER, 2015 p. 210). Os aspectos descritos, se configuram na medida em

que os ativistas da ocupação criam momentos capazes de trazer coesão ao grupo, fazem encaminhamentos necessários à organização do espaço entre metas e apoio as ações que estejam ocorrendo na cidade. A este respeito mencionam-se as assembleias, reuniões e os núcleos, que passamos a tratar a seguir.

As assembleias e reuniões, (FIGURA 19) ocorrem uma vez ao mês e sempre que há alguma decisão urgente a ser tomada. Representam uma ocasião de vital importância, pois é quando se percebe, em alguns momentos, a tensão característica da ansiedade pelo restauro e a abertura efetiva das portas do casarão, além disso as demandas tratadas aliam-se ao apoio de grupos e ações culturais que funcionam de maneira independente na cidade.⁴³

Figura 19- Assembleia comum- Espaço Comum Luiz Estrela



Fonte: Espaço Comum Luiz Estrela, 2017

Já a respeito dos núcleos, estes se organizam relacionados a demandas específicas que constroem a organização do Espaço Comum Luiz Estrela. Salienta-se aqui que seu formato mudou ao longo dos quatro anos de ocupação, mas seu objetivo ainda é o mesmo: construir de forma coletiva. Os núcleos, então, se dividem entre as seguintes áreas temáticas: Audiovisual; Comunicação; Antimanicomial, História e Memória; Arquitetura e Restauro; Teatro; Autogestão e Jurídico.⁴⁴

⁴³ Numa das assembleias da qual participamos, realizada no dia 31 de agosto de 2017, havia a presença de duas artistas transexuais que buscavam um lugar para ofertar oficinas de teatro destinadas ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

⁴⁴ Configuração dos núcleos existente na época das visitas realizadas no campo de pesquisa no período de 2016 a 2017.

É importante registrar que essa maneira de se organizar vem funcionando também como um determinante para o bom andamento das ações que visam captar recursos para o restauro do casarão. Assim, de início, quando o Governo de Minas Gerais concede o Termo de Cessão do imóvel por 20 anos aos ativistas, estes executam a elaboração coletiva do projeto de restauro do mesmo e, além disso, diante do seu iminente desabamento, empreendem medidas vigorosas para captação de recursos cuja finalidade naquele momento era o escoramento do casarão⁴⁵, figuras 20 e 21.

Neste processo, destaca-se a realização de uma campanha de financiamento coletivo com o uso da plataforma virtual Catarse, ocorrida em abril de 2014, cuja meta era captar R\$45.000, 00, porém tal quantia foi ultrapassada chegando aos R\$52.122,00⁴⁶ foram no total cerca de 800 apoiadores. O uso do financiamento coletivo é justificado por ser um recurso democrático que permite a colaboração em rede, sendo também livre de empresas particulares, regra inclusive bastante reforçada entre os ativistas.

Figura 20- Escoramento do casarão- fachada



Fonte: Espaço Comum Luiz Estrela, 2014

⁴⁵ Devido ao período chuvoso, no dia 26 de dezembro de 2013, sob risco de desabamento da laje, o casarão foi fechado e as atividades culturais do Espaço Comum Luiz Estrela transferidas para o pátio externo.

⁴⁶ Conforme acompanhamento de postagens referentes ao ano de 2014 na página do Espaço Comum Luiz Estrela e Plataforma Catarse.

Figura 21- Escoramento do casarão- interior



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira, junho 2017

Além do financiamento coletivo, ainda no mesmo ano, o Espaço Comum Luiz Estrela foi aprovado no “Programa Adote um Bem” da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e então recebeu mais R\$38.000,00, sendo que este recurso mais o restante referente à campanha na Catarse foram reservados para as obras do telhado.

Além destas ações, promove-se ainda a venda de botons, sacolas e adesivos e ainda eventos como a Feirinha Estelar (FIGURA 22) a qual existe desde 2014, sob a responsabilidade do Núcleo de Autogestão. O evento realiza-se sempre no segundo sábado de cada mês iniciando-se a partir das 10 da manhã com permanência até as 17:00. Contém um comércio de produtos variados: cosméticos artesanais, roupas de brechó, camisetas com temas relacionados a protestos, bijuterias com motivos afro, calçados, alimentos veganos entre salgados e doces e, por fim, esporadicamente ocorre, uma feira de livros anarquistas.

Figura 22- Feirinha Estelar – junho de 2016



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira 2016

Tendo sido criada para ajudar na obtenção recursos para as obras de restauro do casarão, cobra-se o valor de cinco reais de cada pessoa que deseja vender algo e ainda sobre o montante do lucro obtido no dia deve ser revertida uma contribuição espontânea para o Espaço Comum Luiz Estrela.

A Feirinha Estelar é divulgada em página própria no Facebook e ainda na página do Espaço Comum Luiz Estrela. Ali também se promovem iniciativas diversas, tais como: debates, apresentações musicais, palestras e pequenos espetáculos teatrais, conforme figura 23. Há sempre um público variado, sendo que parte dele é formado por pessoas residentes nas imediações do casarão.

Figura 23- Feirinha Estelar, com roda de conversa sobre a resistência indígena 2016



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira, junho de 2016

Em alguns sábados buscamos acompanhar o evento com o objetivo de compreender um pouco mais de sua dinâmica e conversar com expositores e público frequentador. Numa das ocasiões entrevistamos a senhora Rosângela, bibliotecária aposentada e que naquele momento comercializava na feirinha camisas que continham mensagens de positividade. Ela nos confidenciou de forma bem humorada que as vendas nem eram tão importantes, na verdade gostava de estar no local pelo simples prazer de participar de alguma maneira da iniciativa de restauro do casarão, além de manter contato com as pessoas.

Então, eu vim e é paixão, a gente fica muito enamorada, é uma energia muito linda. A gente ganha muito com isso, meu interior fica em festa.

[...] É um movimento importantíssimo, é um tombamento e o pessoal que está aqui por vinte anos, eles têm direito a estarem aqui dentro. Estão reformando o casarão, estão cuidando de uma série de outras coisas também. As vezes o dinheiro é até pouco entendeu? Porque a gente está precisando de muita ajuda, muita força e eu entendo assim, que o melhor de tudo isso é a construção da arte e da cultura, transformar este espaço em arte e cultura para todos [...] (ROSÂNGELA MACIEL, expositora Feirinha Estelar, em entrevista realizada em 18 de março 2017)

Ocorreu naquele mesmo dia também uma outra conversa, desta vez com uma funcionária pública que decidida a expandir seus horizontes começou a acompanhar através das redes sociais ações variadas que estavam ocorrendo na cidade, até chegar as ocupações urbanas e a partir daí ao Espaço Comum Luiz Estrela, nos confidenciou que havia ficado muito curiosa para conhecer mais do lugar, na ocasião da entrevista visitava a Feirinha Estelar pela primeira vez:

Meu nome é Patrícia, eu sou funcionária pública e tenho 42 anos e eu vejo isso que a gente estava falando, do lugar que a gente veio, dos movimentos... no meu local de trabalho eu vejo o pessoal num mundo completamente diferente, parece que não sabem que existe esse mundo aqui ou não querem saber, eles são totalmente eles e o resto... existe o resto?

Então no Facebook, eu acabo curtindo pessoas e páginas que me levam a aparecer nesse tipo de evento, aí quando vi – “Nossa queria muito conhecer isso, não sei direito como funciona não tenho muita informação, então vou passar lá”. Eu acho que assim: o fato das pessoas se unirem numa comunidade, isso é muito bacana, e a gente entra aqui e vê um clima bacana, é diferente. (PATRÍCIA GRACE, em entrevista realizada em 18 de março de 2017)

Além da captação de recursos, conforme pode ser percebido a Feirinha Estelar permite uma maior conexão com a cidade, fato percebido em outros eventos do espaço, como o Sarau do Comum (FIGURA 24), cuja ocorrência é mensal, e a remontagem da peça “Escombros da Babilônia”⁴⁷ (FIGURA 25) ocorrida em 2017. Nestas ocasiões também aproveitamos para interagir com o público que vinha prestigiar as atividades oferecidas, seja por apoio aos ativistas, ou simplesmente pela curiosidade.

⁴⁷ O Sarau do Comum ocorre uma vez por mês reúne pessoas de diversos lugares principalmente de áreas periféricas da RMBH, incentiva ainda a produção de fanzines.

O Espetáculo Escombros da Babilônia presta homenagem ao Luiz Estrela remonta seu cotidiano enquanto morador de rua e artista, além disso faz uma crítica as mazelas sociais, e ainda questões relacionadas a luta antimanicomial. Foi apresentado pela primeira vez em 2014 ao ser contemplado com o edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, já na segunda vez em 2017 reconstrói seu formato, inserindo também um musical o “Babylon Cabaré”, é financiado pelo mesmo edital. Com estreia em junho do mesmo ano foi muito bem recebido e gerou outros desdobramentos como palestras e oficinas no Galpão Cine Horto.

Figura 25- Sarau do Comum 2017



Fonte: Acervo pessoal, Liliane Augusta Moreira, setembro de 2017

Figura 26- Ensaio da peça Escombros da Babilônia Rua Manaus, 2017



Fonte: Acervo pessoal Liliane A Moreira, maio de 2017

Num destes momentos conseguimos alcançar ainda mais a dimensão da existência deste lugar na cidade, ao conversar com a professora Andréia, vizinha do casarão, que estava ali motivada pela vontade de participar do Sarau do Comum, e neste breve diálogo avalia positivamente a presença da ocupação na Rua Manaus:

Eu vejo de uma forma muito positiva, porque uma coisa que está largada e de repente vira um movimento cultural, assim.... dá vida para a cidade, ainda mais

um espaço onde as pessoas podem interagir. (ANDRÉIA, moradora vizinha ao casarão em entrevista realizada em setembro de 2017)

O depoimento da entrevistada remete ao significado do Espaço Comum Luiz Estrela, uma ocupação cultural que, ao chegar à marca de quatro anos, flui no transcurso do tempo como uma construção coletiva que reproduz o lugar no qual habita, a Rua Manaus, diante da potência do comum.

Marcando uma nova fase para o casarão, em abril de 2017 foi lançada, uma outra campanha de financiamento coletivo, através da plataforma virtual Evoé Cultural, desta vez com duas metas de arrecadação. A primeira delas, no valor de R\$150.000,00, objetiva a captação de recursos para as obras de troca do telhado; já a segunda pretende ser uma forma de obter recursos permanentes para a manutenção do lugar com pagamento de serviços de fornecimento de luz e água por exemplo. O nome escolhido para a campanha “Várias Estrelas um casarão” (FIGURA 26), revigora o sentido da coletividade e sinaliza um novo tempo neste lugar.

Figura 26- Banner da Campanha Várias Estrelas, um casarão



Fonte: Evoé Cultural, 2017

Além dos recursos oriundos das pequenas ações já descritas, os ativistas dispunham de um total de R\$89.000,00 captados através do Fundo Estadual de Cultura e com este valor, iniciaram na mesma época do lançamento da campanha na Evoé, as obras de reforma do telhado. O início desta campanha gerou uma intensa movimentação no Espaço Comum Luiz Estrela, reforçando a união dos ativistas, que passaram a manter uma ampla divulgação das atividades ocorridas entre seus núcleos, reforçando-se também a importância do Núcleo de Comunicação.

Ao iniciar as obras do telhado, em junho daquele mesmo ano, ocorre, a nosso ver, uma reocupação do Espaço Comum Luiz Estrela, pois há o incentivo para elaboração de convocatórias de estágio para estudantes de arquitetura que se interessassem em trabalhar no restauro do imóvel como voluntários e o início de oficinas colaborativas que serão melhor descritas no tópico subsequente. Além disso, foi também formulada uma programação de visitas técnicas ao espaço, da qual esta autora pôde participar em duas circunstâncias: como ouvinte, ocasião em ocorreu o primeiro contato com o imóvel pesquisado na qual pudemos começar a acolher suas memórias e demais especificidades, e, num segundo momento, como responsável, juntamente com uma arquiteta ativista da ocupação, oportunidade que nos trouxe uma experiência importante a qual não só se referia a interpretar e transmitir as histórias do casarão, mas também falar um pouco da pesquisa. A visita descrita foi realizada com alunos do quinto período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em novembro de 2017.

Por fim, deve ser salientado que, no mesmo ano, o Espaço Comum Luiz Estrela foi reconhecido nacionalmente ao ser contemplado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em sua 30ª edição. A iniciativa é promovida pelo IPHAN e busca recompensar ações de salvaguarda do patrimônio cultural realizadas por instituições privadas e públicas ou pessoas físicas. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017). O Espaço Comum Luiz Estrela foi um dos contemplados na categoria IV, a qual refere-se às ações que visem valorizar e promover iniciativas que demonstrem o compromisso e a responsabilidade compartilhada para com a preservação ou salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Conforme o que foi notado pela Comissão de Avaliação:

Patrimônio em processo: restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, ganhou o prêmio por aplicar um conjunto de ações preservacionistas, focado no compromisso social, na mobilização comunitária e investimento no potencial humano e comunitário. A iniciativa realiza um trabalho de restauração de um prédio histórico abandonado no município de Belo Horizonte (MG), transformando o local num ponto de cultura, onde são realizadas atividades de formação cultural. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017).

A vitória advinda com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade reforçou a importância da iniciativa considerada pioneira no Brasil, servindo inclusive para dar mais visibilidade à ocupação tanto em Belo Horizonte quanto no país.

(...) A construção do espaço comum no lugar onde outrora colocava crianças no cárcere, o Espaço Comum Luiz Estrela traz consigo uma ideia de patrimônio cultural onde cabe a comunidade elaborar e transitar, **mas é preciso dizer, um patrimônio que desça dos pedestais, que saia dos palácios, que subverta a estética, que seja menos caro e mais orgânico(...)** (Discurso realizado pela ativista Dagmar em 24 de outubro de 2017 durante a cerimônia de entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, grifo nosso) ⁴⁸

Aqui reproduzimos parte do discurso proferido no dia da cerimônia de entrega do prêmio, realizada no Teatro Municipal, na cidade do Rio de Janeiro, em 24 de outubro. No fragmento escolhido vemos além da ideia da ação coletiva na conservação do patrimônio cultural, um incentivo para que o campo se torne cada vez mais democrático.

4.3 Da insurgência e o restauro do casarão da Rua Manaus

“... O casarão deve ter cara de denúncia...”
(Priscila Musa em aula aberta no Espaço Comum Luiz Estrela em 2017)

O restauro do imóvel que abriga a ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela se iniciou em abril de 2017 e reveste-se de inúmeros significados, nos quais a insurgência, além de contribuir para a preservação deste bem tombado, rompe com um paradigma ainda presente na revitalização arquitetônica de prédios históricos: o predomínio dos valores estéticos em detrimento dos valores de memória.

Neste sentido, o restauro do casarão da Rua Manaus apresenta aspectos diferenciados, pois evoca o desejo de manter os seus remanescentes, articulando sua conservação por meio de medidas fortemente coletivas. Este processo, bastante afetoso, ajuda a quebrar o esquecimento a que estavam submetidas por duas décadas as memórias existentes neste lugar.

Com a intenção de justificar tal argumento, podemos recorrer então ao memorial descritivo do projeto de restauro do Espaço Comum Luiz Estrela, construído de maneira interdisciplinar, no ano de 2015, documento onde foram propostas as seguintes diretrizes:

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PnRJB6p1to>>. Acesso maio de 2018

1. Menor intervenção possível;
2. Manter as camadas do tempo: não será feita uma restauração que deixe tudo novo, os ativistas fortalecem a ideia de que as camadas do tempo deverão ser conservadas como incentivo ao reaproveitamento da estrutura já existente;
3. Estabilização da estrutura e instalação elétrica e hidráulica: empreitada dividida em dois momentos: a primeira parte executada pela equipe de obras e restauro e a segunda deve ocorrer com a participação de coletivos da cidade através da realização de oficinas;
4. Tratamento da fachada que além de passar por um processo de recomposição de trincas recebe a técnica de grafite e pixo, com o uso de sobreposição de camadas. (PROJETO DE RESTAURO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015)

Os dois pontos iniciais refletem a necessidade percebida pelo grupo de se manter as camadas do tempo, o que remete ao “valor de ancianidade”, termo evidenciado por Alois Riegl na obra “*Culto Moderno aos Monumentos*” escrito em 1903, “a qual tem a intenção de trazer uma nova concepção em relação às intervenções de monumentos do século XIX, amparando-se na diferença entre passado e presente nos diferentes contextos, históricos, sociais e culturais”. (ALVES, 2014, p.4)

Aqui o “Valor de Ancianidade” alia-se ao projeto de restauro do Espaço Comum Luiz Estrela, na medida em que este converge para a permanência de elementos atribuídos aos antigos usos da edificação (FIGURA 27).

Figura 27- Remanescente do período de funcionamento da Escola Yolanda Martins



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira, maio de 2017

A este respeito, ressaltamos ainda que ao entrarem no casarão, os ativistas encontraram um túnel bastante escuro e abafado e ao explorarem o local descobriram pequenas salas

as quais poderiam ter servido de quartos de contenção para crianças na época em que ainda funcionava o HNPI. (FIGURAS 28 e 29)

Figura 28 –Túnel do casarão da Rua Manaus – 2017



Fonte: Acervo pessoal, Liliane Augusta Moreira, maio de 2017

Figura 29- Detalhe de uma das pequenas salas que compõe o túnel- 2017



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira, maio de 2017

Em duas das pequenas salas do túnel foram descobertos desenhos nas paredes, atribuídos também aos antigos internos do HNPI, figura 30. Percebendo a importância dos vestígios descobertos, o Núcleo de Memória e Arquitetura vem promovendo estudos arqueológicos, pois além dos desenhos foram encontrados ainda: frascos de remédio, pequenos calçados e fragmentos de brinquedos. Em agosto participamos de uma oficina de arqueologia onde foram apresentados os objetos que já haviam sido catalogados. (FIGURA 31)

Figura 30- Desenho atribuído aos antigos internos do HNPI- 2017



Fonte: Acervo pessoal, Liliane Augusta Moreira maio de 2017

Figura 31 -Objetos encontrados no túnel, trabalho de catalogação- 2017



Fonte: Acervo pessoal Liliane Augusta Moreira

Retomando as diretrizes do projeto de restauro, o terceiro item descreve algo consubstancial: a participação da sociedade na manutenção do patrimônio arquitetônico, desta forma há a criação de oficinas colaborativas.

A primeira oficina realizada teve como objetivo a abertura de vãos, cujo propósito era trazer mais luminosidade ao imóvel, diminuindo assim a humidade, agente responsável por provocar graves danos às paredes do casarão. A atividade foi dividida em outra etapa ligada a produção de grades para serem inseridas nos vãos abertos.

Muitos serviços são realizados de forma totalmente voluntária. Recentemente, para a confecção e pintura das grades das janelas do imóvel foram realizadas oficinas gratuitas de serralheria com formação de mão de obra. “A gente não tem como pagar mão- de – obra, né? Então, resolvemos promover essas oficinas práticas. Assim, o aluno aprende e ao mesmo tempo está contribuindo com a reforma do espaço”, comentou Deise Alves, 33, arquiteta e restauradora. Estamos conseguindo avançar bastante” comemora. (JORNAL INFORMATIVO DO BAIRRO DE SANTA EFIGENIA, agosto de 2017)

A comunidade participa da restauração do imóvel de forma visceral, processo que proporciona trocas muito ricas que criam uma ponte entre o indivíduo e a história do imóvel ocupado.

Eu participo do Núcleo de obra, arquitetura e de restauração das portas. Para mim é uma coisa muito importante para a cidade o que está acontecendo porque desafia muitas lógicas que têm dentro do mercado, aí eu posso aprender muito eu consigo passar o que eu sei e aprender muito mais daquilo que eu não sei e mantenho uma relação com quem eu trabalho e com o próprio objeto de

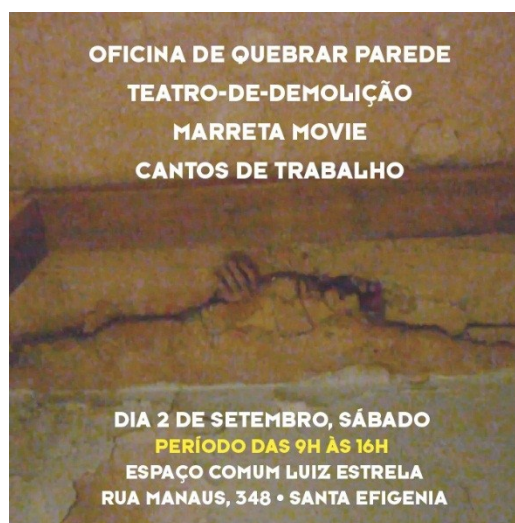
trabalho que é o casarão muito próximo, não tem ele separado como objeto de trabalho, tudo vai acontecendo concomitantemente. Para mim é super importante. (JONATHAS o “Jonjon”, estudante de arquitetura e estagiário do Espaço Comum Luiz Estrela no Núcleo de Arquitetura em entrevista concedida em agosto de 2017)

Além disso, deve ser ressaltado que este processo também envolve o fazer artístico, que neste caso, é utilizado como um elemento especial na intervenção do local. Esse momento refere-se à criação da “Oficina de Quebrar Parede Teatro de Demolição Marreta Movie-Cantos de Trabalho” (FIGURA 32) realizada entre agosto e setembro de 2017 no pavimento superior. Com relação à atividade, o Projeto de Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela (2015, p. 194), traz um dado importante:

No segundo andar serão retiradas as paredes internas da edificação anexa ao volume original com o intuito de criar uma espacialidade capaz de abrigar o Espaço Comum para atividades múltiplas (teatro, dança, circo, reuniões e assembleias). **Serão mantidas as esperas, as marcas, das paredes removidas e os revestimentos de piso e de paredes existentes, com intuito de deixar a memória das espacialidades modificadas para o novo uso.** (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015, grifo nosso)

A afirmativa acima revela que o restauro do casarão enquanto processo colaborativo e performático permite que se crie uma convergência entre a história do edifício e a memória atual, quando recomenda também a continuação das marcas das intervenções realizada no espaço.

Figura 32- Cartaz da Oficina de Quebrar Parede Teatro de Demolição, 2017



Fonte: Espaço Comum Luiz Estrela, 2017

Tal atividade, além de contribuir com ações do restauro, deve ainda gerar a produção de um pequeno documentário de mesmo nome. Amparando-se em André Mesquita (2008), percebe-se o momento anteriormente descrito como um produto de contribuição ativista enquanto marco de memória, caracterizado pelo autor a partir do seguinte aspecto:

A construção da história é experimentada como uma interrupção festiva do cotidiano. Ao invés apenas de representar a realidade, imagens produzidas pelos ativistas constroem projeções, interações e marcos narrativos que estruturam a realidade. (MESQUITA, 2008 p. 45)

Por fim, temos a última diretriz a qual refere-se ao uso do grafite e do pixo como uma estratégia para recompor a fachada do casarão da Rua Manaus, porém com aproveitamento das patologias encontradas: a pintura descascada, manchas de mofo e trincas. (PROJETO DE RESTAURO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2015)

Essa medida dialoga com intervenções artísticas urbanas contemporâneas, além de representar um fato incomum dentro dos já conhecidos procedimentos de revitalização de fachadas em prédios tombados. Ressalta-se que em tal proposição os ativistas se inspiraram nas obras do pintor e grafiteiro português Alexandre Vhils.⁴⁹ (FIGURA 33)

Figura 33 - Butterworth, na Malásia, trabalho realizado pelo artista Vhils em novembro de 2015



Fonte: <http://vhils.com/news/butterworth-malaysia/>

⁴⁹ Alexandre Vhils começou a perceber que o grafite vive num círculo fechado de pessoas, mas que na rua havia grande potencial de comunicação. Já farto de pintar em paredes ilegais, passou para os pôsteres de publicidade. Pintava-os de branco e escavava as camadas de anúncios acumulados. Experimentou voltar às paredes e esculpi-las também. E foi assim que conquistou o mundo. (ESCRITÓRIO DE ARTE, sem data)

A partir do restauro do casarão da Rua Manaus há como já dissemos uma reocupação deste lugar, que agora sem riscos de desmoronamento, permite a abertura de suas portas para a chegada de novos atores, munidos pelo desejo de contribuírem com este processo que nos pareceu tão intenso e singular. Criou-se, assim, uma outra atmosfera no casarão, que, antes sombrio pelo seu corredor escuro e fechado por anos de esquecimento, agora presencia uma nova fase, reencontrando finalmente seu lugar na história de Belo Horizonte. Neste processo, percebemos ao longo de visitas realizadas ao local que junto as oficinas colaborativas foram agregadas outras ideias, que confluem para um processo que mencionamos rapidamente na introdução deste estudo: a junção de antigas e novas memórias no casarão. A este respeito cabe destacar um último registro, em 2017 ocorreu uma reformulação das atividades do Núcleo Antimanicomial sendo desenvolvido então o Projeto Criar Cura. A iniciativa surgida no final daquele ano traz como ponto principal a parceria com o CEPAI e se divide entre encontros com adolescentes internados no local, para pequenas atividades de arte terapia e com as mães ou responsáveis pelos mesmos, cujo momento se converte tanto em rodas de conversas quanto nas oficinas de culinária realizadas na cozinha comum, espaço que foi cuidadosamente preparado ainda durante as obras de restauro do telhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos elucidar a importância das ações insurgentes na preservação de bens de natureza histórica e arquitetônica a partir do surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte. Para tanto, nosso marco inicial alicerçou-se numa tentativa de conceituar e compreender o universo dos movimentos de ocupação como uma tática potente na construção dos processos de luta urbana e social, sendo assim foi apresentada a origem das ocupações a imóveis abandonados, a qual se firma no contexto europeu do pós guerra entre as décadas de 1960 a 1970. Na época notou-se a forte influência de grupos anarcopunks europeus neste processo, os quais buscavam estabelecer nos imóveis ocupados, através de princípios anarquistas de autogestão e horizontalidade não só espaços de moradia, mas também um lugar onde pudessem expressar sua arte e construir uma vida em comunidade. Se na Europa percebermos que a construção das ocupações caminhou entre uma tentativa autônoma de combater um déficit habitacional, e a busca por modos de vida alternativos, no Brasil percebemos que tal empreitada se estabeleceu de maneira diferente, o que pode ser justificado pelo contexto severo de desigualdades sociais as quais o país sempre enfrentou ao longo de sua história. Sendo assim, o surgimento de movimentos autônomos no país principalmente durante a segunda metade da década de 1970, também época em que ocorria o Regime Militar no país, além da demanda por moradia, trazia também iniciativas ligadas a resolução de outros problemas, principalmente nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Estes pontos iniciais foram de grande relevância quando num segundo momento retomamos as insurgências, agora num contexto recente caracterizado por uma luta global, com pautas diversificadas e ocupações a espaços públicos, prática que se tornou símbolo deste acontecimento aliada também a recursos muito mais dinâmicos como a comunicação via internet, através das redes sociais como Facebook e Twitter. No Brasil este processo encontra nas “Jornadas de junho” de 2013 um evento de grande singularidade com o fortalecimento da multidão, num momento de disputas complexas. Já em Belo Horizonte, nos detemos no surgimento de ações autônomas as quais já vigoravam na cidade muito antes de junho de 2013 e que traziam como ponto central de sua origem o desejo de construir uma cidade democrática. Neste aspecto abordamos brevemente ações variadas entre ocupações a espaços públicos, ou por moradia as quais tiveram sempre como ponto forte o fazer coletivo.

Percebemos que ações que reivindicavam o espaço urbano já faziam parte da história de Belo Horizonte, fato constatado quando nos debruçamos sobre nosso segundo ponto de discussão neste estudo: o desenvolvimento das política de patrimônio cultural no município. Este campo se incorporou as lutas urbanas principalmente entre as décadas de 1970 a 1980, quando grupos autônomos notaram grande incidência de verdadeiros crimes contra a história da cidade, o que resultou na construção da política de proteção aos bens de natureza arquitetônica e cultural com a criação do CDPCM na década de 1980.

Este caminho a partir do qual construímos este estudo nos pareceu complexo inicialmente, mas se mostrou necessário devido ao objeto de pesquisa escolhido, que em sua essência insurgente nos levou a desenvolver uma perspectiva ampliada do campo do patrimônio aliada intimamente a cidade que o comporta.

Assim vemos o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela, num imóvel tombado pelo município e impregnado de memórias relevantes ligadas principalmente a história da saúde mental infantil no Estado de Minas Gerais. A iniciativa do grupo de ativistas que ocupou este local já bastante deteriorado pelo tempo e com riscos de desabamento representou um ato de coragem e ao longo das visitas ao campo de pesquisa, notávamos demandas que, além de aliadas à construção de um centro cultural autogerido, articulavam-se também para o restauro coletivo do imóvel. Compreendemos que, o sentido do campo do patrimônio cultural funde-se a insurgência ao ser personificado na recomposição da memória do casarão, com isso a produção do comum no ato de conservar alia-se não só ao direito à cidade, mas reforça sobretudo o direito ao patrimônio em sua forma mais autêntica.

Assim percebe-se que a ocupação cultural constrói seus alicerces pelo valor de uso que neste caso se sobrepõe ao valor de troca, nesta medida compreendemos que a contribuição que este estudo traz ressoa na possibilidade de elaboração de outras alternativas de cuidado com bens arquitetônicos e tombados.

Desta forma respondemos o nosso questionamento inicial quando das reflexões que suscitaram a escolha do objeto de pesquisa: De que maneira os movimentos insurgentes contribuem para a preservação do patrimônio cultural edificado?

Vimos que o Espaço Comum Luiz Estrela como uma ação autônoma funcionou verdadeiramente como um elemento capaz de conservar o imóvel tombado que o abriga, apesar dos desafios diários encontrados já que os recursos financeiros dispendidos nesta

empreitada são captados de forma árdua. Outro fato que gostaríamos de registrar é que apesar disso a ocupação representa uma prática importante neste caso, já que trabalha o sentido de pertencimento, elemento imprescindível para que se desperte na sociedade a consciência de continuidade de seus elementos históricos. Contudo percebemos que as reflexões aqui elucidadas provocam ainda um outro ponto de discussão: De que forma as práticas fomentadas pelo Espaço Comum Luiz Estrela para o cuidado com o imóvel ocupado podem se tornar um instrumento a ser integrado na política de preservação do patrimônio cultural no município?

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Christianne, BORGES, Sheila. *O # Ocupe Estelita e a nova agenda política no Recife*. Revista Passagens Programa de Pós- graduação em Comunicação – UFC, 2015, Fortaleza- CE, n.2, v.6, p. 91-107, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/view/2474>> Acesso em junho de 2018
- ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Revista Lua Nova, São Paulo, n.76, p.49-86 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2017.
- ALVES, Alice Nogueira. *Os valores dos monumentos: a importância de Riegl no passado e no presente*. Encontro Patrimonialização e Sustentabilidade do Patrimônio: Reflexão e Prospectiva, Lisboa, Portugal 27 e 29 e novembro de 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/15658091/Os_Valores_dos_Monumentos_a_Import%C3%A2ncia_de_Riegl_no_Passado_e_no_Presente_-_2014> Acesso em maio de 2017
- ALVES, Giovanni. *Ocupar Wall Street... e depois?* In: HARVEY, David; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Triste horizonte*. In: Discurso de primavera e algumas sombras. Rio de Janeiro: Record, 2006
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; BOTELHO Tarcísio R. *Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte*. Revista Sociedade e Cultura, v.8, n.2. Goiânia, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1014/1210>> Acesso em: março 2017
- ANDRÉS, Roberto. *A hora do Estrela- Saraus, bordado e kung fu na ocupação de um velho manicômio*. Revista Piauí, dezembro de 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-hora-do-estrela>> Acesso em março de 2016
- ANEAS, Augusto, ROLNIK, Raquel. *São Paulo ganha o Parque Augusta finalmente*. Arch Daily Brasil, 14 ago 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/900128/sao-paulo-ganha-o-parque-augusta-finalmente>> Acesso em novembro de 2018

ARAÚJO, Laura Alves, NEVES, Helen C.Solis. *Soberania popular, instrumentos democráticos e a constituição via facebook*. Revista Jurídica Iuris in mente, Itumbiara-GO, n.2, jan-jun 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/2730-10919-1-PB%20(1).pdf> Acesso em maio de 2017

ARAÚJO, Maria Marta Martins de. *A vida nos subúrbios: memórias de uma outra Belo Horizonte*. Revista Caderno de História, Belo Horizonte, v.2, n.3, out.1997 p. 50-56. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1677/0>> Acesso em: novembro de 2017

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. Juiz de Fora: Geração Editorial, 2013.

ARGAM, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. Tradução [de] Pier Luigi Garra. São Paulo: Martins Fontes, 2005

ARGILÉS, Ramon Adell. *La vivienda sí preocupa: ocupantes y okupas*. Revista Libre Pensamiento, n.54, 2007. Disponível em :< <http://uam.aibr.org/2.pdf> > Acesso em: dezembro de 2016

ARGUILÉS, Ramon A., LÓPEZ, Miguel M. *Dónde estan las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. Madri: Catarata, 2004. Cap.2. Disponível em: <http://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/2004_Donde_estan_las_llaves_Catarata.pdf> Acesso em: agosto de 2016

AVRITZER Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010

AZEVEDO, Sergio de. *Políticas públicas e governança em Belo Horizonte*. Revista Caderno Metrópole, n.3. São Paulo, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/9328-23253-1-SM%20(3).pdf> Acesso em: janeiro de 2017

BABO, Isabel; SILVA, Célia Taborda. *Redes sociais e mobilizações públicas*. O movimento de “15 de setembro”. In: Congresso de investigação qualitativa em Ciências Sociais. 2016. v.3. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/941-Texto%20Artigo-3713-2-10-20170615.pdf> Acesso em: novembro de 2017

BARBARRUSA, Virgínia G. *Okupación y movimiento vecinal*. In: ARGUILÉS, Ramon A., LÓPEZ, Miguel M. *Dónde estan las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. Madri: Catarata, 2004. cap.4, p.115-122. Disponível em:

<<http://studylib.es/doc/8023567/%C2%BFd%C3%B3nde-est%C3%A1n%E2%80%A6-m1--filmar->> Acesso em: abril de 2016

BARBOSA, David Tavares. *Ocupe EStelita: Fé, palavras e ações na política urbana da cidade de Recife*. XVIII Enanpur São Paulo 2017. Disponível em <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-03.pdf> Acesso em: novembro de 2017

BATISTA, Cláudia P. *Transformações e permanências na paisagem da Serra do Curral*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia, Programa de pós graduação em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004 apud EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. *Proteção da natureza e produção da natureza: política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina*. 2012. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Programa de pós graduação em Geografia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2012. Disponível:<file:///C:/Users/windows/Downloads/disserta__o_ana_carolina_euclydes.pdf> Acesso em:janeiro de 2017

BELISÁRIO, Adriano. *Squatters unem cultura punk e anarquismo*. Blog. 2016. Disponível em:<<https://anarquiabarbarie.wordpress.com/tag/okupas-e-squatters/>> Acesso em: 16 mar.2018.

BELO HORIZONTE. *Deliberação nº 136 de 2014, 23 de outubro de 2014*. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte n.4671, 28 de outubro de 2014. Disponível em<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1131212>> Acesso em: março de 2018

BELO HORIZONTE. *Edital nº 24 de 2011, 14 de dezembro de 2011*. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte n. 3973, 22 de dezembro de 2011. Disponível em:<<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1071639>> Acesso em: dezembro 2017

BELO HORIZONTE. *Decreto 13.863 de 29 de janeiro de 2010*. Institui a Comissão Especial de regulamentação de eventos na Praça da Estação e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte n.3616, 29 de janeiro de 2010. Disponível em:<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>> Acesso em: janeiro de 2018

BELO HORIZONTE. *Decreto 14. 107 de 1º de setembro de 2007*. Cria o “Programa Adote um Bem Cultural” no âmbito do Município de Belo Horizonte e estabelece normas e procedimentos para parcerias entre o Poder Público Municipal e a Sociedade, no que concerne à Adoção de Bens Culturais e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1042473>> Acesso em: setembro de 2016

BELO HORIZONTE. *Decreto nº 15.158 de 1º de março de 2013*. Regula a Lei nº 10499 que institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Disponível: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belohorizonte/decreto/2013/1515/15158/decreto-n-15158-2013-regulamenta-a-lei-n-10499-12-que-institui-o-fundo-de-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-belo-horizonte>> Acesso: fevereiro de 2017

BELO HORIZONTE. *Decreto nº 16.184, de 23 de dezembro de 2015*. Regulamenta a notificação, a reclamação contra o lançamento, a concessão de benefícios, e o recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - TCR, da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte - TFAT e da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CCIP referentes ao exercício de 2016. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1173478>>. Acesso em: dezembro de 2017

BELO HORIZONTE. *Decreto nº 6.337, de 21 de setembro de 1989*. Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisardecreto/6337/1989>> Acesso em: novembro de 2017

BELO HORIZONTE. *Deliberação nº 051 de 18 de maio de 2016*. Estabelece critérios para a definição de contrapartidas relativas ao patrimônio cultural. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.method=DetalheArtigo&pk=1163411>> Acesso em: junho de 2017

BELO HORIZONTE. Diretoria de Patrimônio de Belo Horizonte. *Guia de Bens tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2006

BELO HORIZONTE. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste /* coordenadores, ARREGUY, Cintia A. Chagas, RIBEIRO, Raphael Rajão. – Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. 76 p

BELO HORIZONTE. *Incentivos gerais à proteção cultural em Belo Horizonte*. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/patrimonio/incentivos>> Acesso em: novembro de 2016

BELO HORIZONTE. *Lei nº 10.499, de 2 de julho de 2012*. Institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2012/1049/10499/lei-ordinaria-n-10499-2012-institui-o-fundo-de-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-belo-horizonte-fppc-bh>> Acesso em: fevereiro de 2017

BELO HORIZONTE. *Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996*. Institui o Plano Diretor do município de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica>> Acesso em: dezembro de 2016

BELO HORIZONTE. *Lei nº 9000 de 29 de dezembro de 2004*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2004/900/9000/lei-ordinaria-n-9000-2004-institui-o-registro-de-bens-culturais-de-natureza-imaterial-e-da-outras-providencias>> Acesso em: maio de 2018

BERQUÓ, Paula Bruzzi. *A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: Entre rastros e emergências* – Belo Horizonte/ Minas Gerais. 2015. 509f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2015.

BHIR, Alain. *Da Puerta del Sol à Wall Street*. Tradução [de] Fábio Mascaro Querido. Lutas Sociais, n.31, v.17. São Paulo p. 75-86 jul/dez 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/25724/18360>> Acesso em: outubro de 2017

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. Tradução [de] Carmem C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 11ª edição (português).

BOSQUET, Oliver Klein. *El movimiento de los indignados: desde España a los Estados Unidos*. Revista El Cotidiano, n.173, México 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/325/32523131010.pdf>> Acesso em: março de 2017

BRASIL. *Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em: fevereiro de 2016

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: janeiro de 2016

BRASIL. *Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acesso em: março de 2016

BRASIL. *Lei 10257 de 10 de junho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.html> Acesso em: novembro de 2016

BRIGADAS POPULARES. *Como organizamos as Brigadas Populares*. [2017]. Disponível em: < <https://brigadaspopulares.org.br/como-nos-organizamos/>> Acesso em: novembro de 2017

BRINGEL, Breno. *O Brasil na geopolítica da indignação global*. Jornal Brasil de Fato 23 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/13374/>> Acesso em: 10 de janeiro de 2018

BRINGEL, Breno; PLAYERS, Geoffrey. *Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil*. Revista brasileira de Ciências sociais,

v.30, n.18. São Paulo, junho de 2015. Disponível :< www.anpocs.org.br> Acesso em: dezembro de 2017

BRUM, Maurício Marques; CARGNELUTTI, Camila Marchesan. *Os indignados da Espanha: um olhar sobre a cobertura e as repercussões dos atos do Movimento 15-M no diário El País*. Revista Temática: Núcleo de arte, mídia e informação digital – UFPB, João Pessoa, ano 11.p. 75- 86, jan. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/22681>>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

BUENO, Cris. *Ocupe Estelita: Movimento social e cultural defende marco histórico de Recife*. Revista Ciência e Cultura, São Paulo v.66, n.4 out/ dez 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252014000400003>. Acesso em: novembro de 2017

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CALABRE, Lia *Conselhos de Cultura*. Salvador BA, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/conselhos_de_cultura.pdf> Acesso em: janeiro de 2018

CAMARGO Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2005.

CARVALAHES, Clarissa. “Chance de abrirem os antigos porões”, diz o psiquiatra. Hoje em Dia Belo Horizonte 28 nov 2013. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/chance-de-se-abrirem-os-sombrios-por%C3%B5es-diz-psiquiatra-1.224720>> Acesso em maio de 2017

_____. *Governo recua e já admite nova destinação para o casarão*. Hoje em dia Belo Horizonte 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/governo-recua-e-j%C3%A1-admite-novadestina%C3%A7%C3%A3o-para-casar%C3%A3o->>. Acesso em: 4 de janeiro de 2017

CASARÕES, Guilherme Stole; SALLUM Brasilio. *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*. Revista Lua Nova, n. 82, p.163-200. São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>> Acesso em: setembro de 2017

CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político: cidade em questão*. Lisboa: Afrontamento, 1973

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zarar, 2013

CASTRIOTA Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009

CASTRIOTA, Leonardo, BRAGA, Gabriel. *Patrimônio Insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI*. In: Congresso Contested Cities Barcelona, julho de 2016. Disponível em: < <http://contested-cities.net/working-papers/2016/patrimonio-insurgente-estetizacao-e-resistencia-cultural-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi>> Acesso em: dezembro de 2017

CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006

CASTRO, Maria Ângela Reis. *Guia dos Bens Tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Lastro, 2006.

CATTANEO, Cláudio; TUDELA, Henrique. *El carrer es nostre! The autonomous movement in Barcelona, 1980-2012*. In: STEEN, Bart van Dee; KATZEFF, Ask .et al. *The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present*. Estados Unidos: PM Press, 2014. 3 cap. p.95-129. Disponível em: <<https://en.squat.net/wp-content/uploads/en/2014/12/TCiO.pdf>> Acesso em: março de 2016

CHAIA, Miguel. *Artivismo política e arte hoje*. Revista Aurora, n.1. São Paulo 2007. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/6335/4643>> Acesso em: janeiro de 2018

CHAUÍ, Marilena. *Pela responsabilidade intelectual e política*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marilena-chauí-pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>> Acesso em: julho de 2016

CHEREM, Carlos Eduardo. *Após nove dias de ocupação manifestantes deixam Câmara municipal de Belo Horizonte*. Portal Uol, 7 de julho de 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/07/apos-nove-dias-de->

ocupacao-manifestantes-deixam-camara-municipal-de-belo-horizonte.htm> Acesso em: dezembro de 2017

CHOAY Françoise *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução [de] Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TORRES, Ricardo. *O caso Ocupe Estelita e a emergência de novas vozes no debate político*. Revista Esferas, n.7, jun/ dez 2015. Brasília. Disponível em: < <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/6330/4366>> Acesso em: novembro de 2017

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, Brasília, 2012 p. 149-167. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf> Acesso em: março de 2016

CIRINO, Oscar. *O descaminho daquele que conhece*. Fascículos FHEMIG, Belo Horizonte n.7 p. 39-83. 1992

COLETIVO MARGARIDA ALVES. *Quem somos*. [2017]. Disponível em: <<http://coletivomargaridaalves.org/quem-somos/>> Acesso em: novembro de 2017

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto- a imprensa e o poder nos anos Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

CORREIA, Ana Paula de Santana. *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo – Guarulhos/ São Paulo*. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulheres-da-periferia-em-movimento-um-estudo-sobre-outras-trajetc3b3rias-do-feminismocorreia-dissertac3a7c3a3o.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

CUNHA, Flávio Saliba. *Patrimônio Cultural e gestão democrática em Belo Horizonte*. Revista Varia História, Belo Horizonte n. 18, set/ 97 p. 83-98. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279f9645bf21466171455e/1462214550809/06_Cunha%2C+Flavio+Salina.pdf> Acesso em: janeiro de 2017

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *O comum, um princípio político*. Revista O olho da história n.22 abril de 2016. Disponível em: < <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlcomum.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2018

DAVIS, Mike. *Chega de chiclete*. In: HARVEY, David.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et all. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012 *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. *Respeitável público...Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013*. Revista Novos Estudos CEBRAPE, n.97, nov.2013,p.4355.Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002013000300004>Acesso em: setembro de 2017

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. *Proteção da natureza e produção da natureza: política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina*. 2012. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Programa de pós graduação em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/disserta__o_ana_carolina_euclydes.pd> Acesso em: janeiro de 2017

FARIA Daniela, FRANZONI, Julia Ávila. *E agora, Izidora?*. Blog In Debate 2017. Disponível em: < <http://indebate.indisciplinar.com/2017/02/15/e-agora-izidora/>> Acesso em: 16 mar.2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Pensamento e práticas insurgentes – Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

FERREIRA, Bárbara. *Ocupação Tina Martins tem programação cultural este fim de semana*. Jornal O Tempo. 11 de março de 2016. Belo Horizonte.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Lar Abrigado do Centro Psicopedagógico*. Belo Horizonte: Fhemig, 1998. 5p. (impresso)

FIRMINO, Hiram. *Nos porões da loucura*. Rio de Janeiro: Codecri Ltda, 1982

FONSECA Londres Maria Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória na política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, n.41, 2001 p. 23-32. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>> Acesso em: dezembro de 2017

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. *Política da Preservação do patrimônio cultural de Belo Horizonte*. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/patrimonio/politicadeprotecao>> Acesso em: janeiro de 2018

GERAÇÃO À RASCA. *Manifesto*. Disponível em: < <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/portugues/>> Acesso em: novembro de 2016

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, SILVA, Eutalita Bezerra da. *Cais José Estelita (PE) em disputa: o discurso de Carta Capital acerca do conflito ambiental*. 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – Palhosa Unisul nov 2016. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2016/paper/viewFile/146/80>> Acesso em: março de 2017

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, n.47, v.16, maio/ agosto 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017

_____. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. Revista Caderno CRH, Salvador, n. 71, v.27, p.431-441, maio/agosto 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: janeiro de 2018

GOMES, RODRIGO. *Dória e construtoras assinam termo de criação do Parque Augusta sem mensurar valores*. Rede Brasil Atual, 4 de agosto de 2017. Disponível em:<<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/08/doria-e-construtoras-apresentam-termo-para-criacao-do-parque-augusta-sem-mensurar-valores>> Acesso em: 10 de dezembro de 2017

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Os primórdios da psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880)*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v.6, n.1 p.60-77. jan/jun

2013. Disponível: <file:///C:/Users/windows/Downloads/sbhc%202013_1%20Monique%20de%20Siqueira%20Goncalves.pdf> Acesso em: novembro de 2017

GUIMARÃES, Elian. *Bh reconhece três comunidades quilombolas como patrimônio cultural*. Estado de Minas, Belo Horizonte 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/12/interna_gerais,930433/bh-reconhece-tres-comunidades-quilombolas-como-patrimonio-cultural.shtml> Acesso em: maio de 2018

GUIMARÃES, Mariana Brandão, SOARES, Carolina Pereira. *A política de proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte*. In: Simpósio Científico Icomos Brasil, 2017 Belo Horizonte. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/60257.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

HAMANN, Cristiano et al. *Movimentos de ocupação urbana: Uma integração teórica através do conceito de happening*. Revista Diálogo, Canoas, RS, n. 23, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diialogo/article/view/929>>. Acesso em: abril de 2016

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Tradução [de] Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. 2ª edição

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução [de] Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Condição pós moderna- Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1998. 7ª edição.

_____. *Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis*. In: _____.; DAVIS, Mike.; ZIZEK, Slavoj et al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial,

HOJE EM DIA. *Cultura cigana é reconhecida como patrimônio imaterial de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. 22 out. 2014. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/almanaque/cultura-cigana-%C3%A9-reconhecida-como-patrim%C3%B4nio-imaterial-de-belo-horizonte-1.281523>> Acesso em: fevereiro de 2018

HOJE EM DIA. Marcas da tortura no Hospital Militar da Força Pública. Belo Horizonte 23 nov. 2013. Disponível em: < <https://www.hojeemdia.com.br/marcas-da-tortura-no-hospital-militar-da-for%C3%A7a-p%C3%BAblica-1.224093>> Acesso em dezembro de 2015

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução [de]. Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. *Ditadura e Insurgência na América Latina: psicologia da libertação e resistência armada*. Revista Psicologia: Ciência e profissão, v. 37, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0028.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2017

INFORMATIVO SANTA EFIGENIA. Espaço Comum Luiz Estrela- É hora de abrir as portas. Belo Horizonte, ano 2, agosto de 2017. Impresso

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. *Guia dos bens de bens tombados. Belo Horizonte, 2014*

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Finalistas da 30ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade são anunciados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pa/noticias/detalhes/4261/finalistas-do-30a-edicao-do-premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-sao-anunciados>>. Acesso em: Agosto de 2017

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80*. BIB, Rio de Janeiro, n.23, p. 18-34, 1º semestre. 1987. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-23/387-movimentos-sociais-urbanos-no-brasil-reflexao-sobre-a-literatura-nos-anos-70-e-80/file>> Acesso em: setembro de 2017

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. Tradução [de] Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAYME, Gonzaga Juliana, TREVISAN Evelini. *Intervenções urbanas usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte*. Revista Civitas - Porto Alegre, v.12, n.2 mai-ago2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/11933/8133>> Acesso em: maio de 2017

JORDÁN, Javier. *Las nuevas insurgências: análisis de un fenómeno estratégico emergente*. Anuario de Derecho Internacional, v.24 p.271-298, 2008. Disponível em: <<http://www.ugr.es/~jjordan/2.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília:MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf> Acesso em: janeiro de 2016

KADIR, Nazima. *Myth and reality in the Amsterdam squatters' movement, 1975- 2012*. In: STEEN, Bart van Dee; KATZEFF, Ask .et al. *The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present*. Estados Unidos: PM Press, 2014. 1 cap. p. 21-61 Disponível em:<<https://en.squat.net/wp-content/uploads/en/2014/12/TCiO.pdf>> Acesso em: abril de 2016

KATSIAFICAS George, Preface. In: STEEN, Bart van Dee, KATZEFF Ask . et al. *The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present*. Estados Unidos: PM Press. 2014. Disponível em: < <https://en.squat.net/wp-content/uploads/en/2014/12/TCiO.pdf>> Acesso em: abril de 2016

KLEIN, Sarah. *Ocupações: agitação civil na Alemanha*. Revista do Goethe Institute.Tradução [de] Soraia Vilela. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/21259694.html>> Acesso em: março de 2018

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução [de] Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008. 5ª edição

LEVY, Dan Rodrigues; LIGUORI, Carla. *A proteção do meio ambiente urbano frente ao processo de urbanização neoliberal em São Paulo: O caso do Parque Augusta*. In: Encontro Internacional do Conpedi, n.5, Montevideu- Uruguai 2016. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/66711vq3/H93x8Or85ThrmKS.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

LIBÂNIO, Clarice, MORADO, Nascimento Denise. *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Favela é isso aí. 2016

LIMA, Andressa Lidicy Morais. *Okupar, resistir e insistir: Uma etnografia das práticas de ocupação urbana – Fortaleza/ Ceará*. 2012.168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <file:///C:/Users/windows/Downloads/AndressaLML_DISSERT%20(1).pdf> Acesso em: setembro de 2017

LIMA, Jean Cassio; AMORIM, Marcela Sampaio. *A produção do espaço da Praça da Estação em Belo Horizonte (MG) e dos equipamentos de seu entorno ao longo da história da cidade*. In: I Simpósio Mineiro de Geografia, das diversidades à articulação geográfica, Alfenas- MG maio de 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Jean%20C%C3%A1ssio%20Lima.pdf> Acesso em: outubro de 2017

LIMA, Juliana Domingos de. *Quais são as disputas em torno do Projeto Novo Recife*. Nexo 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/20/Quais-as-disputas-em-torno-do-Projeto-Novo-Recife> Acesso em: novembro de 2018

LIPPI, José Raimundo da Silva. *Pequeno Histórico da Psiquiatria Infantil em Minas Gerais, do médico feiticeiro à psiquiatria: a assistência, a pesquisa e o avanço científico*. Revista Psychiatry on line Brasil, v.22, novembro de 2017. Disponível em: <https://www.polbr.med.br/ano15/wal1115.php> Acesso em: dezembro de 2017

LÓPEZ, Miguel Martínez. *Del urbanismo a la autogestion: una historia possible del movimiento de okupacion en España*. In: ARGUILÉS, Ramon Adell, LÓPEZ, Miguel Martínez. *Dónde estan las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. Madri: Catarata, 2004. 2 cap. p. 61-86 Disponível em: <http://studylib.es/doc/8023567/%C2%BFd%C3%B3nde-est%C3%A1n%E2%80%A6m1--filmar-> Acesso em : abril de 2016

LOTT, Wanessa Pires; JESUS, Cláudio Roberto de. *As políticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte: a questão do tangível e do intangível*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina- PR. Disponível em: < http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1050.pdf> Acesso em: agosto de 2017

LOTT, Wanessa Pires; JESUS, Cláudio Roberto de. *A construção do outro nas políticas patrimoniais de Belo Horizonte*. Revista Fórum Patrimônio, 2011. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/2> Acesso em: abril de 2017

LYRA, Carla. # *Ocupe Estelita: a resistência cultural pelo direito à cidade*. Revista Políticas Públicas e Cidades, 2015, São Luís – MA n.3, v. 3, p. 93-107, 2015. Disponível em: < <http://periodico.revistappc.com/index.php/RPPC/article/view/22>> Acesso em junho de 2017

MACHADO, Heloísa Guaracy; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L. *A recuperação urbana da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana*. Revista Caderno de História, Belo Horizonte n.3,v.2, p.37-49, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/viewFile/1683/1797> > Acesso em: novembro de 2017

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*.1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>> Acesso em: janeiro de 2018

MAGNI, Teodoro. *O direito ao patrimônio em Belo Horizonte: A institucionalização das práticas e a proteção do Bairro Floresta*. 2012. 262f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais e Gestão das Cidades, Programa de Pós graduação em Ciências Sociais). - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MARICATO, Hermínia. *É a questão urbana, estúpido!* In: _____ *et al Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos avançados, São Paulo, n.48, v. 17, maio/ agosto, 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200013>. Acesso em: 20 de maio de 2017

_____. *Política habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro a crise econômica*. Petrópolis- RJ: Vozes, 1987.

MARTINS, Celso. *Árvore sobe pelas paredes de imóvel público em Belo Horizonte*. Jornal Hoje em dia, Belo Horizonte 2 ago. 2012. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/%c3%a1rvore-sobe-pelas-paredes-de-im%c3%b3vel-p%c3%bablico-em-belo-horizonte-1.20260>>. Acesso em: 4 de janeiro de 2017

MATOS, Olgária Chain Féres. *Tardes de maio*. Tempo Social. Rev. Sociol., São Paulo, n.10, p.13-24. Outubro de 1998. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a02.pdf> > Acesso em: dezembro de 2017

MAYER, Joviano G. Maia. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. 2015. 288 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015

_____. *Cidade empresa, crise urbana e luta pela moradia após as jornadas de junho de 2013*. Revista Conexões Geraes. CRESS – MG, n.4, Belo Horizonte 2013. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/33> > Acesso em: março de 2017

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. *Desafios éticos e políticos no vídeo Vida Estelita, subjetividades políticas em devir*. Revista Galáxia, n.3p 52-64, ago. 2016. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/23802> > Acesso em: novembro de 2017

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Tradução [de] Suely Bastos. Revista Lua Nova, São Paulo, n.17, p. 49-65. Junho 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004 > Acesso em: dezembro de 2017

MENDES, Andreia Lanna, GONTIJO, Gerusa Guimarães. *Fragilidades do instrumento de tombamento da Serra do Curral*. In: III Colóquio Ibero Americano, Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte 15 a 17 de setembro de 2014. Disponível:<<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/96/fragilidades-do-instrumento-de-tombamento-da-serra-do-curral>> Acesso em: abril de 2017

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Singularidades e identidade nas manifestações de 2013*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 66, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742017000100130&sc>> Acesso em: setembro de 2017

MIGLIANO, Milene. *Praia da estação como ação política: relato de experiências, envolvimento e encontros*. In: *Corporicidade* 3, 2012, Salvador – BA. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf> Acesso em junho de 2016

MIRANDA, André de Souza. *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Programa de Pós- graduação em Arquitetura). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; FRAGA, Moisés Noé. *Sociedade Global e movimentos sociais em rede: expansão da democracia?* n.31, v.16 João Pessoa, p. 1-27. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/34017> > Acesso em: janeiro de 2018

MORETZSOHN, Joaquim Affonso. *História da psiquiatria mineira*. Belo Horizonte: Coopemed, 1989

MOREIRA, Juliana Maria Brandão. *Arquitetura que enlouquece: Poder e arqueologia*. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia, Programa de Pós- graduação em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MOTTA, Lia. *A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global*. In: ARANTES, Antônio Augusto (org). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. *MBL, essa luta é pra valer!* [2017]. Disponível: < https://www.mlbbrazil.org/our_team> Acesso em: novembro de 2017

NASRAUI, Luiza Alves de Souza, LUCIO, Carlos Frederico. *Augusta cidade: um parque apropriado?* In: Seminário de Iniciação Científica, São Paulo 27 de outubro de 2016.

Disponível em:< http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/semic_2016_-_luisa_nasraui.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2017

NICHEL, Andressa; OLIVEIRA, Gislaine Ferreira. *A experiência de construção da nova constituição da Islândia: perspectivas constitucionais contemporâneas que privilegiam a colaboração*. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 3, 2015, Santa Maria- RS. Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria- RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2015. p.1-15. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-2.pdf>> Acesso em: janeiro de 2018

NUNES, F, Augusto. *Centro Psíquico da Adolescência e Infância – um desenho organizacional: saúde mental, educação cultura e inclusão social*. Revista de Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes. Belo Horizonte, v.7, n.13 jan- dez 2007. Impresso

OLIVEIRA, João Cesar Abreu de, MITIDIERO, Marco Antônio. *Igreja e movimentos sociais: o papel das CEB's e a luta pela moradia na cidade do Crato- Ceará*. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v.03, n.02. Recife, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5842602>> Acesso em: maio de 2017

O TEMPO. *Coletivo anuncia suspensão da reintegração de posse do Luiz Estrela*. Belo Horizonte 8 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://www.otempo.com.br/cidades/coletivo-anuncia-suspens%C3%A3o-da-reintegração -de.-posse-do-luiz-estrela-1.743593](http://www.otempo.com.br/cidades/coletivo-anuncia-suspens%C3%A3o-da-reintegra%C3%A7%C3%A3o-de-posse-do-luiz-estrela-1.743593)>. Acesso em: 4 de janeiro de 2016

PAÍS, José Machado. *De uma geração rasca a uma geração à rasca*. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 2014

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *A formação urbana e social da Nova Capital de Minas Gerais: hierarquização e estratificação do espaço belo-horizontino no início do século XX (1897-1930)*. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS: Espaço e território no pensamento brasileiro: história, ciências sociais e questões de pesquisa. Águas de Lindóia- SP. 2013. Disponível em: < <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st06/8416-a-formacao-urbana-e-social-da-nova-capital-de-minas-gerais->

hierarquizacao-e-estratificacao-do-espaco-belorizontino-no-inicio-do-seculo-xx-1897-1930/file> Acesso em: setembro de 2017

PENNA, Alícia Duarte. *Belo Horizonte: um espaço infiel*. Revista Varia História, Belo Horizonte n. 18, set/ 97 p. 101-121. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279fa945bf214661714638/1462214570325/07_Penna%2C+Alicia+Duarte.pdf> Acesso em: janeiro de 2017

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. *Belo Horizonte ou estigma da cidade moderna*. Revista Varia História, Belo Horizonte n. 18, set/ 97 p. 61-66. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57279f6645bf214661714330/1462214502766/04_Pimentel%2C+Thais+Velo+Cougo.pdf> Acesso em: janeiro de 2017

PLEYERS, Geoffrey. *Ativismo nas ruas e on line dos movimentos pós 2011*. Revista Lutas Sociais, São Paulo v. 17, n.31, pp 87- 96, jul/dez 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25725>> Acesso em: novembro de 2017

PONGE, Robert. *1968, dos movimentos sociais à cultura*. Revista Organon, Porto Alegre, n.47, p.39-55, jul/dez 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29507/18192>> Acesso em: novembro de 2017

PONTES, Rúbia Marcussi. *Ascensão e queda: impactos do Welfare State na gestão da crise de 2008 na Islândia*. Revista Fronteira, n.20, v. 10.p 51-76, 2º sem 2015. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10922>> Acesso em: junho de 2018

RENA, Natacha, BERQUÓ Paula, CHAGAS, Fernanda. *Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes*. Revista Lugar Comum, n.41, p. 77-88. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <https://vdocuments.mx/lugar-comum-revista-completa-no-41.html>> Acesso em: abril de 2017

_____. *Arte, espaço e biopolítica*. In: OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena; _____ (orgs). *Arte e espaço uma situação política do século XXI*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016.

RESENDE, Heitor. *Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica*. In: TUNDIS, Silvério Almeida e COSTA, Nilson do Rosário (orgs). *Cidadania e loucura políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis, Vozes Editora, 1997

REVISTA ORG & DEMO. Marília- SP: Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP, v.15,n.1, p. 133-140, 2014. Resenha de: SILVA, Cláudio Rodrigues. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem – teto*. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/3986/2977>> Acesso em: novembro de 2017

RICCI, Rudá e ARLEY Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: essência e gênese*. Tradução [de]. Leonardo Barci Castriota, 2013

RODRIGUES, Guilherme de Abreu B. Lima. *O caso Izidora: as ocupações urbanas e a reprodução do espaço em Belo Horizonte*. Belo Horizonte. 2016.118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMDAKMP8C/disserta__o_guilherme_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: agosto de 2018

ROLNIK, Raquel. *Parque Augusta e o sentido do público*. Revista Arquitectos, ano 15, São Paulo. Março de 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5461>> Acesso em: novembro de 2017

RUBINO, Silvana. *O mapa do Brasil no passado*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n.24, p. 97-106. 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>> Acesso em: janeiro de 2017

RUDY, Cleber. *Urbana subversão: a prática squatter no Brasil*. Revista O Olho da História, Salvador –BA, n.17. dezembro de 2011. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/cleber-1pdf>>. Acesso em outubro de 2018

SELDIM, Cláudia. *Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do squat Kunsthaus Tacheles em Berlim*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Reg., Recife, v.17, n.3, p.65-85. set/dez 2015. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5070/4700>> Acesso em: janeiro de 2018

SILVA, Célia Taborda. *Movimentos sociais: um dos grandes desafios da Europa?*. Revista Universidade do Porto. p. 79-89. 2016. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15442.pdf>> Acesso em: junho de 2018

SILVA, Cleiton Ferreira da. *O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MBL) e a política de autogestão: análise de uma experiência no bairro da Iputinga*. Recife- PE. João Pessoa/ Paraíba. 2012.151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Programa de Pós graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/cleiton_ferreira.pdf> Acesso em: março de 2017

SILVA, Eutalita Bezerra da. *Sobre vazios à beira do rio: apontamentos acerca do caráter vacante do Cais José Estelita no jornalismo pernambucano*. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba- PR, 2017. Disponível: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0880-1.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

SILVA, Mônica Eulália. *Crianças invisíveis: reflexões sobre o percurso histórico de construção da política pública de saúde mental para crianças e adolescentes em Minas Gerais*. Perspectivas em políticas públicas, Belo Horizonte, n. 7, v.4, jan/jun 2011. Disponível em: < <http://revistapppp.uemg.br/pdf/artigo2ppp7.pdf>> Acesso em: janeiro de 2017

SILVA, Paulo Henrique. Há 30 anos, *Belo Horizonte perdia o tradicional Cine Metr pole*. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 12 mai.2013. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/almanaque/h%C3%A1-30-anos-belo-horizonte-perdia-o-tradicional-cine-metr%C3%B3pole-1.144110>> Acesso: maio de 2018

SIMÃO, Azis. *Os anarquistas: duas gerações distanciadas*. Tempo Social. Revista Sociologia. USP, São Paulo n.1, p. 57-69, 1º sem. 1989. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83320/86346>> Acesso em: março de 2017

SINGER, André. *Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, Brasil, junho de 2013 classes e ideologias cruzadas*. Novos estudos, CEBRAP, São Paulo n. 97, novembro de 2013. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101330020130003000003>. Acesso em: maio de 2017

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

SOEIRO, José. *Da Geração à rasca ao Que se lixe a Troika*: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Portugal, v.28, p.55-79. 2014. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12735.pdf>> Acesso em: novembro de 2017

SOUZA, Rafael de. *Quando novos temas entram em cena*: movimentos sociais e a “questão urbana” nos ciclo de protesto de 2013. BIB, São Paulo n.82, 2016 pp 127-152. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/previous-issues/bib-82/10584-quando-novos-temas-entram-em-cena-movimentos-sociais-e-a-questao-urbana-no-ciclo-de-protesto-de-junho-de-2013/file>> Acesso em: abril de 2017

STEEN, Bart van Dee; KATZEFF, Ask .et al. *The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present*. Estados Unidos: PM Press, 2014. Disponível em: <<https://en.squat.net/wp-content/uploads/en/2014/12/TCiO.pdf>> Acesso em: abril de 2016

SUAREZ, Joana. *Tina Martins: ocupação se muda e vira casa de referência a vítima*. O Tempo, Belo Horizonte, 4 jun.2016. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/ocupa%C3%A7%C3%A3o-se-muda-e-vira-casa-de-refer%C3%A2ncia-%C3%A0-v%C3%ADtima-1.1313675>> Acesso em: agosto de 2016

TAKAHASHI, André. *A luta de 40 anos pela implantação do Parque Augusta*. Carta Capital, 27 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-luta-de-40-anos-pela-implantacao-do-parque-augusta-1521.html>> Acesso em: fevereiro de 2017.

THIOLLENT, Michel. *Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante*. Tempo Social. Revista Sociologia, São Paulo, n.10, p.63-100. Outubro 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>> Acesso em: novembro de 2017

VASUDEVAN, Alex. *Autonomous urbanisms and the right of the city: The spatial politics of squatting in Berlin, 1968- 2012*. In: STEEN, Bart van Dee; KATZEFF, Ask .et al. *The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present*. Estados Unidos: PM Press, 2014.

VELOSO, André Henrique de Brito. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. – Belo Horizonte / Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Geografia) - 2015. Disponível em:

<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=10392263.PDF> Acesso em: outubro de 2017

VIANA, Ana Leticia Melo. *1968: Estado e liberdade*. Como a Primavera de Praga e as revoltas estudantis em Paris podem ser inseridas no contexto da Guerra Fria. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22492/1/2016_AnaLet%C3%ADciaMeloViana.pdf> Acesso em junho de 2018

VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na nova ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

VIGEVANI, Tullo. *Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto*. Revista Lua Nova, n. 17. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200006> Acesso em: março de 2017

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Tradução [de] Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ANEXO

MATERIAS NO JORNAL HOJE EM DIA SOBRE LUIZ ESTRELA

Data	Título da matéria	Link
02/08/2012 10:24	Árvore sobe pelas paredes de imóvel público em Belo Horizonte	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/arvore-sobe-pelas-paredes-de-imovel-publico-em-belo-horizonte-1.17555
26/10/2013 09:49	Moradores de comunidades de BH protestam no Santa Efigênia	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/moradores-de-comunidades-de-bh-protestam-no-santa-efigenia-1.186100
26/10/2013 17:47	Casarão de BH é ocupado e grupo quer transformar lugar em centro cultural	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/casar-o-de-bh-e-ocupado-e-grupo-quer-transformar-lugar-em-centro-cultural-1.186209
31/10/2013 19:44	Oficial de Justiça tenta retirar grupo cultural que ocupa prédio no Santa Efigênia	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/oficial-de-justica-tenta-retirar-grupo-cultural-que-ocupa-predio-no-santa-efigenia-1.188362
01/11/2013	Ocupantes de casarão abandonado no Santa Efigênia preparam ato contra desocupação	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/ocupantes-de-casar-o-abandonado-no-santa-efigenia-preparam-ato-contradesocupac-o-1.188600
01/11/2013 17:17	Governo e grupo que ocupa casarão no Santa Efigênia devem ser reunir na terça-feira	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-e-grupo-que-ocupa-casar-o-no-santa-efigenia-devem-ser-reunir-na-terca-feira-1.188711
05/11/2013 19:21	Governo analisa pedido de grupo que ocupa casarão de BH e nova reunião é agendada	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-analisa-pedido-de-grupo-que-ocupa-casar-o-de-bh-e-nova-reuni-o-e-agendada-1.190069
19/11/2013	Governo propõe que ocupantes de casarão criem grupo de negociação	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-prop-e-que-ocupantes-de-casar-o-criem-grupo-de-negociac-o-1.194364
22/11/2013	Governo se reúne com ocupantes de casarão abandonado para pôr fim a impasse	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-se-reune-com-ocupantes-de-casar-o-abandonado-para-por-fim-a-impasse-1.195249
24/11/2013	Hospital psiquiátrico infantil abrigou salas de tortura em BH	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/hospital-psiquiatrico-infantil-abrigou-salas-de-tortura-em-bh-1.195496
25/11/2013	Governo recua e já admite nova destinação para casarão	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-recua-e-ja-admite-nova-destinac-o-para-casar-o-1.195709
26/11/2013	Psiquiatra denunciou "casa dos horrores" em hospital infantil	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/psiquiatra-denunciou-casa-dos-horrores-em-hospital-infantil-1.195989

26/11/2013	Patrimônio Histórico autoriza obra emergencial no casarão da rua Manaus	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/patrimonio-historico-autoriza-obra-emergencial-no-casarao-da-rua-manaus-1.196241
26/11/2013	Marcas da tortura no Hospital Militar da Força Pública	http://www.hojeemdia.com.br/marcas-da-tortura-no-hospital-militar-da-forca-publica-1.195981
27/11/2013	Testemunhas relembram crueldades no velho casarão	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/testemunhas-relembra-crueldades-no-velho-casao-1.196312
28/11/2013	"Chance de se abrirem os sombrios porões", diz psiquiatra	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/chance-de-se-abrirem-os-sombrios-pores-diz-psiquiatra-1.196767
18/12/2013	Governo cede e casarão da rua Manaus se transformará em espaço cultural	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/governo-cede-e-casao-da-rua-manaus-se-transformara-em-espaco-cultural-1.202900
16/06/2014	Quatro artistas do Espaço Comum Luiz Estrela são presos pela PM	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/quatro-artistas-do-espaco-comum-luiz-estrela-sao-presos-pela-pm-1.248497
14/07/2014	Cineclubes aparecem como instrumento educativo, social e, muitas vezes, político	http://www.hojeemdia.com.br/almanaque/cineclubes-aparecem-como-instrumento-educativo-social-e-muitas-vezes-politico-1.254417
17/09/2014	Coletivo Mulambo espalha versos pelas ruas da capital mineira	http://www.hojeemdia.com.br/almanaque/coletivo-mulambo-espalha-versos-pelas-ruas-da-capital-mineira-1.268729
30/10/2014	Espectáculo de rua "Estrela ou Escombros da Babilônia", lembra Luiz Estrela	http://www.hojeemdia.com.br/almanaque/espetaculo-de-rua-estrela-ou-escombros-da-babilonia-lembra-luiz-estrela-1.278891
04/11/2014	Espaço Comum Luiz Estrela completa um ano com olhos no presente	http://www.hojeemdia.com.br/almanaque/espaco-comum-luiz-estrela-completa-um-ano-com-olhos-no-presente-1.279813
12/06/2015	Exemplos de quem ultrapassa barreiras e se dedica a ajudar quem precisa, criança, idoso ou animal	http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/exemplos-de-quem-ultrapassa-barreiras-e-se-dedica-a-ajudar-quem-precisa-crianca-idoso-ou-animal-1.324506

Elaborado por Barci e Braga (2016)

APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós graduação Liliane Augusta Moreira, do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura, da Universidade Federal de Minas Gerais, que pode ser contatada pelo e-mail lilianexp@yahoo.com.br e pelos telefones (31)971748215 e (31) 991618514. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com pessoas vizinhas ao Espaço Comum Luiz Estrela, visando, por parte da referida aluna a realização de sua dissertação de mestrado intitulada “Os movimentos insurgentes e o patrimônio: O surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais”.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, assegurando assim minha privacidade. A aluna providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Belo Horizonte, ____ de _____ de

APÊNDICE B - ENTREVISTA ROSANGELA MACIEL – Março de 2017

Rosangela para você o que significa estar aqui neste espaço?

Olha, significa estar muito próximo, perto, junto, somando e dividindo com esse povo lindo sabe? Que é gente como a gente, que enxerga o outro, que é muito mais ser do que ego.

E você conhecia a história da ocupação?

Eu não conhecia, eu me dediquei a minha área que é a biblioteconomia, e agora estou voltando para sensibilizar voltando para a arte né? Eu ia em uma feirinha de ocupação no Sion que é uma feirinha muito interessante é a Feira Pulga que foi elaborada inclusive pelo João Perdigão que é uma criatura linda. Você precisa conhecer essa feira.

E alguns expositores daqui estiveram lá então eu mantive contato com eles. Falaram: “Oh Rosangela vamos lá para a Feirinha Estelar”! Então, eu vim e é paixão, a gente fica muito enamorada é uma energia muito linda. A gente ganha muito com isso, meu interior fica em festa.

E a respeito do legado que o Estrela deixa para cidade, o que você pensa sobre isso?

Olha muitíssimo importante né? É um movimento importantíssimo, é um tombamento e o pessoal que está aqui por vinte anos, eles têm direito a estarem aqui dentro. Estão reformando o casarão, estão cuidando de uma série de outras coisas também. As vezes o dinheiro é até pouco entendeu? Porque a gente está precisando de muita ajuda, muita força e eu entendo assim, que o melhor de tudo isso é a construção da arte e da cultura, transformar este espaço em arte e cultura para todos.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM PATRICIA GRACE – Março de 2017

Meu nome é Patrícia, eu sou funcionária pública e tenho 42 anos e eu vejo isso que a gente estava falando, do lugar que a gente veio dos movimentos... no meu trabalho eu vejo o pessoal num mundo completamente diferente, parece que não sabem que existe esse mundo aqui ou não querem saber, eles são totalmente eles e o resto... existe o resto?

E aí como é que você ficou sabendo aqui da ocupação?

Então foi no Facebook, eu acabo curtindo pessoas e páginas que me levam a aparecer nesse tipo de evento, aí quando vi – “Nossa queria muito conhecer isso aí, não sei direito como funciona não tenho muita informação, aí então vou passar lá.”

Essa visita na Eliana Silva amanhã, também foi no facebook, falei: “To indo quero aprender, quero conhecer saber para conversar com as pessoas,”. Mesmo porque eu tenho acesso a pessoas que não estão sabendo disso aqui e de repente então eu posso levar – “olha gente existe é bacana, não é do jeito que vocês estão pensando e que passa na televisão.

Então é a primeira vez que você vem aqui né?

Sim a primeira vez, nunca nem tinha ouvido falar, sabia que existiam ocupações agora, os nomes não sabia, não sabia onde era nem nada.

Certo e o que você está achando do evento? E sobre os ativistas terem ocupado a casa?

Oh eu acho que, primeira coisa, está na constituição o uso social da construção do espaço. Não sei os trâmites judiciais disso daqui, como é que está, mas eu acho que é uma coisa básica, as pessoas tem que ter onde morar tem que ter uma referência até para poder se inscrever em qualquer coisa, a pessoa tem que botar um endereço, ter um endereço. Eu acho que assim... o fato das pessoas se unirem numa comunidade, isso é muito bacana, e a gente entra aqui e vê um clima bacana é diferente assim...

E você conhece a história do casarão?

Não, não conheço me conta.

APÊNDICE D- ENTREVISTA PAULA KIMO -Agosto de 2017

Então Paula como foi a ideia de ocupar e você estava com a galera que ocupou?

Paula: Então essa questão rende muita coisa... Surgiu de um grupo assim de uma necessidade de ocupar um espaço que fosse público tivesse abandonado obsoleto e sem função social e que pudesse transformar esse espaço num espaço de livre criação, num espaço de formação discussão política e surgiu do desejo do teatro de dois atores que ficavam pensando assim num espaço para ensaiar e aí desses dois um foi chamando outras pessoas que cresceu o grupo que ficou por oito meses discutindo e planejando essa ocupação.

E quais foram os momentos de tensão que vocês viveram?

Acho que os principais momentos de tensão no meu ponto de vista têm a ver com as questões internas mesmo de tentar construir essa ideia do que é comum, de lidar com as diversidades, de tentar respeitar as várias opiniões, sempre ter a roda e a horizontalidade e a diversidade conflitos de posição políticas que eram um momento tenso, mas de formação também, no mais assim com relação a política, com o Estado, essa ocupação é uma ocupação privilegiada diferente de outras ocupações de periferia, de moradia ocupação de gente pobre e negra aqui é uma ocupação cheia de privilégios porque na verdade nunca teve uma ameaçada da polícia. As ameaças de reintegração de posse elas eram na verdade discutidas, as mesas de negociação elas eram abertas com muita agilidade pelo estado e foi uma ocupação que teve uma projeção de mídia e de apoiadores assim muito grande e muito rápido né? Então o próprio estado queria resolver a situação porque estava tendo uma visibilidade e uma exposição muito grande.

Qual é o legado que o Estrela deixa para cidade?

Acho que são vários e que eles vão se transformando também para cada pessoa, eles vão se transformando numa coisa, acho que é a insistência na coletividade, criar um legado de talvez persistir na coletividade no encontro do diferente no outro, de tentar construir uma coisa junto, de sempre manter porta abertas de tentar incluir de errar e tentar acertar, sempre ser um espaço de experimentação sem muitas amarras e que se tiver amarras a gente mesmo que vai criar. Talvez um legado de tentar fugir um pouco do que nos

obrigam a fazer de ter ações individuais e concorrer com o outro acho que o legado da coletividade porque aqui esse é um projeto coletivo e já tem ganhado corpo com uma diversidade muito grande de pessoas que tenta acertar e que erra e acerta, que vai amadurecer uma discussão que insiste na assembleia e tem também o legado do patrimônio, pensar também no papel da sociedade civil, no papel das pessoas do resgate do cuidado do patrimônio histórico e cultural assim também essa é uma experiência de referência para o país de um grupo que ocupa um imóvel tombado para restaurar esse imóvel.

APÊNDICE E ENTREVISTA COM VALÉRIA BOTTARO – junho de 2017

Você já conhecia a história do casarão?

Não. Aos poucos eu fui sabendo da história do casarão, o Rafael (filho) foi me contando, sempre perguntava, sobre como é que estava e me falava das coisas legais das pressões principalmente que sofria dos vizinhos do prédio né? E também alguma coisa que teve em relação aos moradores de rua, o que estava meio tenso na época.

Qual é a sua opinião sobre a atitude dos ativistas de ocuparem o imóvel?

O que eu penso do espaço... eu acho que seria imprescindível que o nosso governo se atentasse para as questões da população mesmo, eu sei que tem a questão da vizinhança que deve fazer uma pressão lá com eles, mas eu acho que nós estamos precisando de espaços assim. Falta acessibilidade infelizmente, o governo precisa ver que as artes e a cultura são um caminho para isso.

Você me disse que seus filhos participaram da ocupação, quais foram seus sentimentos em relação a isso?

Foi difícil ficar sem meu filho na noite de Natal chuvosa daquele ano, principalmente por saber que chovia dentro do espaço e poderia desabar a qualquer momento. Sabia do revestimento das pessoas para não deixar o espaço sozinho.

Qual é o legado que a ocupação deixa para a cidade?

Eu adoro o espaço, eu tive a oportunidade de conhecer na visita agora, quando da peça dos meninos (Escombros da Babilônia) eu fui, eu tinha frequentado todas as peças que tinham ocorrido do Luiz Estrela, eu assisti e fiquei encantada pelo espaço, embora sentisse

uma energia... não era de medo, mas era uma energia muito pesada, mas eu ficava próximo. Eu conheci este ano o casarão, achei maravilhoso, fiquei muito emotiva realmente, a primeira vez que tinha ido em 2013 a energia não foi muito legal, dessa vez alguns momentos a energia de angústia, mas eu vi assim o espaço construído legal sabe? Ah! Segundo a minha vontade já estaria diferente. Acho que esses meninos tem muito potencial, essa equipe fantástica das meninas construindo e reconstruindo esse lugar, gostaria de ter participado do restauro das portas, mas o problema é que eu vou para o interior e volto para cá e é isso.

APÊNDICE F- ENTREVISTA COM JONATHAS OLIVEIRA- Agosto de 2017

Você fez parte da ocupação ou vinha aqui?

Quando o casarão foi ocupado eu ainda não morava em BH, mas eu acompanhei por causa de meus amigos, eu acompanhava pela internet e dava uma sensação de esperança de que uma coisa realmente legal estava acontecendo na cidade mudando esses rumos que essa cidade tem, para mim o que eu sentia era animo que as coisa poderiam melhorar e é o que eu sinto até hoje assim ...vindo aqui e participando é um ânimo, uma esperança de que as coisa podem ser bem melhores do que estão agora, para mim o Estrela é uma prova disso.

Como você se sente participando do restauro?

Eu participo do núcleo de obra arquitetura e de restauração das portas. Para mim é uma coisa muito importante para a cidade o que está acontecendo, porque desafia muitas lógicas que tem dentro do mercado. Ai eu posso aprender muito eu consigo passar o que eu sei e aprender muito mais daquilo que eu não sei, e mantenho uma relação com quem eu trabalho e com o próprio objeto de trabalho que é o casarão, muito próximo, não tem ele separado como objeto, tudo vai acontecendo concomitantemente, para mim está super importante.

APÊNDICE G - ENTREVISTA COM BÁRBARA DINIZ- Agosto de 2017

Você fez parte do grupo que ocupou o casarão?

Não, eu não ocupei... e vinha muito pouco nas atividades eu sou mais nova aqui em geral da galera que faz parte do estrela, uma galera acima dos vinte e poucos, 25 anos e eu ainda tenho 19 anos, então quanto ocupou eu tinha 16 anos de idade e ai era meio pesado porque eu tinha que sair fugida de casa para dar rolê , então eu não peguei o início e eu vinha pouco acompanhar algumas atividades, .

O que você achou da iniciativa dos ativistas de ocuparem o casarão?

A do caralho né? Tem que fazer, tem que ocupar tudo! Eu assim... eu realmente achei que não ia durar três anos, quando eu soube, para mim? “Ah! três meses no máximo estourando e felicidade né? Conseguirem três meses ficar no prédio abandonado. E quando vem, quando ganha a cessão de uso ai eu acho que é isso mesmo tem que fazer promover atividade isso só mostra a força da cidade, das pessoas.

Como é fazer parte do Estrela?

Olha é uma experiência de aprendizagem, é um lugar que você aprende muito, é um lugar que você convive com pessoas maravilhosas. As minas aqui são muito importantes para o espaço, as mulheres que tocam isso aqui os caras só apoiam e ver isso de perto, você está numa sala, numa reunião de restauro com as arquitetas e o Daniel que é arquiteto, o único arquiteto presente é muito assim né? Isso quando começou ideia de restauro e começar projeto eu acho muito maravilhoso, eu gosto muito de estar aqui no Estrela.

APÊNDICE H- ENTREVISTA COM ANDREIA MORAIS-setembro de 2017

Andreia, em 2013 você acompanhou o movimento de ocupação do casarão?

Acompanhei, eu moro aqui pertinho e sempre eu passava aqui e estava cheio e a gente acabou acompanhando.

E como você viu a ocupação?

Eu enxerguei de uma forma muito positiva porque uma coisa que está largada, abandonada e de repente vira um movimento cultural assim... dá vida para a cidade, ainda mais um espaço onde as pessoas podem interagir.

E você conhece a história do casarão, sabe o que funcionava aqui?

Então quando eu era criança eu sempre morei aqui no bairro, e aqui era uma quadra estava até falando com minha filha agora, aqui tinha uma quadra e a gente vinha para cá e ficava assistindo os meninos, campeonatos que os meninos faziam e tudo, e a gente ficava sentadinha aqui e era tipo um hospital. Depois ficou abandonado muito tempo, o pessoal começou a invadir para morar e aí foi em 2013 que começou o movimento cultural, o pessoal começou a se reunir aqui na porta com as manifestações culturais.

Você disse que acha importantes iniciativas como essa...

Muito importante acho que enriquece muito para os jovens que precisam de muitos espaços assim, eu sempre passo aqui e acho muito bacana.

APÊNDICE I- E-MAIL PARA A DIRETORIA DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Maio de 2018

